

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
COLEGIADO DO CURSO DE ECONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

SARA ANDRADE SANTOS

AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: um estudo
das estratégias de reprodução familiar no Assentamento Cangussu em Barra do Choça,
Bahia

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA
2013

SARA ANDRADE SANTOS

AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: um estudo
das estratégias de reprodução familiar no Assentamento Cangussu em Barra do Choça,
Bahia

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de
Economia da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, como requisito para
aprovação na disciplina Monografia II e
obtenção do grau de Bacharel em Economia.

ORIENTADORA: MAÍRA FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA
2013

S238q Santos, Sara Andrade.
AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO
BRASILEIRO: um estudo das estratégias de reprodução familiar no
Assentamento Cangussu em Barra do Choça, Bahia / Sara Andrade
Santos, 2013.
107f.: il; algumas color.
Orientador (a): Maíra Ferraz Oliveira Silva.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação),
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória
da Conquista, 2013.
Referências: f. 94-100.
1. Posse da terra – Brasil. 2. Campesinato – Brasil. I.
Silva, Maíra Ferraz Oliveira. II. Universidade
Estadual do Sudoeste da Bahia. III.T.

SARA ANDRADE SANTOS

AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: um estudo
das estratégias de reprodução familiar no Assentamento Cangussu em Barra do Choça,
Bahia

Trabalho monográfico apresentado ao Curso de
Economia da Universidade Estadual do
Sudoeste da Bahia, como requisito para
aprovação na disciplina Monografia II e
obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Aprovada em 30/08/2013

BANCA EXAMINADORA

MAÍRA FERRAZ DE OLIVEIRA SILVA
Orientadora

ERIC GUMES LOPO DOS SANTOS
Examinador

VALDEMIRO CONCEIÇÃO JÚNIOR
Examinador

AGRADECIMENTOS

O esforço para a realização e conclusão deste trabalho final não foi unicamente meu. Tenho que compartilhar o conhecimento e todos os momentos de alegria, obtidos nesta jornada, com todos os meus.

Ao Deus, acima de todas as crenças, religiões ou seitas, dedico o meu agradecimento maior, por sempre sentir que ouvia minhas preces e que reconhecia meus esforços.

A construção desta etapa do saber não poderia existir se não fossem os meus queridos pais. O meu eterno agradecimento ao carinho e cuidado sem limites da minha mãe Corina e da paciência e compreensão do meu pai Dermeval. O apoio destes e dos meus amáveis “filhos postivos” foi de imenso e importante valor em toda essa trajetória percorrida de leituras, escrita e pesquisas. Por isso gostaria de dedicar e reconhecer a vocês, minha imensa gratidão e sempre amor.

Ao meu querido Alequiçãoio, agradeço o carinho, a paciência e, principalmente o enorme incentivo dedicado a mim. Sua capacidade de me trazer paz nos momentos de dificuldade em cada semestre e na preparação da monografia me ajudou a pensar positivo e nunca desistir.

Aos amigos, em especial Aline Brasil e Thadeu Cajado, e colegas amados, como Ana Cristina, que compreenderam o meu momento de exclusão, sentiram a minha falta e mesmo assim torceram sempre por mim. Amo vocês!

Um agradecimento especialíssimo à professora Maíra, pela paciência na orientação, amizade e incentivo que tornaram possível a introdução, o desenvolvimento e a conclusão desta monografia.

Enfim, agradeço aos novos amigos “Seu” Alvino, “Dona” Leide, Gui e Shirley, moradores do Assentamento Cangussu, que me ajudaram a obter maior conhecimento *in loco* e foram de essencial importância para o propósito geral deste trabalho.

Obrigada a todos!

RESUMO

O estudo sobre o processo histórico agrário no Brasil, considerando suas particularidades acerca da posse e uso da terra — promovidas pela assimetria de uma classe social dominante, através da subordinação, expropriação e exploração — incita a uma análise contextualizada na discussão sobre a atual estrutura fundiária do país. A expressiva concentração de terras nas mãos de poucos grandes capitalistas, que protagonizaram o processo de modernização conservadora da agricultura brasileira, estabeleceu um modo de produção que exclui e expulsa os moradores do campo que tentam se adaptar às novas transformações que se processam no meio rural na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo principal deste trabalho consistiu em analisar a estrutura socioeconômica do Assentamento Cangussu, localizado na cidade de Barra do Choça, Bahia, considerando as novas configurações do espaço rural diante do paradigma da modernização da agricultura. Neste contexto de discussão, foi analisada a contribuição da pluriatividade para a permanência da classe camponesa no campo e para o reconhecimento da multifuncionalidade, em todas as suas dimensões, nas práticas de reprodução socioeconômica observadas na comunidade estudada. Com relação aos procedimentos metodológicos, constituiu-se inicialmente, de uma revisão bibliográfica, visando expor os aspectos gerais que envolvem a questão agrária brasileira e suas particularidades na sociedade atual. Como procedimento de coleta dos dados, realizou-se uma pesquisa de campo com aplicação de questionários na comunidade de reforma agrária Cangussu. Pelos resultados obtidos, observou-se que, no assentamento em foco, as noções de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são entendidas como estratégias benéficas à obtenção de melhores condições de vida e de produção. O fomento de outras atividades, que não somente agrícolas, e a conscientização acerca da conservação ambiental, foram considerados elementos centrais da reconstrução de um modo de vida rural neste ambiente.

Palavras-chave: Campesinato, Pluriatividade, Multifuncionalidade, Assentamento Cangussu.

ABSTRACT

The study about the agrarian historical process in Brazil, considering its particularities about the ownership and use of land – promoted by asymmetry of a dominant social class, through the subordination, expropriation and exploitation - prompts a contextualized analysis in the discussion about the current agrarian structure in the country. The significant concentration on land in few big capitalists, who staged the process of conservative modernization of Brazilian agriculture, established a production mode that excludes and expels camp residents who try to adapt to the new changes that take place in rural areas in contemporaneity. Accordingly, the main objective of this study was to analyze the socioeconomic structure of the Assentamento Cangussu, located in Barra do Choça, Bahia, considering the new settings of the rural areas before the modernization paradigm of agriculture. In this context of discussion, was analyzed the contribution of the pluriactivity for the stay of the peasantry in the countryside and for the recognition of multifunctionality in all its dimensions, practices of socioeconomic reproduction observed in studied community. About the methodological procedures, was consisted initially of a literature review, in order to expose the general aspects involving agrarian issue and its peculiarities in the current society. As the data collection procedure, was realized field research with questionnaires in the agrarian reform community Cangussu. The results obtained showed that the settlement into focus the notions of agriculture pluri-and multi-functionality are seen as beneficial strategies to obtain better living conditions and production. The encouragement of other activities, not only agricultural and awareness about environmental conservation were considered central elements of the reconstruction of a rural way of life in this environment.

Keywords: Peasantry, Pluriactivity, Multifunctionality, Assentamento Cangussu.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - População urbana e rural – Brasil – 1940-2000.....	32
Mapa 1 – Barra do Choça Território de Identidade Vitória da Conquista	66
Esquema 1 - Estrutura dos Assentamentos - Sistema de Moradia II.....	68
Gráfico 2 – Perfil das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação	74
Gráfico 3 – Ocupações que proporcionam maior satisfação às famílias do Assentamento Cangussu.....	75
Gráfico 4 – Decisão a ser tomada diante de hipotética proposta de emprego não agrícola com a mesma remuneração do agrícola	76
Gráfico 5 – Principais técnicas agrícolas utilizadas no Assentamento Cangussu	83
Gráfico 6 – Participação política no Assentamento Cangussu (total de 128 pontos).....	87
Gráfico 7 – Identidade dos assentados	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Brasil – Estrutura Fundiária 1940 - 1985	33
Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da distribuição da posse da terra, conforme Unidade de Federação. Censo Agropecuário, 1975 a 2006	36
Tabela 3 – População Economicamente Ativa – PEA, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil ¹ 1981 - 1992 e 1992 – 1999 (milhões de pessoas).....	50
Tabela 4 – População ocupada ¹ em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil ² 1992-99. (1.000 pessoas)	51
Tabela 5 - Brasil – Evolução das famílias de empregadores, de ocupados por conta própria, de empregados e de não ocupados domiciliados na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade em 2001-2005 (1.000 famílias).....	56
Tabela 6 - Evolução da renda média das famílias rurais segundo o local de domicílio (R\$ set. 1997) Bahia, 1992 - 97	61
Tabela 7 – População ocupada na zona rural, segundo a área e o ramo de atividade Bahia, 1992/98 – em mil pessoas.....	62
Tabela 8 - Ocupação imediatamente anterior ao Assentamento Cangussu	73
Tabela 9 – Situação atual em comparação com a anterior ao Assentamento Cangussu	73
Tabela 10 – Atividades praticadas pelas famílias do Assentamento Cangussu	74
Tabela 11 – Composição da renda média mensal, por tipo de atividade, percebidas no Assentamento Cangussu	77
Tabela 12 - Destino da renda não agrícola dos assentados da comunidade camponesa Cangussu	78
Tabela 13 – Setores a serem melhorados para viabilizar a conciliação das atividades agrícolas com as não agrícolas no Assentamento Cangussu	78
Tabela 14 – Situação alimentar em relação à obtida anterior a integração no Assentamento Cangussu.....	80
Tabela 15 - Principais produtos mercantis comercializados no Assentamento Cangussu	81
Tabela 16 – Percepção dos assentados sobre a qualidade do solo e da água	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Proteção Permanente

ASCAN – Associação dos Produtores do Assentamento Cangussu

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

CAIs - Complexos Agroindustriais

FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MST - Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra

OMC - Organização Mundial do Comércio

ORNAs - Ocupações Rurais Não Agrícolas

PAC - Política Agrária Comum

PNADs - Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

VPB - Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 O PROCESSO HISTÓRICO AGRÁRIO NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO, FORMAS DE REPRODUÇÃO E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO	15
1.1 Considerações clássicas a respeito do campesinato no modo de produção capitalista e a atual discussão sobre o campesinato brasileiro	15
1.2 A recente discussão sobre a diferenciação entre as formas de produção camponesa e familiar	21
1.3 A evolução inicial e as consequências da modernização da agricultura sobre a ocupação e a concentração de terras no Brasil	25
1.4 Atual estrutura fundiária brasileira e o debate sobre a Reforma Agrária no país	34
CAPÍTULO 2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS PROPOSTAS NAS FORMAS DA PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA	42
2.1 As recentes transformações na configuração do espaço agrário brasileiro	42
2.2 A pluriatividade e a multifuncionalidade como decorrência das transformações do rural brasileiro	53
2.3 Os aspectos das recentes transformações no meio rural baiano	59
CAPÍTULO 3 IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA EM FACE DAS TRANSFORMAÇÕES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE	65
3.1. Descrição do local e contextualização geográfica e socioeconômica	65
3.2. Aspectos metodológicos utilizados para a coleta de dados	69
3.3. Apresentação e análise dos dados coletados	72
3.3.1 <i>Trajatória de vida e reprodução socioeconômica</i>	72
3.3.2 <i>Informações a composição do trabalho familiar</i>	73
3.3.3. <i>Segurança alimentar e sistemas produtivos</i>	79
3.3.4. <i>Biodiversidade, conservação dos recursos naturais e da paisagem</i>	83
3.3.5. <i>Aspectos socioculturais</i>	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE A QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSENTADOS NA PESQUISA DE CAMPO	100
APÊNDICE B QUESTIONÁRIO APLICADO À LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO	104
APÊNDICE C IMAGENS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO	105

INTRODUÇÃO

O processo histórico agrário no Brasil, considerando suas particularidades acerca da posse e do uso da terra, remetem a uma reflexão sobre a visão dos autores Marx (1983), Lenin (1982), Kautski (1998) e Chayanov (1974), clássicos que discutiram o papel do campesinato no modo de produção capitalista. O progresso tecnológico, fomentado pelo capitalismo, passou a ser de primordial importância para a manutenção dos agricultores na atividade agrícola, se tornando uma necessidade que acompanhava o ritmo das inovações, excluindo os produtores que não adotassem precocemente as novas tecnologias e concentrando os recursos nas mãos de uma pequena minoria.

O tipo de agricultura de base familiar, incitada pelos camponeses como sendo um modo de vida, sofreu diversas transformações com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, que, por sua vez, intensificou o processo desigual de distribuição da posse da terra no Brasil. A dificuldade da família camponesa de base familiar em manter suas tradições, nesse cenário, tornou-se uma constante e, por isso, acabou por provocar uma migração do campo em direção às cidades, o que trouxe à tona a inserção da agricultura de base familiar dentro do contexto da modernização agrícola, na tentativa de garantir sua permanência no campo.

Por intermédio do amparo de diversos fatores e manifestações típicas da agricultura familiar, como a pluriatividade e, mais recentemente, da discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura, os camponeses conseguiram enxergar uma possibilidade de criar estratégias para sua reprodução. Essas manifestações estudadas dentro da agricultura são consideradas, segundo Silva (1997), como sendo aspectos de uma nova ruralidade que está sendo, atualmente, bastante discutida.

Nesse sentido, a problematização deste estudo se concentra na seguinte indagação: a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura influenciam na dinâmica de reprodução familiar dos assentados de reforma agrária do Assentamento Cangussu, localizado no município de Barra do Choça, Bahia?

A problemática apresentada conduz a três possíveis cenários que se apresentam nas hipóteses seguintes: a possibilidade de que as recentes transformações no campo brasileiro, ao promoverem a proletarização do camponês, corroboram para o seu desaparecimento; a permanência das famílias que vivem no Assentamento Cangussu em razão da prática da pluriatividade resultando numa reprodução familiar multifuncional; e, por fim, o reconhecimento por parte dos assentados de múltiplas funções resultantes da sua prática agropecuária, além das produtivas e mercantis.

Procura-se inferir se a prática da pluriatividade e o reconhecimento da multifuncionalidade como manifestação resultante de uma nova forma de reprodução familiar no meio rural contribuem para a permanência, no campo, das famílias que vivem no Assentamento Cangussu. Esta pressuposição se sustenta em estudos como de Silva (1997), Schneider (2003), Bonnal e Maluf (2008), que defendem estas manifestações como sendo fruto da busca pela sobrevivência e reprodução social dos camponeses destituídos de suas ferramentas de trabalho.

Dessa forma, o objetivo geral do trabalho constitui-se em demonstrar como as noções de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, influenciam para que a classe camponesa, residente no Assentamento Cangussu, na região Sudoeste da Bahia, se reproduza no meio rural contemporâneo.

No que se refere aos objetivos específicos propõem-se a explicar sobre concepção clássica acerca do campesinato para embasar as análises a respeito do desenvolvimento agrário no Brasil; contextualizar o processo histórico agrário e de ocupação e concentração das terras no país; analisar e conceituar as recentes transformações no espaço rural brasileiro e suas propostas nas formas de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura; e, por fim, verificar as particularidades da reprodução familiar na comunidade de reforma agrária Cangussu, quanto ao exercício das propostas inerentes à nova ruralidade.

Utilizou-se como principal instrumento metodológico uma pesquisa de campo realizada através de um questionário de cinco páginas com perguntas fechadas, abertas e dependentes. De cunho quali-quantitativo, a pesquisa teve a intenção de coletar os dados de todas as 60 famílias que vivem na comunidade camponesa Cangussu.

Do ponto de vista acadêmico, avalia-se que o trabalho se justifica por trazer à reflexão e discussão a ideia de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, contribuindo para os estudos rurais em âmbito regional e local.

O trabalho que se apresenta a seguir está dividido em três capítulos, sendo que os dois primeiros expressam um caráter mais teórico. No primeiro será feita uma breve apresentação e contextualização histórica do processo agrário brasileiro. O segundo apresentará as características inerentes às recentes configurações do espaço agrário no Brasil e conceituar as noções de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, tácitas ao meio rural contemporâneo. Em seguida, o terceiro capítulo faz uma descrição do Assentamento Cangussu, apresentando o referencial metodológico e os instrumentos de pesquisa utilizados, além de se propor a apresentar e discutir os resultados obtidos na pesquisa de campo. Por fim, serão aduzidas algumas considerações finais.

Consciente da profundidade e da amplitude dos temas aqui abordados, e sem a pretensão de esgotar o debate, espera-se que este trabalho possa contribuir para a análise da realidade encontrada em outros assentamentos da região Sudoeste da Bahia, no que diz respeito às noções de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura.

CAPÍTULO 1 O PROCESSO HISTÓRICO AGRÁRIO NO BRASIL: CARACTERIZAÇÃO, FORMAS DE REPRODUÇÃO E ATUAL CONFIGURAÇÃO DO CAMPESINATO BRASILEIRO

Neste capítulo, inicialmente, será feita uma breve discussão a respeito da concepção clássica sobre o campesinato, indicando as contribuições de Marx (1983), Lenin (1982), Kautsky (1998) e Chaynov (1974), fazendo uma breve consideração acerca do desenvolvimento agrário no Brasil.

Posteriormente será feita uma discussão sobre o processo histórico agrário no Brasil, através de uma revisão bibliográfica, baseada em autores que discutem a questão agrária brasileira, a exemplo de Oliveira (1991), Silva (1996), Stédile (2005), entre outros.

Será tratado o processo de evolução inicial da ocupação de terras brasileiras, retratando a enorme disparidade existente na posse da mesma. O capítulo também tem como objetivo mostrar o aumento da concentração de terras decorrente da modernização conservadora da agricultura e a desigualdade de sua posse decorrente dessa concentração.

Por fim, será apresentado o processo de surgimento da reforma agrária dentro desse cenário e a situação do camponês no cenário agrário brasileiro, comentando a recente discussão sobre a diferença entre os conceitos de camponês e agricultor familiar.

1.1 Considerações clássicas a respeito do campesinato no modo de produção capitalista e a atual discussão sobre o campesinato brasileiro

Neste momento inicial do trabalho, serão expostas as principais ideias contidas nas obras clássicas de Marx, Kautsky, Lênin e Chayanov no que diz respeito à questão agrária, a fim de elucidar as questões capitalistas na agricultura contemporânea, principalmente, em relação aos pequenos proprietários rurais.

Nos estudos rurais clássicos é possível uma compreensão sobre o desenvolvimento da agricultura camponesa com a radicalização das relações capitalistas de produção no campo e sua relação com a sociedade envolvente.

A sociedade pré-capitalista, do século XIX era entendida por Marx (1983) a partir da categoria mercadoria que o autor considerava “um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.” (MARX, 1983, p. 45). A partir dessa compreensão o autor inferia que as relações sociais de trabalho daquela época estavam completamente vinculadas à mercadoria.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. [...]

Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. (MARX, 1983, p. 71, 79).

Entende-se a partir dessas conclusões do autor que, na sociedade capitalista, a força de trabalho é considerada uma mercadoria que é utilizada na troca de outras mercadorias necessárias à sobrevivência humana. É esta mercadoria, força de trabalho, que acaba por gerar o lucro dos detentores do capital na sociedade capitalista, separando-os dos trabalhadores, destituídos dos meios de produção. Essa separação é o que, para Marx (1983), se compreende como divisão de classes.

Dentro desta separação de classes estariam os proprietários de terra que vivem da renda da terra paga pelos capitalistas produtores. Considerando a área da agricultura, este modelo se fundamentaria na “típica propriedade moderna baseada em caráter monopolista” (SANTOS, 2009, p. 7). Dessa forma, os proprietários de terra também se beneficiariam das riquezas produzidas pelo trabalhador, nesse caso o camponês, pois queriam manter sua condição de proprietários, recebendo a renda da terra.

Nesse cenário, a produção camponesa não poderia concorrer com a produção capitalista em larga escala, produzindo e ganhando pouco, não conseguiria competir com os grandes latifundiários. A perda de suas terras e a proletarização no campo ou nas cidades seriam inevitáveis, como afirmam Marx e Engels:

A burguesia submeteu o campo à dominação da cidade. Criou cidades tentaculares, aumentou maciçamente a população das cidades em relação à dos campos e, portanto, arrancou uma parte expressiva da população do embrutecimento da vida rural. E tal como subordinou campo e cidade, tornou dependentes os países bárbaros ou semibárbaros dos países civilizados; os povos agrícolas dos povos burgueses; o Oriente do Ocidente. (MARX, ENGELS, 2011, p.31).

Diante do exposto, a consolidação do modelo capitalista de produção levaria ao fim do campesinato, estando este, fadado ao desaparecimento. As condições do desenvolvimento capitalista nesta sociedade coordenaria a agricultura sob seus moldes de produção em detrimento da pequena propriedade camponesa.

Os trabalhos de Lênin (1982) e Kautsky (1998) sobre a questão agrária são obras imprescindíveis para a compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses estudos são fundamentais para entender, entre outras questões, a concepção acerca da destruição do campesinato com o avanço do modo de produção capitalista.

Lênin (1982)¹ fez uma análise minuciosa dos desdobramentos da forma de produção capitalista na Rússia. Estudioso das questões agrárias observou o papel do camponês no modo de produção capitalista, destacando a dualidade deste ator na sociedade russa, que não estava distante da realidade europeia, de forma geral.

Apoiado na concepção marxista de divisão de classes sociais no campo e na cidade, Lênin (1982) fez uma projeção das contradições sobre a posição do campesinato no capitalismo, baseando-se no eixo teórico da sua desintegração. Em seu trabalho o autor expõe a inevitabilidade da proletarianização do camponês no processo de evolução do capitalismo.

O conjunto das contradições existentes no interior do campesinato constitui o que denominamos desintegração do campesinato. [...] O campesinato antigo não se “diferencia” apenas: ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. Esses novos tipos são a burguesia rural (sobretudo a pequena burguesia) e o proletariado rural – a classe dos produtores de mercadorias na agricultura e a classe dos operários agrícolas assalariados. (LENIN, 1982, p. 113-114).

Dessa forma, entende-se que Lênin (1982) tinha a intenção de mostrar a separação que, no capitalismo, passa a existir entre os camponeses. A burguesia rural acaba por transformar a agricultura em uma indústria tendo o lucro como principal finalidade.

Em sua abordagem, o autor insiste que o campesinato deixará de existir, sendo substituído por novos tipos de população rural que compõem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista.

Para o autor esse processo de decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários, constituía a base sobre a qual se formaria o mercado interno na produção capitalista. O camponês que se tornaria operário seria expropriado dos seus meios de trabalho, reduzindo-se apenas a uma força de trabalho ofertada ao mercado rural ou urbano, tornando-se um assalariado.

1 O texto de Vladimir Lênin (1982) intitulado “O desenvolvimento do capitalismo na Rússia” foi elaborado às vésperas da primeira Revolução Russa e foi de grande contribuição para o estudo do campesinato no modo de produção capitalista.

Até aqui a nossa referência foi à produção mercantil simples. Passemos agora, à produção capitalista: não temos diante de nós simples produtores de mercadorias, mas, de um lado, proprietários de meios de produção e, de outro, trabalhadores assalariados que vendem sua força de trabalho. A transformação do pequeno produtor em operário assalariado pressupõe a perda dos seus meios de produção (terra, instrumentos de trabalho, oficina, etc.) – ou seja, pressupõe o seu “empobrecimento” a sua “ruína”. Sustenta-se que esta ruína “reduz o poder de compra da população” e “estreita o mercado interno” para o capitalismo. (LÊNIN, 1982, p. 15-16).

Essa interpretação de Lênin (1982) mostra a dependência do camponês que estava inteiramente subordinado ao mercado, necessitando dele tanto para seu consumo pessoal como para a realização de suas ocupações, dificultando assim a realização de suas atividades até no modo de subsistência.

Kautsky (1998)² defendia a tese de que a pequena propriedade agrícola era tecnicamente inferior, quando comparada à grande propriedade. A penetração do capitalismo na agricultura, entendida como divisão do trabalho e adoção de máquinas e equipamentos que aumentavam a produtividade do trabalho daria um caráter industrial às relações de trabalho no campo.

Quanto mais a agricultura se identifica com os padrões capitalistas, tanto mais se diferenciam qualitativamente as diferenças técnicas empregadas pelos grandes estabelecimentos das empregadas pelos pequenos.
[...] Esse desenvolvimento que cria a demanda de assalariados, cria também o respectivo gênero de trabalhadores. Esse mesmo desenvolvimento proletariza muito camponês [...]. Enfim, ele produz entre os pequenos camponeses a necessidade de um rendimento suplementar além daquele que lhe fornece o estabelecimento agrícola de sua propriedade. (KAUTSKY, 1998, p. 135, 43).

Nesta análise, Kautsky (1998) corrobora a tese de Lênin (1982) que a penetração do capitalismo no campo subordinaria o camponês às condições de mercado e o deixaria vulnerável a se proletarizar, principalmente, na indústria. Entretanto, para o autor, esse fato não implicaria no aniquilamento da classe camponesa, que se pauperizaria, mas poderia sobreviver com a geração de rendas ‘acessórias’ (agrícolas e não agrícolas) que ampliassem sua renda.

Em outros setores, igualmente, já dominados pela máquina, o avanço da grande indústria não implica o desaparecimento obrigatório do pequeno estabelecimento. A grande indústria os arruína, torna-os economicamente supérfluos, mas é inacreditável o poder de sobrevivência dessas entidades superadas. A fome e o excesso de trabalho conseguem prolongar ao máximo a luta que travam por sua existência. [...] Quem não consegue impor-se na

2 Também de inspiração marxista, Karl Kautsky apresenta em sua obra “A questão agrária” (1998) os principais elementos que compõe a questão agrária, descrevendo também a influência do capitalismo sobre a agricultura. A produção desta obra foi feita dentro de um contexto de amplas discussões dentro da social democracia alemã que discutia também o papel reservado a agricultura e ao campesinato na sociedade da época.

produção, passa a exercer outras atividades pelas quais o grande estabelecimento não se interessa [...]. (KAUTSKY, 1998, p. 194).

Diferentemente de Lênin (1982), Kautsky (1998) destoava da visão de que o campesinato estaria fadado ao desaparecimento. Através do trabalho acessório, as pequenas propriedades camponesas lutariam pela condição da reprodução de sua classe. Essa necessidade dos trabalhadores rurais e urbanos de praticarem diferentes atividades como forma de sobrevivência, foi defendida tanto por Kautsky (1998) como por Chayanov (1974) e será discutida no presente trabalho, visando entendê-las no cenário brasileiro.

Fora da corrente marxista, mostrada até aqui, Chayanov (1974)³ defendia a capacidade de reprodução social e resistência camponesa dentro do modelo produtivo capitalista. O centro da sua teoria estava na tese de que a reprodução camponesa se processava através da unidade de produção familiar agrícola, regida pela mão de obra dos membros da família. O autor partiu da análise sobre a necessidade do consumo da família para entender o trabalho camponês e a conseqüente reprodução familiar, como mostra em sua obra:

De fato, a composição familiar define antes de tudo os limites máximo e mínimo do volume de sua atividade econômica. A força de trabalho da unidade de exploração doméstica é totalmente determinada pela disponibilidade dos membros capacitados na família. É por isso que o limite mais elevado possível para o volume da atividade depende da quantidade de trabalho que pode proporcionar esta força de trabalho utilizada com a máxima intensidade. Da mesma maneira, o volume mais baixo é determinado pelo total de utilidades materiais absolutamente essenciais para a mera existência da família. (CHAYANOV, 1974, p.47, tradução nossa).⁴

A força de trabalho da família, nessa perspectiva, pode ser considerada como importante elemento no reconhecimento da unidade camponesa. A família define o máximo e o mínimo da atividade econômica da unidade, o tamanho da família (número de consumidores) tem relação direta com a atividade econômica da unidade de produção.

3 O russo Alexander Chayanov era economista e engenheiro agrônomo, conhecia profundamente a agricultura europeia e mantinha contatos regulares com os mais destacados centros de produção científica em agronomia e ciências sociais. Em sua obra, “A Organização da Unidade Econômica Camponesa” (1974) se baseia na composição e no trabalho da família para mostrar a persistência do camponês no modo de produção capitalista.

4 Versão original: De hecho, la composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo de la unidad de explotación doméstica está totalmente determinada por la disponibilidad de los miembros capacitados en la familia. Por eso es que el límite más elevado posible para el volumen de la actividad depende del monto de trabajo que puede proporcionar esta fuerza de trabajo utilizada con la máxima intensidad. De la misma manera, el volumen más bajo está determinado por el total de beneficios materiales absolutamente esenciales para la mera existencia de la familia. (CHAYANOV, 1974, p. 47).

As necessidades do camponês para Chayanov (1974) podem ser tanto de ordem biológica, como aquelas impostas pelo sistema capitalista. Estas últimas são reflexo da sua integração ao processo da economia mercantil e, podem ser, a aquisição de bens duráveis e o pagamento de encargos públicos que passam a fazer parte do consumo familiar.

A pressão pela satisfação dessas novas necessidades de consumo acabaria por levar o camponês a intensificar a força de trabalho de sua família. No intuito de elevar os ganhos da família, ele passa a realizar atividades complementares agrícolas e, principalmente, não agrícolas.

A família camponesa tenta cobrir suas necessidades da maneira mais fácil e, portanto, pondera os meios eficazes de produção e qualquer outro objeto ao qual pode ser aplicada sua força de trabalho, e a distribui de maneira tal que pode aproveitar todas as oportunidades que ofereçam uma remuneração elevada. Dessa maneira, é comum que, observar-se que a família camponesa deixe sem utilizar a terra e os meios de produção de que dispõe se outras formas de trabalho se revelem mais vantajosas. [...] O único traço que, nesse caso, distingue a família camponesa do empresário consiste no fato que o capitalista, de um modo ou de outro, distribui sempre a totalidade de seu capital; a família camponesa, ao contrário, nunca utiliza completamente toda sua força de trabalho, pois cessa sua utilização no momento em que satisfaz suas necessidades e alcança seu equilíbrio econômico. (CHAYANOV, 1974, p.120, tradução nossa).⁵

Esta lógica de pensamento vai de encontro à citada por Kautsky (1998) em que destaca a relevância das atividades acessórias que podem ser agrícolas ou não agrícolas. Nas estratégias que a família utiliza para otimizar seus fatores de produção, tende a buscar em “atividades artesanais e comerciais ou em outras atividades não agrícolas” uma forma de garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo.

Por este estudo analítico, a compreensão do significado das atividades rurais não agrícolas de Chayanov (1974) é de suma importância para o que será estudado no decorrer deste trabalho. Aqui será feita a defesa da capacidade de recriação dos diversos tipos de camponês, especialmente dos que lutam para ter acesso à terra de que deles foi expropriada, no caso do Brasil.

⁵ Versão original: La familia campesina trata de cubrir sus necesidades de la manera más fácil y, por lo tanto, pondera los medios efectivos de producción y cualquier otro objeto al cual puede aplicarse su fuerza de trabajo, y la distribuye de manera tal que puedan aprovecharse todas las oportunidades que brindan una remuneración elevada. De esta manera, es frecuente que, al buscar la familia campesina deje sin utilizar la tierra e los medios de producción de que dispone si otras formas de trabajo le proporcionan mas ventajosas. [...] El único rasgo que en este caso distingue a la familia campesina del empresario consiste en que el capitalista, de un modo u outro, distribuye siempre la totalidad de su capital; la familia campesina, en cambio, nunca utiliza completamente toda su fuerza de trabajo pues cesa de consumirla en el momento en que satisface sus necesidades y alcanza su equilibrio económico. (CHAYANOV, 1974, p.120).

Prado Júnior (1981) e Martins (1983) fazem um exame da questão agrária e do lugar dos camponeses no Brasil. Os dois autores partem do pressuposto de que a situação de miséria e exclusão da população trabalhadora rural brasileira é derivada do alto grau de concentração da propriedade fundiária.

Martins (1983) mostra, ainda, o lado contraditório do capitalismo agrário no Brasil, expresso na constante recriação de formas não capitalistas de produção camponesa, na tentativa de sobreviver dentro do sistema. O autor ainda ressalta que, no caso brasileiro, o capitalismo expropria o camponês “indiretamente, mediante a concentração de muita terra nas mãos de pouca gente.” (MARTINS, 1983, p. 141).

Dando prosseguimento à discussão feita por Prado Júnior (1981) e Martins (1983), para caracterizar o campesinato brasileiro, serão utilizados os trabalhos, principalmente de Abramovay (1992), Wanderley (2003) e Veiga (1991). Uma das principais considerações a ser feita é a discussão sobre a diferenciação entre agricultura camponesa e agricultura familiar, analisando as particularidades e a importância de cada uma delas no universo agrário brasileiro.

1.2 A recente discussão sobre a diferenciação entre as formas de produção camponesa e familiar

A discussão sobre os conceitos de campesinato e de agricultura familiar vem sendo amplamente debatidas no Brasil. Essa recente discussão iniciada na década 1990, segundo Felício (2006), advém das mudanças engendradas no campo pelo atual modelo de desenvolvimento da agricultura, caracterizado pelo franco avanço do agronegócio e o conseqüente agravamento da questão agrária e incremento da luta pela terra no Brasil. Muitos desses trabalhos tentam colocar camponeses e agricultores familiares como sujeitos distintos na agricultura.

Abramovay (1992) entende que não existe uma discussão específica sobre o campesinato e a questão agrária nos estudos clássicos, sendo impossível definir de forma cristalina a natureza e a origem dos rendimentos dos camponeses. A partir disso o autor faz as seguintes indagações:

Mas da apropriação de que parte do trabalho social vive o campesinato? Como definir economicamente a forma de rendimento que lhe corresponde? Se ao camponês for atribuído lucro, ele se torna um capitalista. Se receber um salário, vira operário. Se viver da renda da terra, é então um proprietário fundiário. [...] *A atividade produtiva que dá origem a sua reprodução não tem o estatuto de trabalho social* e é neste sentido que o campesinato só pode se constituir naquele grupo de bárbaros de que falava Marx (ABRAMOVAY, 1992, p. 36).

Dessa forma percebe-se que o autor não consegue deduzir uma conceituação adequada ao campesinato na obra de Marx, além de citar que existe esta mesma dificuldade nas obras dos clássicos Lênin e Kautsky. Abramovay (1992) faz referência a alguns autores como Redfiel (1960) e Shanin (1973) para tentar explicar a essência do sujeito camponês, definindo-o como:

Chamarei camponês quem tem ao menos estas características em comum: sua agricultura está voltada para a manutenção [*theirbagriculture is a livelihood*] e é um modo de vida e não um negócio visando lucro (...) vê-se um camponês como um homem que tem o controle efetivo de um pedaço de terra ao qual se encontra ligado há muito tempo por laços de tradição e sentimento (REDFIEL, 1960 *apud* ABRAMOVAY, 1992, p. 108).

Pela ideia de Redfiel (1960) *apud* Abramovay (1992), o campesinato tradicional é um modo de vida e está associado, principalmente, a subsistência de seus atores, possuindo formas particulares de organização a depender da cultura de cada comunidade. Com pensamento na mesma linha, porém mais radical, Mendras *apud* Wanderley (2003, p. 44) se refere a uma “civilização camponesa, cujas dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais são de tal forma entrelaçadas que mudanças introduzidas em uma delas afetam, como num jogo de cartas, o conjunto do tecido social”.

É preciso insistir que, pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não pode ser constituído em um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade e excluído do mercado. Na maioria das definições de campesinato a unidade familiar é base fundamental de sua organização social, na tentativa de garantir a subsistência e a reprodução da condição de camponês. Shanin (1973) *apud* Abramovay (1992, p. 108) entende que para se definir o conceito de camponês, é necessário delimitar essa forma de produção como:

[...] uma entidade social com quatro facetas essenciais e interligadas: a unidade familiar como unidade básica multifuncional de organização social, trabalho na terra e normalmente com a criação de animais como o principal meio de subsistência, uma cultura tradicional especifica diretamente ligada ao modo de vida das pequenas comunidades rurais e sujeição multidirecional a poderes exteriores.

Para reforçar a questão da unidade familiar no modo de produção camponês, Wanderley (2003, p. 45) defende que o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. “Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família.” De acordo com a autora esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica.

Na compreensão dos estudos sobre o campesinato, entende-se que a agricultura familiar sempre esteve presente nesta forma de produção, explicando que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, incluindo a terra, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Nesse sentido, o camponês pode ser considerado um agricultor familiar.

Para ressaltar, Denardi (2001, p. 57) descreve que os empreendimentos familiares têm duas características principais: “são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros”, sendo, ao mesmo tempo, uma unidade de produção/consumo e de produção/reprodução social.

Essas características representam também a forma de produção camponesa, que não é assim chamada hoje no Brasil, por uma questão histórica de nomenclatura, pois no Brasil, ainda de acordo o autor acima, o conceito de agricultura familiar é recente. Antes disso, usava-se o termo pequena produção, pequeno agricultor e, um pouco antes, o termo camponês.

Os teóricos da agricultura familiar apresentam uma série de argumentos e elementos para diferenciar o agricultor familiar do camponês, como por exemplo, os trabalhos adjacentes de Veiga e Abramovay, que destacam a integração ao mercado como papel determinante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e a incorporação de tecnologias para este segmento social. (VEIGA, 1991, p. 190; ABRAMOVAY, 1992, p. 21).

Em seu trabalho Abramovay (1992), que é um dos pioneiros sobre o tema no Brasil, considera que o conceito de agricultura familiar na sociedade moderna deve ser buscado na sua capacidade de adaptar-se ao comportamento do meio social e econômico em que se desenvolve, no caso, o meio capitalista.

Neste contexto “nada mais distante da definição do modo de vida camponês que uma racionalidade fundamentalmente econômica” (ABRAMOVAY, 1992, p. 115), fazendo sentir-se possibilitado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui “integração parcial a mercados incompletos”, impossibilitando sua participação em mercados completos desenvolvidos pela economia capitalista.

Ainda ocorre, atualmente, uma contraposição de conceitos entre os termos “camponês” e “agricultor familiar”. Alguns autores se opõem ao uso desses termos como sinônimos. Para Marafon e Ribeiro (2006), por exemplo, a denominação de agricultura familiar deriva da concepção norte-americana de que “produtor familiar” representava o pequeno produtor ousado, industrial e inovador. Enquanto que o campesinato deriva da concepção europeia de produção familiar oriundas em Chayanov (1974), no qual a produção familiar é vista em uma lógica própria, capaz de resistir à transformação capitalista.

Outra concepção para esta diferenciação é dada por Fernandes (2002) que sustenta que o produtor familiar que emprega recursos técnicos e está integrado ao mercado não é um “camponês”, mas sim um “agricultor familiar”. Pode-se afirmar então que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa. Dessa forma, resgata o conceito de camponês e explica que o uso do conceito de agricultura familiar muitas vezes é supérfluo e de grande força teórico-política.

Ainda de acordo Marafon e Ribeiro (2006), a concepção que prioriza a agricultura familiar como unidade de análise centra-se nos estudos da FAO/INCRA (1994), neste trabalho divide-se a exploração agrícola em modelo patronal e familiar. Percebe-se, de acordo o quadro acima, que a agricultura patronal possui as mesmas características de uma agricultura empresarial que tem como objetivo principal a obtenção de lucros. Nesse sentido, o conceito de agricultura familiar, aproxima-se da concepção teórico-política que defende a integração da unidade familiar aos mercados, conduzindo-a à utilização de pacotes tecnológicos e da especialização da produção em busca de excedentes produtivos para a realização do lucro capitalista.

O intuito deste trabalho se aproxima da análise sobre a agricultura familiar e camponesa feita por Wanderley (2003) que afirma que a agricultura familiar é um conceito genérico, enquanto o campesinato corresponde a uma das formas da agricultura familiar. Neste sentido, a agricultura camponesa aparece como um dos aspectos de agricultura familiar, uma vez que está associada à família, à produção e o trabalho. Porém, de acordo a autora, há particularidades que especificam o campesinato no conjunto maior que se referem aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

Os chamados ‘sem terra’, fruto do processo de expropriação do trabalho, também se configuram como novos personagens do espaço rural que lutam por acesso à terra. Os ‘sem terra’, através de suas ações, passaram a impulsionar desapropriações e assentamentos. No que diz respeito aos assentamentos rurais, de acordo Medeiros (2001), a diferença entre o agricultor familiar e o assentado se baseia, fundamentalmente, no tipo de política que é voltada a cada categoria. Os “‘agricultores familiares’ e ‘sem terra’ aparecem como atores relevantes, capazes de criar fatos políticos significativos, projetando formas organizativas e estratégias políticas distintas [...]” (MEDEIROS, 2001, p. 121). O processo de luta, que os assentados de reforma agrária, passaram até conseguirem a terra para sobreviver será estudado neste capítulo.

Nas próximas seções deste capítulo será evidenciado o caso brasileiro, ampliando-se a discussão e visão de outros autores sobre as características específicas do espaço agrário e do

campesinato no Brasil, contextualizados na evolução inicial da ocupação de terras no país e no processo de concentração e desigualdade da mesma dentro do modelo capitalista de produção.

1.3 A evolução inicial e as consequências da modernização da agricultura sobre a ocupação e a concentração de terras no Brasil

A posse de terras no Brasil quase sempre se deu de forma desigual, desde o descobrimento, quando eram controladas pela Coroa Portuguesa, até os dias de hoje com grande concentração nas mãos de poucos latifundiários. A propriedade fundiária constitui o elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira.

Como, inicialmente, a propriedade de todo o território brasileiro era monopolizada pela Monarquia, a terra ainda não possuía as características capitalistas de propriedade privada existentes na Europa. Porém, para se adequar ao sistema já vigente na Europa, ainda no início da colonização, a Coroa Portuguesa começou a fazer doações de grandes extensões de terras particulares, denominadas sesmarias. Esse processo é muito bem explicado por Stédile (2005) quando diz que:

[...] o fato de a propriedade de todo o território ter sido exclusiva da Coroa, não havendo propriedade privada da terra, determina que a propriedade da terra não era capitalista. Porém, para implantar o modelo agroexportador e estimular os capitalistas a investirem seu capital na produção das mercadorias necessárias para a exportação, a Coroa optou pela "concessão de uso" com direito à herança. Então, utilizando diversos critérios políticos e sociológicos, a Coroa entrega, a capitalistas-colonizadores que dispunham de capital, enormes extensões de terra — que eram medidas em léguas, em geral delimitadas por grandes acidentes geográficos. Assim, os capitalistas-colonizadores eram estimulados a investir seu capital no Brasil para a produção de alguma mercadoria para exportação, com a Coroa garantindo a posse de imensas extensões de terra para tal finalidade. (STEDILE, 2005, p. 19).

Com essas concessões, quase todas as atividades produtivas da colônia giravam em torno da agricultura e do comércio de produtos agrícolas tropicais que eram destinados a satisfazerem as necessidades europeias.

É importante salientar que todo o trabalho na produção dos bens agrícolas era feito por escravos, até meados de 1850. Desde então, a Coroa Portuguesa vinha sofrendo grandes pressões da Inglaterra para substituir a mão de obra escrava por trabalhadores assalariados, tanto pelo ideal iluminista que proclamava a igualdade entre os homens quanto por objetivos de caráter econômico que viam no assalariamento da mão de obra uma forma de expansão dos mercados. Apesar disso, a agricultura brasileira ainda se sustentou um bom tempo através do tráfico ilegal.

Com a extinção do regime de sesmarias e com a conseqüente e inevitável abolição da escravidão, na tentativa de impedir os trabalhadores (ex-escravos) de se apossarem das terras, além da falta de uma legislação que regulasse a posse de terras públicas, foi promulgada a primeira Lei de Terras do país, em 1850. O principal objetivo da lei era proporcionar um “[...] fundamento jurídico à transformação da terra – que é um bem da natureza e, portanto, não tem valor, do ponto de vista da economia política – em mercadoria, em objeto de negócio, passando, portanto, a partir de então, a ter preço.” (STEDILE, 2005, p. 6). Ou seja, transformar a terra, legalmente, em propriedade privada.

Esta lei serviu, principalmente, para criar as bases de conservação do mercado de trabalho rural substituindo o sistema escravista. Desta forma, sendo uma das primeiras leis do pós-independência, foi de grande contribuição para consolidação da propriedade privada no Brasil, conforme aponta Silva:

É fácil entender a importância da lei de Terras de 1850 para a constituição do mercado de trabalho. Enquanto a mão-de-obra era escrava, o latifúndio podia até conviver com terras de “acesso relativamente livre” (entre aspas porque a propriedade dos escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para alguém usufruir a posse dessas terras). Mas quando a mão-de-obra se torna formalmente “livre” com terra “livre”, ninguém iria ser trabalhador dos latifúndios. (SILVA, 1981, p. 10).

A implantação da Lei de Terras no Brasil marcou então o início da chamada “decomposição do complexo rural” brasileiro a partir de 1850. O complexo rural era formado por uma base primário-exportadora permeada por várias “economias regionais” dispersas por todo o país e comandadas pela demanda externa.

A dinâmica do complexo rural era caracterizada pela primitiva divisão do trabalho. “As fazendas, para produzir um determinado produto, tinham que produzir todos os bens intermediários e os meios de produção necessários, e ainda assegurar a reprodução da própria força de trabalho ocupada nessas atividades” (SILVA, 1996, p. 7). Dessa forma, compreende-se que a partir da introdução do trabalho livre no Brasil esse modelo de produção, baseado no complexo rural, começava a entrar em declínio. Segundo Kageyama (1990), o processo de transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre foi o que mais contribuiu para essa decomposição, denominada de crise do complexo rural.

A autora ainda coloca que foi sob um novo regime de trabalho, o colonato, a partir de 1870, que houve uma incorporação de unidades familiares de imigrantes no estado de São Paulo, que fez com que engendrasse a formação do complexo cafeeiro em substituição ao complexo rural, através da ampliação da divisão social do trabalho e da separação campo/cidade e agricultura/indústria na economia brasileira. Nessas condições, começa a ser

introduzido o trabalho livre na agricultura brasileira, aprofundando o processo da divisão social do trabalho.

A busca pela ampliação da produção do café fez com que a economia brasileira passasse por um processo de reajustamento nas suas formas de produzir e comercializar concomitantemente com a formação do mercado interno. Silva mostra com bastante clareza como o complexo cafeeiro engendrou uma demanda urbana ligada ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

As necessidades comerciais e financeiras para a comercialização e a expansão das atividades agrícolas, a necessidade crescente de novos meios de transporte com o deslocamento da produção de café no Oeste, bem como a necessidade de novas máquinas e novos equipamentos (de beneficiamento, por exemplo) e de outros insumos (sacos de juta, por exemplo) fizeram com que o complexo cafeeiro engendrasse fora da fazenda de café atividades complementares como os bancos, as estradas de ferro, as fábricas têxteis, etc., atividades que foram, em grande medida, financiadas pelos excedentes acumulados pelos próprios fazendeiros de café. (SILVA, 1996, p. 8).

Percebe-se, desta forma, como o Brasil caminhou para a nova fase de transição da economia, na primeira metade do século XX, em que o setor cafeeiro contribuiu incessantemente para a consolidação do setor industrial. Essa ocorrência pode ser considerada como o início da subordinação existente entre o campo e a cidade (agricultura e indústria) dada pela divisão nos insumos e ferramentas de produção que antes eram produzidos no campo e, naquele momento, passaram a serem produzidos na cidade.

A partir da decomposição do complexo rural, inicia-se o processo de modernização da agricultura, que, de acordo com Kageyama (1990), refere-se às transformações capitalistas na base técnica da produção ora à passagem de uma agricultura “natural” para uma que utiliza insumos fabricados industrialmente. Neste aspecto, a autora faz uma análise bastante importante, sobre a diferenciação entre modernização e industrialização na agricultura, e afirma que a industrialização surge em um momento mais avançado do processo de modernização, como ela própria explica:

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: a “reunificação agricultura-indústria” num patamar mais elevado do que o do simples consumo de bens industriais pela agricultura. É um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, as formas e o ritmo da mudança na base técnica agrícola, o que ela só pode fazer após a implantação do D1⁶ para a agricultura no país. (KAGEYAMA, 1990, p.122).

⁶ Silva (1996, p. 36) define o D1 como sendo o setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos. Ao descrever o D1 agrícola o autor afirma que “Os componentes do D1 da agricultura, isto é, as indústrias de tratores, implementos, fertilizantes, defensivos, são (e continuarão a ser) parte da Indústria Mecânica, da Indústria Química, inclusive de grandes corporações internacionais”.

Segundo Silva, (1996), a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAIs)⁷, que se deu na década de 1970, somente foi possível através da integração intersetorial das indústrias que produzem para a agricultura (máquinas e insumos) e sua consolidação se deu pela integração de capitais através, principalmente, das políticas de financiamento.

Pires e Ramos (2009) salientam que no Brasil, a modernização da agricultura teve por objetivo principal o aumento da produção agropecuária mediante a renovação tecnológica, sem que sua a estrutura agrária fosse expressivamente alterada, ao que denominaram de modernização conservadora.

No Brasil, esse termo sustentou a transição de um modo de produção agrícola mais rudimentar para a produção agrícola industrial, sendo que o interesse dessa transição era manter o padrão de acumulação da burguesia que detinha a grande maioria da posse da terra. Dessa forma, percebe-se como a burguesia ou a classe dominante tem poder de promover e influenciar transformações políticas e sociais ao que as interessam, determinando os caminhos do desenvolvimento capitalista agrário no Brasil que se garantia

[...] na manutenção do monopólio da terra e dos privilégios políticos da oligarquia rural, que asseguram uma modernização conservadora, às custas da exclusão política dos setores subalternos do campo, da expropriação do campesinato e da sua proletarização irremediável (AZEVEDO, 1982, p. 28).³

Toda essa garantia do desenvolvimento da nova dinâmica da agricultura brasileira dada a essa oligarquia rural era assegurada pela ação do Estado. De acordo Silva (1996) essa ação orientava-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo, liderado pela indústria de insumos e processamento de matéria-prima, suscitando a promoção e a proteção deste modelo.

Kageyama (1990), entretanto, utiliza o termo modernização para designar o processo de transformação na base técnica da produção agropecuária no Brasil. A partir destas transformações, cresceu a dependência que o país tinha do mercado externo, principalmente, de compras industriais para sua produção.

Esse fator de dependência, mesmo restringindo a capacidade de importar da agricultura brasileira não impediu que esse processo elevasse o seu consumo intermediário⁸ e

⁷ “Um complexo agroindustrial completo e integrado, por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho-rações-produção avícola-carne industrializada) ou no caso do açúcar e do álcool (equipamentos para usinas e destilarias – cana – usinas de açúcar e álcool), isto é, pode-se identificar uma cadeia de atividades fortemente relacionadas e com dinamismo próprio, formada por um “tripé” (D1 para a agricultura/atividade agrícola/agroindústria)” (SILVA, 1996, p. 35).

⁸ Segundo Kageyama (1990), o consumo intermediário é o valor de todos os insumos que entram no processo de produção (excetuando a força de trabalho). Inclui as despesas com sementes, defensivos, fertilizantes, rações e medicamentos para animais, aluguel de máquinas e outros itens que possam ser considerados matéria-prima ou insumos produtivos.

consequentemente implantasse a internalização do D1 agrícola. Guimarães, que foi um dos grandes estudiosos da formação dos CAIs, exemplifica em que momento esse processo de transição consolidou o complexo agroindustrial no Brasil:

Com a instalação no País das fábricas de tratores, das fábricas de máquinas e implementos agrícolas mais sofisticados e das fábricas dos vários insumos modernos, completava-se o dispositivo mediante o qual as indústrias supridoras e as indústrias processadoras passavam a controlar, pelos dois lados, a atividade agropecuária. Estava, assim, definitivamente montado no país o poderoso complexo agroindustrial (GUIMARÃES, 1976, p. 6).

Com a concretização da etapa de industrialização da agricultura, percebe-se que a nova dinâmica produtiva reduziu a participação do pequeno agricultor no sistema de produção agrícola nesse período. Ainda em seu estudo sobre os CAIs, Guimarães coloca que o problema da pobreza no Brasil está na “produtividade muito baixa da maior parte da população rural, marginalizada pela modernização e a industrialização.” Isso pode ter acontecido também pelo fato de estes não terem acesso à modernização tecnológica e nem a uma estrutura fundiária, econômica e social que propiciasse seu desenvolvimento em bases capitalistas de produção.

Mesmo que o camponês da pequena produção agrícola no Brasil não tenha recebido os mesmos privilégios que eram oferecidos aos grandes latifundiários, não deixou de ter sua importância na produção de alimentos para o mercado e para o autoconsumo. Ferreira *et al* (2001) apontam que em vários países desenvolvidos a pequena produção agrícola é sempre assegurada, em maior ou menor grau, pela pequena produção rural, geralmente de base familiar.

Sobre o cenário brasileiro os autores afirmam que mesmo cultivando áreas muito menores que as ocupadas pelo agronegócio, a agricultura familiar contribui com a maior parte da produção dos alimentos da cesta básica. Para confirmar tal colocação apresentam dados do Censo Agropecuário de 2006 e registram que 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% dos suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e 21% do trigo têm origem nas pequenas propriedades de administração familiar.

Com estes dados fica clara a importância da produção agrícola familiar para a agricultura brasileira na sua contribuição para o Valor Bruto da Produção (VBP) das principais lavouras e da produção animal, levando-se em consideração a área que ocupam (30,5% da área total), “destinada principalmente para moradia e subsistência”. Além disso, “quando consideradas algumas atividades, demonstra a sua importância em produtos destinados ao mercado interno e também entre os principais produtos que compõem a pauta de exportação agrícola brasileira.” FAO/INCRA (2000, p. 31).

Outra conclusão a ser tirada a partir dessas informações é o desequilíbrio do desenvolvimento da agricultura familiar entre as cinco regiões brasileiras, especialmente entre as regiões Sul e Nordeste. Ferreira *et al* (2001, p. 495) atribuem esta desigualdade ao fato de os agricultores familiares do Sul conseguirem, “por diversos motivos, se capitalizar e se integrar de forma dinâmica aos mercados, enquanto os agricultores nordestinos permanecem alijados, com acesso difícil ao crédito e com terras de pior qualidade”. Sem dúvida, a maneira como está instalada a estrutura fundiária no Brasil é o fator explicativo dessa disparidade regional.

A este respeito, salienta-se que as unidades familiares de produção integradas ao mercado fazem parte de um grupo de agricultores familiares que diferem em sua dinâmica produtiva de grande parte do campesinato brasileiro.

Sob condições capitalistas de produção alguns autores defendem a necessidade da industrialização na agricultura. Brum *apud* Teixeira (2005) coloca que os benefícios desta modernização são basicamente: a) a elevação da produtividade do trabalho visando o aumento do lucro; b) a redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência; c) necessidade de superar os conflitos entre capital e o latifúndio (basicamente conflitos de acesso a terra) e de d) possibilitar a implantação do complexo agroindustrial no país.

É fato que “através da modernização da agricultura, os produtores buscam melhores condições de enfrentar as dificuldades impostas pela natureza no que se refere à produção e o melhoramento de alguns fatores necessários.” (TEIXEIRA, 2005, p. 23). Porém, essa busca incessante por novas tecnologias como a conservação artificial e fertilização do solo, mecanização da lavoura, seleção de sementes, dentre outros recursos, possui um fim maior que é a obtenção do lucro que não beneficia aos pequenos produtores de forma geral.

Essa industrialização é baseada em um discurso de progresso e aumento da produção desencadeado a partir da Revolução Verde⁹, inovando as técnicas agrícolas e incentivando o mercado a promover um maior consumo e propiciando um aumento do comércio entre as indústrias que trabalham no ramo tecnológico da agricultura, como de máquinas e insumos modernos, por exemplo. Esse processo acaba por tornar os produtores cada vez mais dependentes da indústria, reforçando o pensamento de que as técnicas e máquinas modernas podem adaptar-se a qualquer fenômeno natural, não comprometendo a produtividade.

⁹ De acordo Andrades e Ganimi (2007), a argumentação central da Revolução Verde foi a de exterminar a falta de alimentos, maximizando sua produção e diminuindo a fome nos países em desenvolvimento. O modelo de mecanização da agricultura foi também acentuado pela chamada Revolução Verde. Para isso, foram introduzidas à aplicação massiva de inovações tecnológicas no campo, mudanças genéticas em sementes, uso intensivo de insumos industriais, além da mecanização e redução do custo de manejo, o que fez aumentar a produtividade agrícola mundial.

O modelo de produção, baseado na Revolução Verde, denominado por Romeiro (1998) como “Modelo Euro-Americano”, em sua essência, buscava tornar viável a produção em larga escala da prática da monocultura. A maximização do lucro através da monopolização de fatias cada vez maiores do mercado e a criação da necessidade de adquirir pacotes tecnológicos, acabou por criar um círculo de dependência para o agricultor que só adquiria os pacotes tecnológicos produzidos pelas transnacionais.

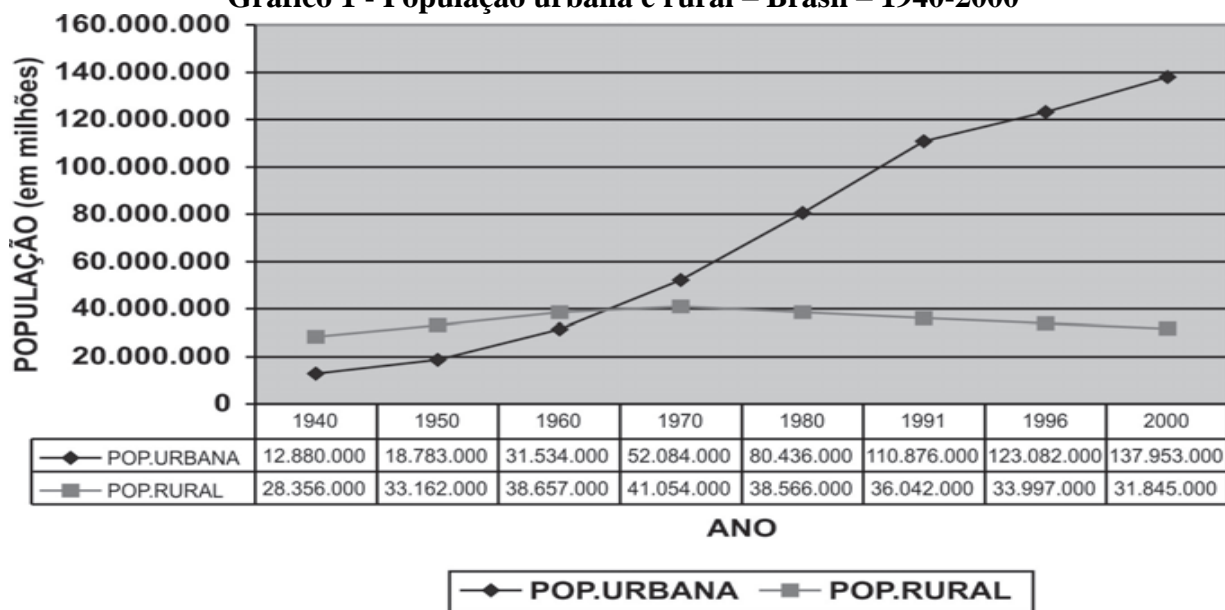
De forma geral, alguns estudos como o de Ferraz (s.d.), pesquisador da Embrapa, revelam que o aumento da produtividade por este meio teve um alto custo ambiental e social e ainda não resolveu o problema da fome no Brasil. Como informa Silva. (1996, p. 35), “no Brasil esse modelo, comandado pelo Estado, não proveu mecanismos compensatórios sobre seus efeitos sociais na estrutura agrária, nos recursos naturais, na concentração de renda, nas disparidades regionais, no êxodo rural”.

Verifica-se assim que o estudo sobre a produção de alimentos de modo ambiental e socialmente sustentável ainda tem que ser muito discutido. Ignacy Sachs (2010) enxerga nesse tema a necessidade de uma “Revolução Duplamente Verde” que visa garantir rendimentos elevados por hectare, respeitando as limitações ecológicas e a condição social do camponês.

No Brasil, foi a partir do pós II Guerra Mundial, que a questão agrária passou a ser associada à ideia de “desenvolvimento econômico” e essa modernização da agricultura contribuiria para essa ideia, visto que o sistema de produção capitalista se intensificava no país. Esse processo foi bastante facilitado pelo Estado brasileiro que criou um enorme aparato institucional altamente favorável à modernização da agricultura, como concessão de créditos, doação de terras, investimentos em pesquisa, etc.

Cabe ressaltar que esse processo contribuiu em grande proporção para o inchaço das cidades (principalmente das grandes cidades) que com a migração rápida e intensa da população da zona rural para a zona urbana provocou um gargalo social. Martine (1991, p. 10), declara que esse modelo provocou um forte êxodo rural de “quase trinta milhões de pessoas entre 1960 e 1940” com uma redução absoluta da população rural nunca vista na história moderna.

Ainda de acordo Martine (1991), boa parte das pessoas que migraram para a zona urbana não contribuiu em grandes proporções no consumo do mercado interno, pois não tinha emprego para todas elas. Ao contrário, se criou um inchaço nas cidades, aumentando o tamanho das periferias e degradando o modo de vida dessa população menos favorecida, provocando o fenômeno da divisão de classes. Esse crescimento da população urbana do Brasil na segunda metade do século XX pode ser verificado no Gráfico 1, abaixo.

Gráfico 1 - População urbana e rural – Brasil – 1940-2000

Fonte: Fibge, Censos Demográficos de 1940 a 2000 (apud PINHEIRO, 2007)

(1) Contagem Populacional de 1996.

(2) Concepção da autora a partir de tabela apresentada em Gonçalves, Brandão, Galvão (2003:272).

Como está claro no gráfico acima, a grande mudança no padrão de urbanização brasileiro se deu na década de 1970, quando a população urbana superou a rural. Esse fato ocorreu na mesma década em que os complexos agroindustriais foram consolidados no Brasil.

Todo esse contexto do discurso capitalista em que está inserida a agricultura acaba por promover uma desigualdade cada vez mais acentuada entre os produtores agropecuários. Diferente da ideia de desenvolvimento econômico suscitada pelo governo, o que se percebe é que a estrutura agrária continuou concentrada e a manutenção desse modelo serviu para elevar o grau dessa concentração até os dias de hoje, acelerando o processo de urbanização e precarizando as condições de vida nas cidades.

Uma das principais causas que levaram a esse êxodo rural foi o processo de concentração fundiária, característica essencial de todo esse modelo evolutivo de modernização. Os dados da Tabela 1 indicam a evolução do molde de concentração da terra desde 1940 até 1985.

De acordo os dados da tabela, em 1940 os camponeses com área inferior a 100 ha representavam cerca de 86% dos proprietários dos estabelecimentos agrícolas e possuíam aproximadamente 19% do total de terras. Enquanto isso 1,5% dos proprietários dos estabelecimentos com mais de 1000 ha tinham a posse de 48% das terras, praticamente, a metade do total de terras brasileiras agricultáveis.

Tabela 1 - Brasil – Estrutura Fundiária 1940 - 1985

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS								
Classes de área (ha)	1940		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	1.904.589	100,00	2.064.642	100,00	3.337.769	100,00	4.924.019	100,00
menos de 10	654.557	34,37	710.934	34,43	1.495.020	44,79	2.519.630	51,17
10 a – 100	975.438	51,22	1.052.557	50,98	1.491.415	44,68	1.934.392	39,28
100 a – 1.000	243.818	12,80	268.159	12,99	314.746	9,43	414.746	8,42
1.000 a – 10.000	26.539	1,39	31.017	1,50	30.883	0,93	35.425	0,72
10.000 e mais	1.273	0,07	1.611	0,08	1.597	0,05	1.449	0,03
Classes de área (ha)	1975		1980		1985			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
TOTAL	4.993.252	100,00	5.159.851	100,00	5.834.779	100,00		
menos de 10	2.601.860	52,11	2.598.019	50,35	3.085.841	52,89		
10 a – 100	1.898.949	38,03	2.016.774	39,09	2.166.424	37,13		
100 a – 1.000	446.170	8,94	488.521	9,47	518.618	8,89		
1.000 a – 10.000	39.648	0,79	45.496	0,88	47.931	0,82		
10.000 e mais	1.820	0,04	2.345	0,05	2.174	0,04		
ÁREA OCUPADA (HA)								
Classes de área (ha)	1940		1950		1960		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
TOTAL	197.720.247	100,00	232.211.106	100,00	249.862.142	100,00	294.145.466	100,00
menos de 10	2.893.439	1,46	3.025.372	1,30	5.952.381	2,38	9.083.495	3,09
10 a – 100	33.112.160	16,75	35.562.747	15,31	47.566.290	19,04	60.069.704	20,42
100 a – 1.000	66.184.999	33,47	75.520.717	32,52	86.029.455	34,43	108.742.676	36,97
1.000 a – 10.000	62.024.817	31,37	73.093.482	31,48	71.220.904	28,50	80.059.162	27,22
10.000 e mais	33.504.832	16,95	45.008.788	19,38	38.893.112	15,57	36.190.429	12,30
Classes de área (ha)	1975		1980		1985			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
TOTAL	323.896.082	100,00	363.854.421	100,00	376.286.577	100,00		
menos de 10	8.982.646	2,77	9.004.259	2,47	10.029.780	2,67		
10 a – 100	60.171.637	18,58	64.494.343	17,73	69.678.938	18,52		
100 a – 1.000	115.923.043	35,79	126.799.188	34,85	131.893.557	35,05		
1.000 a – 10.000	89.866.944	27,75	104.548.849	28,73	108.397.132	28,81		
10.000 e mais	48.951.812	15,11	60.007.780	16,49	56.287.168	14,96		

Fonte: IBGE (apud OLIVEIRA, 1991, p. 31).

Considerando-se que durante esse período de 45 anos, o Brasil passou por importantes transformações estruturais, nota-se que muito pouco foi modificado na estrutura agrária, no que diz respeito a maior parte da população rural. Analisando a década 1985 a concentração de terras nas mãos da minoria latifundiária aumentou ainda mais. Novamente os camponeses representam a grande maioria dos estabelecimentos com menos de 100 ha. Mais de 90% desses pequenos produtores ocupavam 21% das terras contra 44% de ocupação dos estabelecimentos com mais de 1000 ha, representado por apenas 0,9% do número de estabelecimentos total.

Dados ainda mais recentes mostram que essa concentração, mantida para validar o padrão agrícola instalado no Brasil, é praticamente o mesmo dos últimos vinte anos. Conforme o IBGE:

O Censo Agropecuário 2006 revelou que a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos vinte anos, embora tenha diminuído em 2.360 municípios. Nos Censos Agropecuários de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimentos agropecuários no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupavam, apenas, 2,7% da área total. Focalizando-se o número total de estabelecimentos, cerca de 47% tinham menos de 10 hectares, enquanto aqueles com mais de 1.000 hectares representavam em torno de 1% do total, nos censos analisados. (IBGE, 2006).

Pela continuação deste processo de concentração ao longo da evolução da questão agrária brasileira, não se percebeu mudanças. As consequências da modernização da agricultura sobre a ocupação e a concentração de terras no Brasil fizeram com que os camponeses buscassem formas de lutar pelo acesso e pela sua permanência na terra. Nesse cenário, o próximo item fará uma análise da atual estrutura fundiária brasileira e sobre o debate da Reforma Agrária no país.

1.4 Atual estrutura fundiária brasileira e o debate sobre a Reforma Agrária no país

Conforme mencionado na seção anterior, a distribuição inicial da propriedade da terra no Brasil foi feita de forma bastante desigual através do sistema de capitânicas hereditárias seguido pelo regime de sesmarias. Segundo Stedile (1997), as terras eram entregues em troca de favores e tributos a quem tivesse interesse e apresentasse recursos para explorá-las. Dessa forma entende-se a origem dos grandes latifúndios no Brasil com cunho capitalista e produção monopolista.

A disparidade histórica de ocupação de terras existente no território brasileiro evidencia a atuação do desenvolvimento capitalista na agricultura que fez com que se criasse esse monopólio de terras, concentradas em uma mínima parcela da sociedade que detinha o maior poder de compra. Essa temática é muito discutida na literatura da economia agrária e Bacha (2004) tenta sintetizar e conceituar a questão da concentração e da desigualdade da posse da terra da seguinte forma:

A concentração da terra considera a proporção da área possuída pela grande maioria dos produtores rurais e a proporção possuída pela minoria dos produtores rurais. Se a grande maioria dos produtores rurais tiver uma proporção pequena da área de terra total e a minoria dos produtores tiver uma grande proporção da área de terras total, diz-se que há concentração na posse da terra. A desigualdade considera as diferenças de concentração de áreas entre os produtores considerados de modo individual. (BACHA, 2004, p. 202).

A explicação de Bacha deixa claro o que pode ser chamado de concentração fundiária e quais são os atores desse processo. Para ajudar no entendimento desta questão, Stedile (1997)

explica que os termos *estrutura fundiária e/ou concentração da propriedade* denominam a forma como está distribuída a propriedade das terras em um país.

Existe uma alta desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, caracterizada pela grande proporção da área total agrícola ocupada pelos estabelecimentos com área maior ou igual a 100 hectares, que representam uma mínima parcela dos estabelecimentos, se comparado às pequenas propriedades, conforme aponta Hoffmann e Ney com base nos dados do IBGE:

Eles representam apenas 9,6% do total de estabelecimentos agrícolas no país e ocupam 78,6% da área total dedicada à atividade, ao passo que aqueles com área inferior a 10 hectares constituem mais de 50% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,4% da área total. (IBGE, 2009 apud HOFFMANN; NEY, 2010).

Com esses elementos pode-se ratificar o que Oliveira (1997, p. 29) afirma sobre a herança da posse das terras no Brasil, ao afirmar que “a estrutura fundiária brasileira herdada do regime das capitânicas/sesmarias, muito pouco foi alterada ao longo dos 400 anos de história do Brasil”. Esta desigualdade histórica está presente em todas as regiões do país com graus de concentração diferentes em cada uma, como poderá ser visto a seguir.

Essa desigualdade da posse da terra pode ser medida pelo índice de Gini¹⁰, que é conceituado por Wolffenbüttel (2011) como “um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo”, porém, nesse caso ele irá medir o grau de concentração de terras (aumento da área) ocupadas pelo latifúndio.

Existe uma grande diferenciação entre os graus de concentração de terras nas regiões do Brasil. A Tabela 2, na página seguinte, apresenta os valores da área média dos estabelecimentos em hectares e os valores do índice de Gini da distribuição da posse de terra, conforme Unidade da Federação.

A disparidade na distribuição da terra é alta em todas as unidades da federação. A tabela mostra que as regiões Sul e Sudeste são as que possuem menor disparidade de concentração de terra com um dos menores índices de Gini no estado de Santa Catarina (0,680), perdendo apenas para o estado de Roraima na região Norte com (0,666), de acordo o censo agropecuário de 2006. Em contrapartida os estados da região Nordeste, castigada pela seca, são os que possuem os mais altos índices de concentração de terra tendo o estado de Alagoas a mais elevada desigualdade fundiária, com um índice de Gini de 0,871.

Ainda de acordo a tabela observou-se, em geral, uma estabilidade da desigualdade fundiária, em que se pode ressaltar que a manutenção do modelo capitalista de produção

¹⁰ De acordo Wolffenbüttel (2011), o índice de Gini pode variar de zero a um, quando está em zero significa que há uma igualdade entre as áreas ocupadas, se estiver em um, mostra o topo da concentração de renda, ou como no caso, da área ocupada pelo latifúndio.

existente conserva uma disparidade no acesso a terra, o que faz com que essa situação seja de preocupante ao considerar-se as condições de reprodução da população camponesa, gerando conflitos sociais. A necessidade de políticas públicas voltadas a essa grande maioria da população, menos favorecida, do campo brasileiro se faz de grande necessidade para que se possa começar a mudar esse cenário.

Tabela 2 - Área média dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, e índice de Gini da distribuição da posse da terra, conforme Unidade de Federação. Censo Agropecuário, 1975 a 2006

Unidade Geográfica	Área Média					Índice de Gini					
	75	80	85	95/96	2006	75	80	85	95/96	2006	
NO	Rondônia	121,0	108,0	74,8	115,5	96,7	0,623	0,653	0,656	0,766	0,714
	Acre	172,5	207,5	149,4	133,8	126,5	0,632	0,693	0,626	0,723	0,716
	Amazonas	70,1	70,2	50,5	40,0	64,5	0,921	0,871	0,820	0,809	0,838
	Roraima	608,2	658,2	336,5	402,5	172,3	0,887	0,788	0,753	0,815	0,666
	Pará	86,5	91,6	97,8	109,2	109,1	0,868	0,843	0,828	0,815	0,821
	Amapá	185,2	186,4	250,8	213,8	283,0	0,855	0,850	0,865	0,835	0,851
NE	Maranhão	25,1	30,6	29,5	35,5	57,0	0,927	0,926	0,924	0,904	0,866
	Piauí	48,6	44,8	43,8	46,7	43,0	0,898	0,898	0,897	0,874	0,856
	Ceará	43,7	47,8	34,0	26,4	23,2	0,784	0,780	0,816	0,846	0,862
	Rio G. do Norte	41,8	42,4	37,9	41,0	40,5	0,862	0,851	0,854	0,853	0,824
	Paraíba	23,7	29,3	24,0	28,1	23,6	0,845	0,828	0,843	0,835	0,821
	Pernambuco	19,9	20,2	18,8	21,6	19,1	0,829	0,825	0,831	0,822	0,825
	Alagoas	19,8	20,3	16,6	18,6	17,9	0,846	0,847	0,860	0,865	0,871
	Sergipe	17,9	19,8	16,7	17,2	15,1	0,855	0,848	0,860	0,848	0,822
Bahia	46,1	47,1	45,2	42,7	39,3	0,812	0,826	0,841	0,835	0,839	
SE	Minas Gerais	96,4	96,8	83,4	82,2	60,8	0,756	0,768	0,772	0,773	0,795
	Espírito Santo	63,4	64,0	56,3	47,7	33,9	0,628	0,657	0,673	0,692	0,733
	Rio de Janeiro	45,2	41,0	35,8	45,0	36,2	0,791	0,805	0,816	0,791	0,798
	São Paulo	73,9	73,8	71,8	79,8	74,1	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803
SU	Paraná	32,7	36,1	35,8	43,1	42,2	0,729	0,743	0,752	0,743	0,770
	Santa Catarina	33,3	34,6	31,6	32,5	31,9	0,659	0,680	0,685	0,673	0,680
	Rio G. do Sul	50,2	50,7	48,0	50,8	46,5	0,755	0,762	0,764	0,763	0,772
CO	Mato G. do Sul	496,0	642,7	570,2	628,3	465,6	0,909	0,871	0,861	0,823	0,857
	Mato Grosso	391,6	545,7	485,6	633,0	427,0	0,944	0,922	0,910	0,871	0,865
	Goiás + Tocantins	280,9	311,3	264,3	286,0	211,3	0,749	0,755	0,756	0,741	0,782
	Distrito Federal	99,5	107,6	92,3	99,6	63,6	0,783	0,755	0,776	0,802	0,818

Fonte: Hoffmann e Ney (2010).

As consequências desse problema socioeconômico histórico podem ser muitas, a exemplo da “pobreza no campo, do desrespeito aos direitos sociais, da falta de emprego, da superexploração do trabalho.” (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2009, p.14). Esse processo acaba por ajudar no impedimento do desenvolvimento das áreas rurais no país, incentivando a saída dos jovens do campo e ajudando a ampliar os problemas sociais nas cidades.

A partir do pós-guerra o tema da geografia agrária no Brasil começou a ser discutido com mais apreço. Foi um momento de discussão das transformações sociais e políticas em que

foram abertas novas perspectivas à produção geográfica. Nesse período foram discutidas propostas de melhorias para vida no campo que se concentravam no Código Rural. Ao mesmo tempo em que se multiplicavam os projetos de “reforma agrária” em que o objetivo fundamental era a democratização da propriedade. (OLIVEIRA, 1997).

De acordo Veiga (1984), a Reforma Agrária consiste em um ato de transferência da propriedade da terra de um grupo social para outro. Para delimitar essas propriedades que estarão sujeitas à desapropriação são necessárias normas. A competência para a desapropriação por interesse social para fins da reforma agrária é intermediada pela Lei nº. 8.629/93, em seu art. 2º, parágrafo 1º em que compete a União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

Esta função social está relacionada ao uso racional dos recursos, a preservação ambiental, ao respeito às leis trabalhistas e ao cumprimento de determinados níveis de utilização da terra, bem como a eficiência na exploração especificados nos §§ 1º a 7º do art. 6º da referida lei Além disso, são estabelecidos critérios para que os atingidos tenham, ou não, algum tipo de compensação que varia de política para política, normalmente em forma de indenização.

No entanto, durante o período do regime militar (1964 a 1985) prevaleceu, evidentemente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária”, que vigorava no Estatuto da Terra¹¹. As políticas desses governos eram voltadas, basicamente, para a modernização do latifúndio que tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada.

Uma certa perspectiva de alteração desse cenário surgiu com a redemocratização em 1985, quando a chamada “Nova República” inscreveu a reforma agrária entre suas prioridades. De acordo Martins (1986), deu-se oportunidade aos movimentos sociais de luta pela terra, igrejas, sindicatos e a partidos políticos a favor da reforma agrária, para que pudessem pressionar o governo, agora sem opressão, no sentido da realização da reforma.

O Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), constituíram-se nos principais grupos de pressão a favor da reforma agrária no final da ditadura militar. Foi nesta fase também que foi lançada a Proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), pautada no Estatuto da Terra. Nesse contexto, acredita-se que, até hoje, a principal reivindicação dos trabalhadores rurais brasileiros seja a reforma agrária, conforme aponta Silva:

¹¹ O Estatuto da Terra foi feito no primeiro governo militar, visando conciliar a defesa da propriedade e a reivindicação de maior apoio a agricultura, permitindo “o controle e a administração das lutas pela terra.” (MARTINS, 1986, P. 61).

[...] Ela é a reivindicação maior de todos aqueles que poderiam ser chamados de “operários-camponeses”, os quais, por terem terra insuficiente e/ou condições precárias de acesso a mesma, são obrigados a se assalariar temporariamente para garantir a sua sobrevivência. Mas não apenas os “operários-camponeses” que a reivindicam. Também os assalariados têm na reforma agrária sua bandeira de luta política.

A reforma agrária que os trabalhadores em geral reivindicam não é a pulverização antieconômica das terras, é sim, uma redistribuição da renda, de poder e de direitos, aparecendo as formas multifamiliares e cooperativas como alternativas viáveis para o não fracionamento da propriedade. (SILVA, 1981, p. 10).

Analisando essa forma de reivindicação, observa-se a grande importância da realização da reforma agrária no país, proporcionando terra para a população trabalhar, aumentando a produção agrícola, reduzindo as desigualdades sociais, democratizando a estrutura fundiária, etc, pois, representa uma forma de distribuição de terra que busca o retorno e a permanência do homem no campo, reforçando sua identidade campesina.

No Brasil, a reforma agrária tem sido um processo articulado por movimentos sociais que buscam representar nacionalmente a luta por uma transformação na estrutura fundiária, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola.

Um dos principais movimentos sociais que atuam nesse campo é o do MST. Este movimento é fruto de uma questão agrária estrutural e histórica no Brasil e nasceu da articulação das lutas pela terra, que foram retomadas a partir do final da década de 1970, como mostra a Secretaria Nacional do MST:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é filho das lutas pela democratização da terra e da sociedade. No final da década de 1970, quando as contradições do modelo agrícola se tornam mais intensas e sofrem com a violência de Estado, ressurgem as ocupações de terra. [...] As ocupações de terra se tornaram ferramenta de expressão camponesa e de contestação do autoritarismo. Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade convergem em um encontro nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país. (SECRETARIA NACIONAL DO MST, 2010, p. 9).

Assim, desde seu surgimento e sua consolidação em 1984, o MST se organiza em torno desses três objetivos principais sempre ampliando e adequando mais objetivos a necessidade de cada local específico e as mudanças que a sociedade passa com o desenvolvimento do capital. Esse processo faz com que, cada vez mais, o movimento adquira experiências e possa evoluir em sua forma de lutar pela terra e na busca por uma sociedade mais democratizada.

Com grande expressividade na Bahia, o MST iniciou sua trajetória no sul do estado. Conforme Morissawa, no final de 1985 representantes do MST vieram do Sul do país para implantar o movimento na região Sul da Bahia, estendendo-se, posteriormente, por todo o estado. “Oficialmente sua primeira ocupação se deu no município do Prado no ano de 1987 com 450 famílias participando da ocupação.” (MORISSAWA, 2001, p. 182). O autor destaca que o movimento está organizado por todo o território baiano e já conseguiu importantes conquistas na região. Atualmente, segundo Lima (2012), existem (até a publicação de seu trabalho) cerca de 132 assentamentos e 212 acampamentos, espalhados por 141 municípios na Bahia.

Entretanto, apesar da Reforma Agrária ser uma política de grande importância para os camponeses, suas reivindicações não se limitam apenas a distribuição de terras. É de grande relevância também discussões sobre preços mínimos, comercialização, crédito e assistência técnica que poderiam, em um sistema democrático, estar voltadas para os pequenos agricultores e não apenas para uma minoria privilegiada de grandes proprietários de terra.

Hoje em dia as políticas existentes estão focalizadas na redução das dificuldades enfrentadas, historicamente, pela agricultura familiar brasileira, em seu sentido mais amplo. Como mostra Denardi (2001), as principais políticas públicas destinadas aos agricultores familiares, que tem a família como principal unidade de produção, são a Previdência Social e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹². O Pronaf, criado em 1995, constitui um dos principais instrumentos de financiamento dos pequenos agricultores no Brasil e tem como estratégia o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural, como cita Ferreira *et al* (2001).

Com isso, pode-se dizer, porém, que no Brasil a questão agrária ainda está longe de ser solucionada, pois, tendo como elementos principais a desigualdade, tanto da renda como da posse da terra, a contradição e o conflito, está relacionada à histórica desigualdade na distribuição da posse da terra e ao conservadorismo da elite ruralista no Brasil.

Nesse sentido, a noção de agricultura familiar, dentro de sua amplitude, se mostrou capaz de acolher um conjunto de categorias sociais, como por exemplo, “assentados, arrendatários, parceiros, integrados às agroindústrias, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores”, como demonstra

¹² De acordo a cartilha de acesso ao Pronaf (2011/2012), os financiamentos do Pronaf, se destinam as atividades agropecuárias e não agropecuárias e ao beneficiamento ou industrialização de produtos agrícolas. Além de oferecer crédito para os produtores, o Pronaf, através do governo federal realiza vários programas e políticas que visam garantir renda e estabilidade para o produtor. Alguns desses programas consistem em garantir a safra, segurar o agricultor familiar, garantir os preços da agricultura familiar, além dos programas de aquisição de alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, todos visando garantir a renda e a estabilidade do produtor (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2013).

Schneider (2003, p. 100). De acordo com toda essa discussão, o que se pode concluir do processo histórico de organização camponesa e familiar é que:

A organização do trabalho familiar no campo existe desde os primórdios da história da humanidade. Em seu processo de formação, a organização do trabalho camponês realizou-se em diferentes tipos de sociedade: escravista, feudal, capitalista e socialista. No capitalismo, a sua destruição não se efetivou conforme prognosticado, porque sua recriação acontece na produção capitalista das relações não capitalistas de produção e por meio da luta pela terra e pela reforma agrária. Assim, na não realização da destruição efetiva do camponês, tenta-se refutar o conceito. (FERNANDES, 2000, p. 5).

Dessa forma, sendo a produção camponesa considerada uma relação não capitalista de produção, sendo recriada por meio da luta pela terra em consonância com a agricultura familiar, os assentamentos de reforma agrária, criados pelo MST, estão incluídos nestas denominações.

Para reforçar essa ideia Marques (2008, p. 65) afirma que as novidades da luta pela terra na atualidade são muitas, “a começar pelo processo de recampesinização da família sem-terra que se dá com o assentamento destas”.

Ainda segundo Marques (2008, p. 65), “o camponês brasileiro é um migrante e sua expropriação não tem representado uma ruptura total de seus vínculos com a terra”. A maioria deles mantém algum tipo de relação com o campo, seja ela direta (de trabalho) ou indireta (vínculos familiares, relação de origem, etc.).

Isso explica, em parte, a permanência de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade que buscam assegurar a sua sobrevivência mantendo a dignidade como trabalhadores rurais.

Para tentar desenvolver e valorizar o campo de forma social e ambientalmente estruturada para os que nele sobrevivem e os que têm a esperança de retornarem a sua origem é necessário que o Estado apoie e promova esse desenvolvimento através de alternativas que contemplem as transformações que tem ocorrido nas unidades familiares de produção. Para Marafon e Ribeiro (2006, p. 116), essas transformações representam:

A diminuição do tempo destinado às atividades agrícolas, a diminuição da renda agrícola e a busca de outras atividades para complementação da renda, o retorno para as áreas rurais de pessoas oriundas do urbano, sobretudo aposentados, que passam a se dedicar não somente a atividades agrícolas, têm levado a uma busca de caracterização desses fenômenos, e que genericamente têm sido denominados de unidades familiares de produção pluriativas.

Esse processo de transformação nada mais é do que uma consequência do modelo de desenvolvimento da agricultura implementado no pós-guerra em que os camponeses foram

expropriados de seus instrumentos de trabalho, se tornando proletários nas cidades e se configurando no que Marx chama de “exercito industrial de reserva”.

Sauer (*apud* NASCIMENTO, 2012) cita que a reforma agrária deve se aliar às políticas agrícolas voltadas ao desenvolvimento e a valorização rural sustentável dentro de um processo que contemple a diminuição das desigualdades sociais. Ainda de acordo o autor a reforma agrária deveria ser essencialmente agrícola, porém adotando, como uma das principais estratégias, a criação de empregos não agrícolas nas zonas rurais. Esta seria uma forma de ater a população carente rural em seus locais de moradia e ao mesmo tempo melhorar suas condições de vida. Essa estratégia pode ajudar a reforma agrária a permitir a sobrevivência de seus assentados e a reinserção na terra da população migratória que acaba por sobrar nas cidades.

A complementação dessa estratégia se dá, na prática, através do exercício da pluriatividade e da multifuncionalidade. Estes conceitos são trabalhados dentro do modo de produção familiar e servem como alternativas de reprodução da família, alcançando de forma diferenciada camponeses e agricultores familiares.

A importância do desenvolvimento desses conceitos para a agricultura familiar no Brasil, junto ao debate de alguns autores que tratam esse assuntos, será melhor apresentada no decorrer deste trabalho, dando destaque para ações desse modelo na Bahia, que possui uma grande população rural.

CAPÍTULO 2 AS RECENTES TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL BRASILEIRO E SUAS PROPOSTAS NAS FORMAS DA PLURIATIVIDADE E MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA

Este capítulo visa apontar a discussão sobre as recentes transformações que vem ocorrendo no espaço rural brasileiro. Primeiramente será feita uma análise da difícil delimitação atual entre o espaço rural e o espaço urbano, levando em consideração a penetração no campo de atividades antes praticadas somente na cidade.

Também será mostrado como essas atividades chamadas não agrícolas e/ou parcialmente agrícolas, decorrentes das recentes transformações que vem ocorrendo na área rural, penetraram no campo brasileiro e baiano e como elas interferem na vida do camponês.

Para esclarecer o entendimento desse fenômeno serão apresentadas, como suas principais características, as manifestações da pluriatividade da agricultura camponesa e da multifuncionalidade do espaço agrário, como sendo estratégias de sobrevivência à população camponesa brasileira que sofre com o alto índice de concentração de terras.

2.1 As recentes transformações na configuração do espaço agrário brasileiro

O processo de modernização e industrialização da agricultura, iniciado nos anos 1970 no Brasil, tem contribuído para profundas transformações que estão ocorrendo no espaço rural brasileiro. Além das transformações referentes à modernização agrícola, estão incidindo, em várias localidades, o avanço de novas atividades no interior desses ambientes que antes eram praticadas, na maioria das vezes, nos espaços considerados urbanos. Silva (1997, p. 1), é um importante estudioso deste tema no Brasil e aponta que:

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural. Como resultado desse duplo processo de transformação, a agricultura – que antes podia ser caracterizada como setor produtivo relativamente autárquico, com seu próprio mercado de trabalho e equilíbrio interno – se integrou no restante da economia a ponto de não mais poder ser separada dos setores que lhe fornecem insumos e/ou compram seus produtos.

A citação acima indica que os avanços tecnológicos obtidos pela modernização das atividades agropecuárias estão cada vez mais associados à integração da unidade produtiva às redes de produção, providenciando um acesso mais direto aos segmentos do mercado.

Diante das transformações emergidas no espaço rural, torna-se necessário um estudo para tentar entender seu conceito diante dessas mudanças sem denominá-lo de urbanizado.

Sobre esta questão vários autores como o próprio Silva (1997), Wanderley (2001) e Abramovay (2000) discutem essa problemática a fim de identificar o rural atual a partir das relações que sua população estabelece, principalmente com a terra, seu elemento demarcador.

A este respeito, tanto Wanderley (2001) como Abramovay (2000), reforçam a importância de o rural ser analisado como um espaço que apresenta particularidades naturais, históricas, sociais, econômicas e culturais, que propiciam sua interação com outros territórios, inclusive e/ou principalmente o urbano. Porém, há que se dizer que esta relação não é proveniente de um vínculo recente, ou seja, a relação entre as atividades perpetradas no campo e na cidade é uma questão histórica e de sobrevivência da população do território rural.

Wanderley (2001, p. 2), ressalta que as sociedades tradicionais rurais eram compostas por indivíduos com atividades diversas e ainda enfatiza que a predominância de agricultores na população rural é um fato datado historicamente, quando diz que: “Com a revolução industrial, os rurais não agricultores, especialmente, os artesãos, são os primeiros e mais numerosamente atingidos pelo êxodo para as cidades e para o trabalho industrial”. Dessa forma, percebe-se que desde o período citado pela autora há uma transição da população rural e urbana, feita para exercer as atividades praticadas tanto na cidade como no campo. Assim, Chayanov (1974) completa essa fase suscitada por Wanderley da seguinte forma:

[...] ao não encontrar emprego na unidade de exploração, a mão-de-obra da família se volta [...] para o artesanato, comércio e outras atividades não agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família que não estavam supridas com o ingresso da unidade de produção. (CHAYANOV, 1974, p. 101).¹³

Perante esta constatação, tem-se que a relação entre o rural e o urbano não tem uma perspectiva dicotômica, apesar de Ponte (2004) afirmar que a partir do século XVIII, estas duas categorias são apresentadas como sendo pólos opostos de características antônimas. A autora ainda expõe que o predomínio desta visão é considerado até os dias de hoje, no senso comum das pessoas que sempre veem o rural como atrasado e o urbano como moderno.

Essa visão que associa o rural ao atrasado pode estar ligada à fraca densidade populacional e precariedade de infraestrutura, que faz com que o espaço rural seja dependente da cidade urbanizada mais próxima. Quanto a esta dependência Wanderley (2001) explica claramente a falta de estrutura no campo, principalmente por parte da administração pública, que faz com que o povoamento rural seja mais disperso em relação ao centro municipal, no caso do Brasil.

¹³ Versão original: [...] la mano de obra de la familia que explota la unidad, al no encontrar empleo en la explotación se vuelca [...] a actividades no agrícolas para alcanzar el equilibrio económico com las necesidades de la familia que no resultan cubiertas com el ingreso de la unidad. (CHAYANOV, 1974, p. 101).

O rural supõe, por definição, a dispersão de sua população, a ausência do poder público no seu espaço e mesmo a ausência da grande maioria dos bens e serviços, naturalmente concentrados na área urbana. Em consequência, o rural está sempre referido a cidade, como sua periferia espacial precária, dela dependendo política, econômica e socialmente. A vida desta população rural depende, portanto, direta e intensamente do núcleo urbano que a congrega, para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste assim no espaço da precariedade social. Seu habitante deve sempre deslocar-se para a cidade, se quer ter acesso ao posto médico, ao banco, ao Poder Judiciário e até mesmo à Igreja paroquial. Se a pequena aglomeração cresce e multiplica suas atividades, o meio rural não se fortalece em consequência, pois o que resulta deste processo é frequentemente a sua ascensão à condição de cidade, brevemente sede do poder municipal. Neste contexto, a única alternativa que existe para a população rural se resume em permanecer periférica ou se tornar urbana, através da expansão do próprio espaço rural, ou através do êxodo para as cidades. (WANDERLEY, 2001, p. 3).

A visão de o rural ser atrasado, decorrente desses obstáculos geográficos e sociais, citados acima, pode até ser compreensível quando o pensamento social do país voltava-se ao processo de modernização e industrialização tanto geral como na agricultura. Porém, acontece que, mesmo que parte da população rural brasileira não esteja inscrita na estrutura político-administrativa do país, e que não absorvam os serviços essenciais à vida, se dispersando em direção as cidades, não se pode considerar que o êxodo rural suscitado na década de 1970, esteja aumentando. A partir da década de 1980 começou a se constatar “um quase estancamento do êxodo rural a nível agregado para o país”, conforme aponta Silva (1997, p.18).

É importante que se considere neste trabalho que existem muitos estudos que vem sendo sabiamente elaborados no sentido de se combater o vício conceitual na identificação do rural como um espaço moroso. Segundo Abramovay (2000), enquanto houver o juízo de que está sendo realizado o esvaziamento do campo, de forma geral, será impossível compreender as razões que explicam a existência de áreas rurais mais dinâmicas. Esta visão retrógrada pode acabar por comprometer a concepção de políticas para áreas mais atrasadas, como a região Nordeste do Brasil, por exemplo.

Sobre esta questão vem sendo discutido, amplamente, o conceito de “ruralidade”. Segundo Schneider (2007) esse é um termo controverso que tem sido utilizado para indicar as transformações que estão ocorrendo no mundo rural. Abramovay (2000, p. 6) completa esta concepção afirmando que ruralidade “é um conceito de natureza territorial e não setorial”, ou seja, o campo não pode ser mais definido apenas pelo setor agrícola. Para compreender melhor esta conceituação vale a pena examinar a definição recente que a FAO/SDA concebe para a relação do campo/agricultura no qual dizem que:

Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não defini-las por seu caráter agrícola. Há crescente evidência de que os domicílios rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas, mesmo nas regiões menos desenvolvidas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Finalmente, existem empreendimentos agropecuários, em alguma medida, nas áreas urbanas. A implicação é que em vez de uma definição setorial de áreas rurais, é necessário uma definição espacial. Portanto, a unidade de análise não são os sistemas agrários nem os sistemas alimentares, mas as economias regionais e, mais especificamente, aquelas nas quais as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. (FAO/SDA, 1998 *apud* ABRAMOVAY, 2003, p. 24).

Dessa forma, entende-se que a discussão do termo ruralidade, serve para tentar explicar as diferenciações espaciais na intenção de recuperar o dinamismo das áreas rurais. Entende-se também pela definição da FAO/SDA que esse crescimento das atividades não agrícolas no campo pode trazer a ideia de uma expansão das atividades do meio urbano sobre as áreas rurais que muitas vezes é conhecida como um *continuum* rural – urbano.

Sobre este assunto, Abramovay (2000, 2003) entende como significado para mais este termo a não existência de diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura desses espaços, determinadas por sua vinculação social. Nesses mesmos trabalhos o autor coloca que tal processo não pode resultar em um *continuum* do urbano sobre o rural, pois este termo foi usado nos anos 1960, em que a maneira de ver o mundo rural ainda era associada “a ideia de que nele permanecem apenas os que não conseguem aventurar-se em direção as cidades e que seu declínio é somente uma questão de tempo”. (ABRAMOVAY, 2003, p. 18).

Sobre este ponto, é importante ressaltar o fato de que o campo, atualmente, não está passando por um processo único de transformação, no qual não se possa falar em um único tipo de ruralidade. O ritmo das transformações que estão ocorrendo no campo vem transformando as noções de urbano e rural, e, pode-se constatar que a permanência do rural é considerada enquanto espaço territorial e social diferenciado, como mostra Silva:

Está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas isso que aparentemente poderia ser um tema relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um “continuum” do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. (SILVA, 1997, p. 1).

As fronteiras entre cidade e campo, nesse contexto, acabam por ser de difíceis delimitações ancoradas na classificação de atividades econômicas ou de hábitos culturais.

Quando se busca estabelecer critérios de delimitação entre as realidades rural e urbana, geralmente associa-se o urbano a uma alta densidade demográfica e o rural a uma densidade populacional mais baixa.

De acordo Abramovay (2000), existem três formas dominantes de delimitação do espaço rural: a) a delimitação administrativa, já considerada neste item por Wanderley (2001); b) o peso econômico na ocupação de mão de obra da agricultura e c) as localidades abaixo de um certo patamar populacional. Porém, o autor ressalta que essas formas de delimitação do rural são insatisfatórias para a maioria dos estudiosos do tema, pois esses critérios podem novamente levar a uma visão de isolamento do território rural.

De todas essas medidas, a mais frequente para demarcar o espaço rural do urbano, segundo Wanderley (2001, p. 2) é a dimensão da população em que “cada país estabelece o limite além do qual um aglomerado pode ser considerado urbano”. No caso do Brasil, a fronteira entre o rural e o urbano é definida, segundo a sua localização geográfica, conforme a legislação municipal vigente por ocasião da realização do último Censo Demográfico, no caso o de 1º de agosto de 2000:

Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. (IBGE, 2000, p. 28).

Nesta definição realizada pelo IBGE percebe-se a prevalência do caráter administrativo assumido pelas cidades, estabelecendo as sedes municipais para regulação e ordenação de determinada região, independente do número de habitantes e de seus aspectos socioeconômicos, geográficos e culturais. Nesse cenário, entende-se que o Órgão considera o urbano como pólo principal, definindo o espaço restante como rural que exerce um papel secundário no território espacial.

Cabe ressaltar novamente que não se pode mais entender o rural e o urbano a partir de uma perspectiva de divisão social, espacial e setorial, pois conforme Silva (1997) está havendo uma mudança das relações de produção e trabalho em ambos os territórios.

No caso brasileiro estudos têm apontado para o fato de que em algumas regiões venham ocorrendo fenômenos no mundo rural os quais tem servido de reflexão para se entender a ruralidade atual. O principal desses fenômenos é o de que o espaço rural não pode mais ser definido somente pela atividade agrícola, como mostram os estudos do “Projeto Rurbano” de José Graziano da Silva, uma das mais importantes contribuições para a renovação dos estudos rurais brasileiros, segundo Abramovay (2000).

Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 1) apresentam alguns dos principais resultados do Projeto Rurbano, o qual definem como a “Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/1999 em que objetivam analisar as recentes transformações nas relações urbano-rural”, no Brasil.

De acordo, Abramovay (2000), por questões de natureza operacional, o projeto apoia-se na definição de áreas rurais dada pelo IBGE, mostrada neste trabalho. Alguns resultados obtidos no Projeto Rurbano serão apresentados neste trabalho na intenção de confirmar o aumento da diversidade de novas atividades não agrícolas no espaço rural.

Silva e Del Grossi (1997) destacam que o que chamou a atenção dos autores do Projeto Rurbano para este tema foi o movimento contrário da população rural, que nos anos 1960 e 1970 migrou para as cidades se urbanizando, e, a partir dos anos 1980, este fluxo vem se reduzindo substancialmente, resultando no crescimento das ocupações não agrícolas no meio rural. A principal defesa do trabalho de Silva (1997, p. 24) é de que já não se pode mais caracterizar a dinâmica do meio rural brasileiro como determinada exclusivamente pelo seu lado agrícola, em que sustenta que:

[...] o comportamento do emprego rural, principalmente dos movimentos da população residente nas zonas rurais, não pode mais ser explicado apenas a partir do calendário agrícola e da expansão/ retração das áreas e/ou produção agropecuárias. Há um conjunto de atividades não agrícolas — tais como a prestação de serviços (pessoais, de lazer ou auxiliares das atividades econômicas) o comércio e a indústria — que responde cada vez mais pela nova dinâmica populacional do meio rural brasileiro.

Ou seja, o espaço rural não pode mais ser entendido apenas como um lugar produtor de mercadorias agrárias e fornecedor de mão-de-obra barata, mas pode oferecer diversas outras atividades que contribuam para a sua criação e recriação. Nesse mesmo sentido, Carneiro, apresenta novos argumentos que levam a uma revalorização do espaço rural através dessas mudanças, quando coloca que:

Novos valores sustentam a procura da proximidade com a natureza e com a vida no campo. A sociedade fundada na aceleração do ritmo da industrialização passa a ser questionada pela degradação das condições de vida dos grandes centros. O contato com a natureza é, então, realçado por um sistema de valores alternativos, neo-ruralista e antiprodutivista. O ar puro, a simplicidade da vida e a natureza são vistos como elementos "purificadores" do corpo e do espírito poluídos pela sociedade industrial. O campo passa a ser reconhecido como espaço de lazer ou mesmo como opção de residência. (CARNEIRO, 1998, p. 57).

Nesse sentido, tem-se que o rural pode ser entendido e apresentado, em uma dimensão mais ampla, como território criado pelas relações econômicas e sociais que a população do

campo estabelece com a terra, incluindo uma dimensão política de luta e reivindicação pela mesma.

Em sua caracterização acerca da nova configuração do espaço rural, Silva (1997) incorpora a noção do termo *part-time farmer*, que já havia sido utilizado em países desenvolvidos, para descrever as situações em que uma parcela crescente dos agricultores dedica apenas uma parte de sua jornada de trabalho às atividades agrícolas, ou seja, agricultores em tempo parcial. A característica fundamental desse “novo agricultor” é que ele combina diversas formas de ocupação (assalariadas ou não), ou seja, “essa é sua característica nova: uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não agrícolas”. (SILVA, 1997, p. 4).

Cabe ressaltar nesse trabalho a visão clássica sobre as atividades de tempo parcial. Ainda de acordo Silva (1997) os clássicos marxistas consideraram que os pequenos agricultores que combinam atividades não agrícolas fora do seu estabelecimento são camponeses em processo de proletarização. Ainda acrescentaram que esse fator contribuiria para a desagregação familiar, empobrecimento e piora das condições de reprodução social. Quanto a isso, Mingione e Pugliesse (1987) completam:

Mas os sistemas analíticos marxistas interpretam a atividade a tempo parcial como indicio duma situação precária do mercado de trabalho. O camponês ou o pequeno agricultor forçados a vender a sua força de trabalho a outros agricultores como trabalhadores agrícolas ou, em alternativa, fora da agricultura como trabalhadores manuais na indústria, na construção civil ou no comércio eram, com alguma razão, definidos como semi-proletários. Por outras palavras, a atividade a tempo parcial era considerada como uma fase do processo de proletarização, ou seja, do processo de perda da propriedade dos meios de produção. Assim, a atividade a tempo parcial passou a significar um estatuto temporário que viria por fim a acabar na proletarização definitiva e no êxodo rural e agrícola. (MINGIONE e PUGLIESSE, 1987, p. 91).

Nessa visão marxista percebe-se a análise de dois dos principais problemas que a agricultura encontraria em sua evolução: o mercado de trabalho e a estrutura de classes. Assim, a explanação apresenta a realização de atividades não agrícolas em tempo parcial como o ingresso do camponês no mercado de trabalho que, conseqüentemente, acabaria por se transformar em proletário na divisão de classes trabalhada por Marx.

É necessário compreender que estas transformações na comunidade rural, provocadas pela intensificação das trocas com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais, etc.), não resultaram, necessariamente, na descaracterização de seu sistema social e cultural como colocam os clássicos marxistas. Silva (1997) recorda que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados e combinavam atividades não agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento.

Assim, entende-se que a heterogeneidade social, ainda que possa produzir uma situação de tensão, não provoca, obrigatoriamente, a descaracterização da cultura local. “Quando aceita pela comunidade, a diversidade assegura a identidade do grupo que experimenta uma consciência de si na relação de alteridade com os “de fora”.” (CARNEIRO, 1998, p. 58).

Muitos autores também, como Carneiro (1997), Silva (1997a, 1997b) e Abramovay (2000, 2003), defendem que essa combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas deve ser considerada como um recurso do qual a família faz uso para garantir a reprodução social do grupo ou do coletivo que lhe corresponde. Schneider (2009), ainda acrescenta que ela também pode representar uma estratégia individual, dos membros que constituem a unidade doméstica.

Assim, Carneiro explica como o modo de produção camponês se insere nesse contexto de transformações sem que haja sua descaracterização:

Rompendo com o paradigma que igualiza a cultura camponesa ao “tradicional”, “passivo” e “oposto à mudança”, Pongratz propõe pensar a integração da “farming culture” à sociedade industrial moderna sem que isto resulte num processo simples de aculturação. Em suma, a manutenção de tradições culturais (as quais designa de camponesas) não seria incompatível com a modernização da sociedade que deve ser encarada apenas como uma nova fase, com novos objetivos, que pode incluir o que anteriormente era tido como “tradicional” e “atrasado”. (CARNEIRO, 1998, p. 55).

Dessa forma, o camponês, dentro das transformações do rural, não seria uma categoria social estática, sem absorver ou acompanhar a dinâmica da sociedade em que se insere, pelo contrário, ele pode adaptar-se as novas estruturas sem abrir mão de valores, visão de mundo e formas de organização próprias.

O fenômeno da modernização agrícola nas áreas rurais rompe com a exclusividade da ocupação agrícola pela população rural ocupada. Com isso, as afinidades agrícolas deixam de ser um bom indicador da ruralidade. A perspectiva de fazer o rural coincidir com uma categoria territorial que compunha apenas a agricultura, opondo-se ao urbano não corroborou com a nova categoria territorial, a qual coincide com outros setores como a indústria e os serviços, como será apresentado adiante.

Os dados utilizados para comprovar o crescimento do emprego não agrícola ou das atividades em tempo parcial, no meio rural nos anos 1980 e anos 1990, referem-se, basicamente, às Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs)¹⁴. Cabe ressaltar que

¹⁴De acordo Silva e Grossi (1997), a PNAD é uma pesquisa amostral (sujeita a erros) com base no último Censo Demográfico disponível que investiga, essencialmente, as características demográficas e socioeconômicas dos domicílios e dos indivíduos residente nestes. Mesmo com todos os dados que serão apresentados aqui, cabe primar, que a pesquisa feita com a População Economicamente Ativa agrícola varia muito conforme o período

a partir de 1992, as PNADs ampliaram sua cobertura temática, visando captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, incluindo as pessoas de dez anos acima. (SILVA; DEL GROSSI, 1997). A Tabela 3, a seguir, mostra a evolução da PEA brasileira de 1981 a 1992 e de 1992 a 1999.

Tabela 3 – População Economicamente Ativa – PEA, segundo a situação de domicílio, condição de ocupação e ramo de atividade. Brasil¹ 1981 - 1992 e 1992 – 1999 (milhões de pessoas)

Área	Milhões de pessoas			Taxa de Crescimento (%a.a.)	
	1981	1992	1999	1981/92	1992/99
Urbano	85,2	113,4	127,8	2,6***	1,7***
Ocupados²	31,7	46,5	58,8	3,6***	1,8***
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,3***	2,0***
Não – Agrícola	29,1	46,9	49,6	3,6***	2,0***
Rural	34,5	32,0	32,6	-0,7***	0,2***
Ocupados	13,8	14,7	14,9	0,6***	-0,2***
Agrícola	10,7	11,2	10,2	0,4***	-1,7***
Não - Agrícola	3,1	3,5	4,6	1,2***	3,7***
Total	119,7	145,4	160,3	1,8***	1,4***

Fonte: Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (1981, 1992–1999) (apud SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

(1) Não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto o Estado de Tocantins.

(2) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para autoconsumo e à autoconstrução.

Nota-se que há uma redução da PEA rural que é estancada nos anos 1990, frente a uma população total que teve sua taxa de crescimento de 1,4% ao ano. Há também um crescimento destacável de 3,7% ao ano da PEA não agrícola residente no meio rural, nos anos de 1992 a 1999.

É importante, segundo Silva, Del Grossi e Campanhola (2002, p. 44), evidenciar que a população rural com dez anos ou mais (que teve um crescimento de 0,9% a.a. nos anos 1990) reflete o comportamento da população em idade ativa, que passou a crescer após décadas de esvaziamento dos campos brasileiros. Ou autores ainda colocam que uma das razões para o aumento dessa população rural em idade ativa é “o crescimento tanto dos desempregados (+10,8% a.a.) como dos inativos residentes em áreas rurais (+1,4% a.a.), em particular dos aposentados e pensionistas (+5,7% a.a.).” Diante disso, pode-se considerar que o crescimento

de referencia que se considera para definição da atividade principal da pessoa entrevistada, dada a grande variação sazonal das atividades agropecuárias, como colocam Silva e Del Grossi (1997). Além disso, os números mostrados, não permitem captar toda a dimensão da pluriatividade – entendida aqui como a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas – no Brasil, já que para isso, ainda de acordo o autor, seria necessário analisar as famílias e não a pessoa individualmente.

dessas duas últimas categorias indica que o espaço rural brasileiro se converteu também em lugar de residência dissociado do local de trabalho.

É importante frisar o que Couto Filho (2007) apresenta como sendo as principais origens das atividades não agrícolas e da pluriatividade no Brasil. O autor coloca que as razões clássicas para a atração dessas atividades foram basicamente a queda do rendimento médio dos agricultores, causada pela redução dos preços das *commodities* agrícolas e a diminuição da demanda por mão de obra. Como consequência os trabalhadores rurais tentaram compensar a renda perdida através das atividades não agrícolas e da combinação entre ocupações agrícolas e não agrícolas.

Pode-se reputar, então, que o que manteve as pessoas no campo brasileiro não foram somente às atividades agropecuárias, mas, principalmente, as Ocupações Rurais Não Agrícolas (ORNAs), incluindo a ampliação da cobertura da Previdência Social para essas áreas. A Tabela 4 apresenta quais são os principais ramos de atividades não agrícolas exercidos pela população ocupada e residente em espaços rurais. Releva-se o especial interesse, para a população envolvida em ações não agrícolas, desse desmembramento que é feito dos vários ramos de atividades econômicas.

Tabela 4 – População ocupada¹ em atividades não-agrícolas, residentes em áreas rurais. PEA restrita. Brasil² 1992-99. (1.000 pessoas)

Ramos de atividades	1992	1995	1997	1999	1992/99 (% a.a.)
Rural não Agrícola	3.497	3.883	4.087	4.620	3,7***
Indústria	1.200	1.306	1.337	1.555	3,0*
Indústria de transformação	773	791	780	809	0,4
Indústria da construção	312	396	446	631	8,2**
Outras atividades Industriais	115	119	111	115	0,6
Serviços	2.297	2.577	2.752	3.065	4,1***
Comércio de mercadorias	452	517	532	579	4,1***
Prestação de serviços	975	1.106	1.207	1.277	3,9***
Serviços auxiliares	55	64	75	122	13,6***
Transporte ou comunicação	146	147	173	199	5,8***
Serviços sociais	469	507	506	588	2,5***
Administração pública	162	199	212	239	3,7***
Outras atividades	38	37	47	61	7,7***

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (1992-1999) (apud SILVA; DEL GROSSI; CAMPANHOLA, 2002).

(1) Não inclui as áreas rurais da Região Norte, exceto de Tocantins.

(2) PEA restrita, que exclui os não remuneradas que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente à produção para o autoconsumo e à autoconstrução.

Como pode ser observado na tabela acima, o ramo de atividades não agrícolas que sobressai perante os outros é o de prestação de serviços, que ocupa quase 1,3 milhão de pessoas em todo o país, em 1999. Segue, em ordem de importância, a Indústria de Transformação com 809 mil pessoas, a Indústria de Construção Civil com pouco mais de 600 mil pessoas e o Comércio de Mercadorias e Serviços Sociais, com cerca de 500 mil pessoas cada.

É importante realçar o fato de que, agregando-se os ocupados nos diversos ramos de serviços, de acordo a Tabela 6, se obtém mais da metade das pessoas ocupadas em ORNAs e residentes em áreas rurais brasileiras nos quatro anos apresentados. Destaca-se também, o crescimento significativo das pessoas ocupadas na construção civil que, de acordo Silva, Del Grossi e Campanhola, (2000, p. 49) esse é um ramo da indústria que “tem uma oscilação maior que os outros ramos, por causa da sua variação temporal, que também varia conforme as regiões do Brasil”.

É relevante ressaltar, como afirma Veiga (2001), a importância da criação de uma forma de se repensar o desenvolvimento rural. Segundo o autor, a construção de uma agenda de desenvolvimento rural no Brasil, poderia “maximizar as manchas de dinamismo e minimizar os enclaves” (p. 104) existentes em nossa sociedade atual.

Assim, o desenvolvimento rural poderia corresponder à ampliação das possibilidades de escolhas, não só materiais, mas, principalmente, de oportunidades de expansão das potencialidades humanas que dependem de “fatores socioculturais, como saúde, educação, comunicação, direitos e liberdade”, sendo importante acrescentar o acesso a terra.

Todas essas potencialidades humanas, citadas acima, se levadas à prática das famílias camponesas brasileiras, poderiam favorecer a inserção social em harmonia com o meio ambiente, através do trabalho sensato e valorizado de todos aqueles que sentem a necessidade e o desejo de trabalharem.

Nesse sentido, Schneider (2007), sugere a análise das relações entre desenvolvimento rural e atividades pluriativas, a partir do debate mais geral sobre as formas de incrementar a autonomia dos agricultores e os modos de ampliar a sustentabilidade dos modos de vida e nos territórios rurais. Pois, esta seria, além de uma estratégia familiar e individual de reprodução social camponesa, uma contribuição que poderia ajudar a solucionar algumas dificuldades e restrições que afetam as populações rurais, tais como “a geração de emprego, o acesso à renda e sua estabilização, a oferta de oportunidades para jovens, entre outros”. (SCHNEIDER, 2009, p.7).

Todos os dados apresentados aqui, afirmam o que foi exposto neste item sobre as transformações recentes do mundo rural brasileiro. Este, não mais pode ser pensado apenas

como o conjunto das atividades agropecuárias e agroindustriais. Como demonstra Silva (1997, p. 27), o meio rural ganhou novas funções e novos tipos de ocupações, como por exemplo: propiciar lazer nos feriados e fins de semana; dar moradia a um segmento crescente da classe média alta (condomínios rurais fechados nas zonas suburbanas); desenvolver atividades de preservação e conservação da natureza e abrigar um conjunto de profissões tipicamente urbanas que estão se proliferando no meio rural.

Portanto, pode-se concluir, com base nos autores citados até aqui acerca da ruralidade e das transformações recentes do mundo rural, de forma geral, que não se pode mais confundir ou interpretar como sinônimos o espaço rural e as atividades produtivas desempenhadas nele.

Também é possível perceber que essa relação entre o rural e o urbano não é um fato inteiramente novo, porém passou a ganhar projeção e reconhecimento no Brasil recentemente pela intensificação deste vínculo. Deve ser ressaltado que as atividades deste novo espaço rural variam em suas funções e graus, segundo as regiões e os ecossistemas naturais diferenciados existentes no Brasil, como coloca Schneider (2003).

Em todo esse cenário de discussão das transformações econômicas e sociais que vem ocorrendo no mundo e recentemente no Brasil, tem-se que considerar a inserção das manifestações da pluriatividade e da multifuncionalidade, que não podem ser analisadas fora do contexto da nova ruralidade. Essas duas importantes características do espaço rural serão apresentadas na próxima seção deste capítulo, na intenção de contribuir para a revalorização e reprodução dos atores que compõem o território rural.

2.2 A pluriatividade e a multifuncionalidade como decorrência das transformações do rural brasileiro

A crescente expansão das atividades não agrícolas praticadas por famílias residentes no meio rural, incluindo os camponeses, percebida na seção anterior, faz com que as famílias tenham atividades diversificadas. Conforme aponta Schneider (2003, p. 100), “essa forma de organização do trabalho familiar vem sendo denominada pluriatividade”. Nesse sistema os integrantes da família se dedicam a um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas como estratégia de reprodução social e econômica de suas categorias.

Mesmo que autores como Schneider (2003); Silva (1997) e Abramovay (1992) afirmem que estas atividades tenham sido praticadas pelos camponeses desde séculos anteriores, a discussão sobre a emergência dos termos pluriatividade e multifuncionalidade são recentes. Segundo Anjos (2001), os termos só começam a ganhar importância no âmbito acadêmico a partir da segunda metade dos anos 1980. Tem-se que levar em conta que são

somente os termos citados acima que começam a ganhar destaque neste período, pois como já foi demonstrado neste trabalho, a diversificação de atividades econômicas e produtivas pelos camponeses já era utilizada há muito tempo como estratégia de sobrevivência.

Ainda sobre esta discussão Silva (1997), aponta que ela começa a ganhar evidência na Europa em sua reforma da Política Agrária Comum (PAC) em 1992. Daí para cá essas noções tem sido amplamente difundidas no sentido de que a pluriatividade possa emergir como noção vinculada aos novos esquemas e ordenamentos fundados na defesa das múltiplas funções do meio rural (ANJOS, 2001).

No Brasil, a discussão sobre esse assunto é mais recente e começa a despertar o interesse de diversos pesquisadores desde o início da década de 1990. As pesquisas de Silva-no Projeto Rurbano, já citado aqui, tiveram grande contribuição na análise da pluriatividade no Brasil. Neste sentido, tentar-se-á entender como alguns autores como Schneider (2003); Anjos (2001); Soares (2000, 2001) e Bonnal; Cazella e Maluf (2008) conceituam a pluriatividade da agricultura familiar e a multifuncionalidade do espaço agrário, a fim de discuti-los como alternativas de desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil.

Para que se possa compreender estas noções é necessário, como explica Schneider (2003), considerar que a pluriatividade e a multifuncionalidade estão intimamente ligadas à agricultura de base familiar. Estas noções introduzidas a esta forma social de produção, visa garantir a reprodução social e econômica da família rural, na tentativa de satisfazer as necessidades de consumo de seus membros.

Schneider (2003) coloca que o estudo sobre o desenvolvimento desses termos na literatura internacional é amplo. Para tentar explicitar seu entendimento sobre o termo pluriatividade o autor faz um resgate teórico e utiliza Fuller (1990) para apresentar de forma clara e objetiva uma das mais rigorosas definições de *pluriactivité* ou *pluriactivity* (pluriatividade):

A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar (homebased farming). [...] A pluriatividade permite separar a alocação do trabalho dos membros da família de suas atividades principais, assim como o trabalho efetivo das rendas. Muitas propriedades possuem mais fontes de renda do que locais de trabalho, obtendo diferentes tipos de remuneração. A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécie e transferências). (FULLER, 1990, p. 367 *apud* SCHNEIDER, 2003, p. 105).

De acordo a definição acima, entende-se a pluriatividade como um fenômeno que se caracteriza pela combinação de múltiplas inserções ocupacionais oferecidas aos membros das famílias rurais por questão, basicamente, de sobrevivência. Anjos (2001, p. 59) ainda salienta que, nos dias de hoje, a pluriatividade é reconhecida “como um fato próprio da agricultura contemporânea”. A manifestação desse fenômeno nos campos brasileiros pode representar a combinação de atividades e rendas, servindo como um fator positivo para o desenvolvimento das zonas rurais.

Cabe ressaltar aqui o destaque que Schneider (2003, 2007) faz sobre não se confundir atividades não agrícolas com pluriatividade. Segundo o autor a pluriatividade refere-se à combinação de duas ou mais atividades, sendo uma destas a agricultura, todas em uma mesma unidade de produção. Já as atividades não agrícolas decorrem de decisões e estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem ou não optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho. Assim, entende-se que, para que a família seja pluriativa, além das atividades não agrícolas, ela precisa realizar alguma atividade agrária, a atividade não agrícola seria um complemento na renda das famílias.

A Tabela 5, mostra a evolução das famílias de empregadores, de ocupados por conta própria¹⁵, de empregados e de não ocupados domiciliados na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade de 2001–2005. A evolução das atividades pluriativas e das atividades não agrícolas são demonstradas, nesta tabela, dentro das famílias classificadas.

O principal dado indicado nessa tabela refere-se ao crescimento, no período pesquisado, em todas as categorias, das famílias que se ocupavam exclusivamente em atividades não agrícolas e das famílias que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas, consideradas pluriativas. As famílias que se ocupavam exclusivamente em atividades não agrícolas somavam 983 mil (16%) no ano de 2005, já as famílias pluriativas, chegaram a um total de 1.388 milhões no mesmo ano, representando 22,7% do total das famílias rurais.

A categoria mais numerosa do meio rural brasileiro é formada pelos ocupados por conta própria, que em 2005 alcançavam 2,845 milhões (46,5%) das famílias residentes na área rural brasileira. Além disso, a maioria dos ocupados em atividades pluriativas (967 mil), também se encontra nesta categoria. Cabe ressaltar também que, mesmo que haja um crescimento das atividades não agrícolas e pluriativas, as atividades agrícolas ainda são a maioria em todas as categorias e períodos estudados com exceção dos ocupados por conta própria, em que teve uma taxa de crescimento negativa de 2,7%.

¹⁵ São os trabalhadores por conta própria. De acordo Couto Filho (2007, p. 57), “parte destas pessoas trabalha em outras atividades como forma de ocupar o tempo disponível e gerar uma renda que a atividade agrícola para o autoconsumo não proporciona”.

Tabela 5 - Brasil – Evolução das famílias de empregadores, de ocupados por conta própria, de empregados e de não ocupados domiciliados na área rural não metropolitana segundo o tipo de atividade em 2001-2005 (1.000 famílias)

Brasil						
Local domicílio/tipo família	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento 2001-2005
Empregadores/patrões	303	227	265	279	293	1,4
Agrícola	149	99	128	143	137	2,1
Pluriativo	113	94	105	100	112	0,3
Não agrícola	41	34	33	36	44	2,1
Ocupados por conta própria/família	2.859	2.938	2.982	2.882	2.845	-0,3
Agrícola	1.756	1.780	1.749	1.713	1.581	-2,4**
Pluriativo	874	938	920	908	967	1,7*
Não agrícola	230	220	312	261	297	7,1*
Empregados/assalariados	2.053	2.031	2.050	2.167	2.302	3,0**
Agrícola	1.269	1.229	1.264	1.289	1.351	1,7*
Pluriativo	262	275	267	297	309	4,2***
Não agrícola	522	527	518	582	642	5,3**
Não ocupados na semana	631	578	645	637	677	2,4
Total de famílias	5.847	5.774	5.941	5.965	6.117	1,2***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano (PROJETO RURBANO, 2005).

(1) Excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos de família com menos de 5 observações.

*** 5% de significância do Teste T.

** 10% de significância do Teste T.

* 20% de significância do Teste T.

Desta forma, percebe-se a importância do estudo e da compreensão da pluriatividade na agricultura e das multifunções do espaço rural, levando em conta o crescimento de atividades derivadas destas concepções.

Schneider (2007) aponta que a pluriatividade no Brasil, comporta em uma das formas de se promover estratégias sustentáveis de diversificação do modo de vida das famílias rurais, visando à equidade social, diversidade cultural, sustentabilidade, entre outros. Essa diversificação também pode representar as várias funções que contemplam o rural brasileiro pela noção de multifuncionalidade.

Assim como a pluriatividade, o termo multifuncionalidade não é um termo novo, porém, como afirma Soares (2000, 2001), passou a ganhar notoriedade também na década de 1990, durante as discussões da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre diferentes temas que incluíam a agricultura. O autor ainda coloca que a Comunidade Europeia reconhecia que as múltiplas funções da agricultura não poderiam ter um tratamento meramente comercial, estes “buscavam a manutenção, ainda que parcial, de seus subsídios agrícolas através do argumento da multifuncionalidade” (SOARES, 2000, 2001, p. 41).

No caso do Brasil, o tema começou a ser discutido na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida também como ECO-1992, realizada no país. Na ECO-1992, “os governos reconheceram o aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável.” (SOARES, 2000, 2001, p. 41).

No sentido do que foi citado acima, entende-se que a agricultura multifuncional pode ser entendida como uma atividade que além de cumprir seus objetivos tradicionais de produção de alimentos e matérias primas, possa produzir externalidades positivas, como a preservação ao meio ambiente e a viabilidade socioeconômica nas áreas rurais.

A promoção da segurança alimentar é uma função de grande contribuição para a sociedade em geral, tanto para o autoconsumo de quem a produz, quanto para a população que o alimento é distribuído. Sobre o autoconsumo dos camponeses que vivem em assentamentos Duval (2009) afirma que:

[...] a presença de um sistema agrícola de autoconsumo garante soberania e segurança alimentar para uma família; que esse sistema é ligado a práticas e princípios agroecológicos; que representa capacidade de poupança à família assentada; [...]. (DUVAL, 2009, p. 7).

Entende-se então que o autoconsumo seja de grande importância para a segurança alimentar tanto na qualidade como na quantidade do alimento, podendo representar um aumento na poupança das famílias que produzem alimento.

Nesta discussão do conceito de multifuncionalidade, Soares (2000, 2001, p. 42) identifica como funções chave para o entendimento desta noção na agricultura as seguintes questões: contribuição à segurança alimentar; função ambiental; função econômica e a função social. Silva; Del Grossi e Campanhola (2002, p. 63) ainda esclarecem que o espaço rural é multifuncional quando há: produção agrícola agroindustrial; habitação; infraestrutura; geração de rendas agrícolas e não agrícolas; preservação do meio ambiente e cultura local e descentralização do local.

Por essas definições entende-se que é preciso tomar o rural como um espaço de múltiplas dimensões e não apenas como um local que se realize atividades agrícolas. De acordo Santos; Couto e Rocha (2006), essas multifunções da agricultura vem sendo reconhecidas como imprescindíveis ao bem-estar da sociedade.

Bonnal; Cazella e Maluf (2008), afirmam que as políticas públicas são a principal forma de promover a multifuncionalidade no Brasil. Os autores ainda colocam que, essas políticas têm de ser combinadas com o estímulo a produção de alimentos. Nesse sentido,

voltam-se à promoção de modelos de produção socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural dos biomas brasileiros.

Ainda de acordo os autores acima, pode-se destacar quatro expressões que enfatizam a multifuncionalidade na realidade rural brasileira: a) reprodução socioeconômica das famílias rurais; b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; c) manutenção do tecido social e cultural e d) preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Nesse cenário, é importante ressaltar que a percepção desses aspectos, reflete a mobilização por parte do Estado para que se formulem políticas para os diferentes setores da agricultura que desempenham essas funções de distintas maneiras. Quanto a esta questão Soares (2000, 2001) afirma que:

Em relação às funções social e econômica as diferenças entre diferentes modelos de uso da terra são ainda mais óbvias. Dessa forma, este interessante instrumento de análise deve ser contextualizado à nossa realidade de um setor agrícola fortemente desigual, onde um enorme fosso separa as realidades da agricultura familiar e da agricultura patronal. Isto significa dizer que as múltiplas funções da agricultura não são comuns ao conjunto da agricultura e que os serviços prestados à sociedade também são distintos, sendo, em alguns casos, até antagônicos. (SOARES, 2000, 2001, p. 43).

Entende-se assim, que as novas funções da agricultura são praticadas diferencialmente, pelos diversos setores da agricultura, em relação à atividade agrícola e, principalmente, em relação às funções social e econômica. Pode-se considerar também que, no Brasil, estas funções possam ser diferenciadas entre suas cinco grandes regiões, pelas diferenças ambientais e socioeconômicas de cada uma.

Como se está revelando as noções de pluriatividade e multifuncionalidade no âmbito da agricultura de base familiar tem-se que estas noções são de importante contribuição para a reprodução dos camponeses nordestinos. De acordo Soares (2000, 2001, p. 44), essa região é bastante castigada pela seca e abriga “55% da população brasileira em condição de indigência” [...] sendo que 63% da população rural em condição de indigência vive no Nordeste.”

Na próxima seção serão analisados os aspectos das recentes transformações no rural baiano. Como na maioria dos estados brasileiros, será observado se esse estado também vem assumindo características no novo rural, como geração de empregos e outras formas de ocupação da mão de obra residente no campo.

2.3 Os aspectos das recentes transformações no meio rural baiano

É sabido que o meio rural brasileiro é bastante diverso, tanto em relação aos ecossistemas quanto pela produção realizada no espaço rural, seja ela agrícola ou não agrícola. Desse modo não se poderia analisar a recente configuração do meio rural igualmente entre suas regiões, pois, assim como os diferentes setores da agricultura desempenham funções distintas, dependendo do objetivo de cada um, as diferentes regiões e estados brasileiros também assumem, de maneiras distintas, suas funções dentro da agricultura.

A região Nordeste do Brasil apresenta particularidades históricas que não favoreceram o seu desenvolvimento no mesmo ritmo de outras regiões do país, como a Sul, por exemplo (SEI, 2003). Assim como na região Nordeste, como um todo, o estado da Bahia ainda sofre com a grande concentração de terras nas mãos dos poucos grandes proprietários, contrapondo com a maioria da população que vive em pequenas propriedades. Quanto a esta questão, Couto Filho¹⁶ (2000) aponta que a área ocupada pelos pequenos estabelecimentos (minifúndios) é insuficiente para garantir o sustento da família que nela trabalha.

Conforme mostra um dos trabalhos de Couto Filho (2000, p. 103), o estado da Bahia possui aproximadamente 44% de sua população ocupada na zona rural, “o maior contingente de pessoas ocupadas no meio rural do País”. A partir desse dado o autor ainda expõe que 2,2 milhões dessas pessoas, encontram-se em situações de indigência e pobreza e parte delas vivem em uma área de tamanho insuficiente para manter uma família. Essa afirmação mostra a grande necessidade de se prover mecanismos que contribuam para a sobrevivência e reprodução das famílias baianas que vivem no campo.

Ao contrário do que se poderia esperar, a população rural do campo baiano não migrou para as cidades, pelo fato de a maioria dos proprietários dos pequenos estabelecimentos serem os próprios produtores, como mostra Couto Filho:

Ainda que o tamanho da área seja insuficiente para manter uma família, o fato desta ser proprietária possibilita outras formas de ocupar as pessoas e complementar a renda agrícola. [...] assim, como nas regiões mais desenvolvidas, a Bahia tem seu agricultor em tempo parcial em busca de uma renda complementar. Neste Estado, entretanto, a mão de obra disponível não é resultado das tecnologias desempregadoras da modernização agrícola, mas, sim do superpovoamento das pequenas propriedades. (COUTO FILHO, 2007, p. 49).

Dessa forma, percebe-se que as mudanças que vêm ocorrendo no espaço rural brasileiro também afetam o campo baiano, redesenhando parte do seu cenário. Essas

¹⁶ Vitor de Athayde Couto Filho é um dos poucos autores que tratam o novo rural na Bahia. Nas obras deste estudioso são encontradas a maioria das informações sobre esse assunto no estado, por isso este item será baseado, essencialmente, por alguns de seus trabalhos.

transformações caminham no sentido do que se denominam de recentes transformações no espaço rural, neste trabalho, porém a nova ruralidade na Bahia não possui, em parte, as mesmas origens das regiões mais desenvolvidas do país.

Os estudos de Couto Filho (2000, 2007) e da SEI (2003) relatam que, na Bahia, o surgimento das atividades não agrícolas e da pluriatividade tiveram outros fatores além dos que foram observados no caso brasileiro. De acordo os autores, além da forte concentração de terras, adicionam-se a falta de competitividade das propriedades rurais, a nova composição de combinações de culturas e as pressões demográficas sobre o campo. É importante também, sinalizar a questão ambiental particular da região nordeste que possui clima semiárido, caracterizado pela baixa umidade e pelo pouco volume pluviométrico.

A região semiárida, castigada pela seca, abrange boa parte do território da Bahia, 63,9% de todo o estado, de acordo o Ministério da Integração Nacional (2005). Dessa forma, a região semiárida merece destaque nesta análise, pois, “nesta região a unidade produtiva geralmente é destinada ao autoconsumo enquanto que as demais necessidades são supridas com outras atividades”. (SEI, 2003). Estas condições adversas acabam por contribuir para a maior incidência de atividades não agrícolas que por sua vez colaboram de forma positiva e criativa na tentativa de garantir um meio e uma renda mínima para sobrevivência do camponês baiano, induzindo as famílias rurais a diversificarem suas atividades, inclusive não agrícolas.

Os dados que apresentam o crescimento da pluriatividade e das atividades não agrícolas na Bahia são tabulações das PNAD’S feitas também pelo Projeto Rurbano. Como aponta Couto Filho (2007, p. 55), “tanto as antigas, quanto as novas atividades geradoras de renda para as famílias rurais buscam o aumento e a reconstituição da renda das famílias”. A Tabela 6, página 58, mostra essa busca pelo aumento dos rendimentos, sobressaindo às rendas pluriativas e não agrícolas de 1992 a 1997 na Bahia:

Pelos dados expostos, percebe-se que em todos os grupos há aumento das rendas, exclusivamente, não agrícolas e pluriativas, no período pesquisado. No grupo da família Empregadora com mais de dois empregados, observa-se o maior crescimento dessas atividades. Neste grupo as famílias pluriativas tiveram uma taxa de crescimento de 23,0% e as que praticavam somente ocupações não agrícolas 50,8%, um crescimento bastante expressivo.

O grupo de famílias do tipo Conta – Própria, seguem a mesma tendência, porém em intensidade menor com taxas de crescimento de 6,0% e 15,8%. É importante destacar a evolução deste último grupo pelo fato de ser bastante representativo na Bahia, como já foi mostrado na Tabela 5 do item anterior.

Tabela 6 - Evolução da renda média das famílias rurais segundo o local de domicílio (R\$ set. 1997) Bahia, 1992 - 97

Tipo de família	1992	1993	1995	1996	1997	tx. cresc. aa (%) 1992 - 97
Empregadora com mais de dois empregados	919,64	1897,94	2832,41	2161,51	3105,47	21,9**
Agrícola	1198,63	1293,21	-	530,26	1452,79	
Pluriativo	401,80	324,50	1185,17	455,80	1194,60	23,0*/
Não - agrícola	907,67	2680,57	3436,14	3797,79	12306,31	50,8***
Empregadora com até dois empregados	460,24	601,80	844,52	721,27	606,26	6,6
Agrícola	374,98	645,27	686,65	594,55	609,39	7,1
Pluriativo	621,49	543,84	824,46	710,85	667,61	4,1
Não - agrícola	593,60	-	2109,15	1731,99	552,50	
Conta - Própria	246,27	270,08	319,53	309,07	289,89	3,9*
Agrícola	221,17	268,25	303,40	263,44	237,70	1,4
Pluriativo	336,96	301,57	371,90	429,10	404,82	6,0**
Não - agrícola	230,49	220,88	310,97	382,79	454,61	15,8***
Outros Ocupados	174,83	180,79	220,33	227,93	222,85	5,9***
Agrícola	152,11	151,94	185,22	186,81	180,92	4,7***
Pluriativo	193,43	206,18	288,05	336,04	272,40	10,1**
Não - agrícola	269,21	262,52	290,69	294,50	320,41	3,6***
Não - ocupados na semana	154,38	181,39	201,61	171,80	164,26	0,9
Rural Total	217,54	241,40	292,97	280,05	270,14	4,9**

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp apud (COUTO FILHO, 2007).

(1) ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimados pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

(2) “-” indica menos de seis observações na amostra.

(3) exclusive as famílias sem declaração de renda.

Na Tabela 7, abaixo, são apresentados os dados de ocupação para o meio rural baiano na região metropolitana de Salvador e nas outras áreas (não metropolitanas). As duas áreas exibem uma queda nas ocupações agrícolas, resultando em uma taxa de crescimento negativa, na ordem de 0,7% ao ano. Por outro lado, a ocupação em atividades rurais não agrícolas cresce a uma taxa de 4,2% ao ano. Excluindo-se a área rural metropolitana, essa taxa passa a ser de 4,3% ao ano, sendo bastante significativa, pois representa quase o dobro do crescimento verificado nestas atividades na zona urbana (2,4% ao ano).

Tabela 7 – População ocupada na zona rural, segundo a área e o ramo de atividade Bahia, 1992/98 – em mil pessoas

Área	Ramo de atividade	1992	1993	1995	1996
Metropolitana		28	29	43	25
	Agrícola	11	5	10	4
	Não-Agrícola	17	24	32	21
Não-metropolitana		2.067	2.183	2.090	1.853
	Agrícola	1.762	1.824	1.745	1.508
	Não-Agrícola	305	359	345	345
	Ind. Transformação	58	62	67	53
	Indústria Construção	49	46	49	56
	Outras Ativ. Industriais	14	17	19	16
	Com. de Mercadorias	55	52	56	71
	Prestação de Serviços	60	76	70	64
	Serviços Auxiliares	4	9	-	6
	Transp. Comunicação	12	11	12	16
	Serviços Sociais	45	53	52	47
	Administração Pública	6	31	14	15
	Outras atividades	-	-	3	-
Total		2.095	2.212	1.168	1.879
	Agrícola	1.773	1.829	1.755	1.512
	Não-Agrícola	322	383	377	367
Área	Ramo de atividade	1997	1998	1992/98 (%aa)	
Metropolitana		27	28	-1,1	
	Agrícola	7	5	-8,5	
	Não-Agrícola	20	23	2,2	
Não- metropolitana.		2.161	2.209	0,2	
	Agrícola	1.800	1.758	-0,6	
	Não-Agrícola	361	451	4,3**	
	Ind. Transformação	70	62	1,0	
	Indústria Construção	44	99	8,0	
	Outras Ativ. Industriais	10	32	4,9	
	Com. de Mercadorias	45	57	0,1	
	Prestação de Serviços	89	84	4,7*	
	Serviços Auxiliares	7	17	-	
	Transp. Comunicação	17	19	9,0***	
	Serviços Sociais	50	48	0,3	
	Administração Pública	24	23	12,7	
	Outras atividades	4	11	-	
Total		2.188	2.236	2,6	
	Agrícola	1.808	1.763	-0,7	
	Não-Agrícola	381	474	4,2**	

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp apud (COUTO FILHO, 2007).

Quanto aos ramos de atividades não agrícolas praticados na Bahia, se destacam em ordem de importância a indústria da construção, a prestação de serviços, a indústria de transformação e o comércio de mercadorias. Segundo Couto Filho (2007), a indústria da construção tem absorvido muitas pessoas e gerado outras atividades que vão desde o trabalho doméstico até o lazer e o turismo. Ou seja, as atividades não agrícolas praticadas no meio rural baiano acabam por gerarem outras atividades não agrícolas que com ou sem a combinação de atividades agrícolas fazem com que se tenha um aumento da renda do trabalhador rural baiano.

Como visto acima, a Bahia vem apresentando algumas transformações no campo, porém, acontece que, de maneira muito marcante, ainda persiste no estado um rural atrasado com muitos problemas econômicos e sociais que não se aproximam tanto da nova dinâmica rural brasileira. Quando se trata das novas características do rural baiano Couto Filho (2007) supõe que:

[...] as “estratégias de sobrevivência”, que visam à reprodução social, sejam a principal causa do crescimento da pluriatividade e ocupações das famílias. Essas estratégias intensificam-se e, de par com novas formas de reproduzir/manter o patrimônio familiar, conformam, na Bahia, pelo menos dois novos mundos rurais, aqui denominados “novo rural atrasado” e “novo rural desenvolvido”. Esses dois novos mundos apresentam características radicalmente distintas. No primeiro, as atividades econômicas são menos rentáveis, o trabalho é de baixa qualificação, além de precário no que diz respeito às suas condições e ao cumprimento das obrigações legais. O segundo assemelha-se às áreas rurais mais dinâmicas do país - pelo menos no que concerne ao estágio de crescimento das forças produtivas. (COUTO FILHO, 2007, p. 66).

Compreendendo a explicação, pode-se entender que, na Bahia, o novo rural atrasado e o novo rural desenvolvido convivem juntos. Esse fator pode ser explicado pela diversidade do espaço rural baiano, tanto em relação aos ecossistemas quanto pela produção realizada no espaço rural.

Essa heterogeneidade acaba por dificultar a análise do espaço rural no estado, já que as diferenças entre suas regiões são acentuadas. Nesse espaço pode-se encontrar desde a agricultura moderna capitalista, altamente mecanizada, à agricultura familiar de subsistência que levam a prática da pluriatividade, como afirma a SEI (2003).

Objetivando conhecer parte das dinâmicas interestaduais da agricultura na Bahia, o IBGE dividiu o Estado em três grandes regiões: moderna, litorânea tradicional e interiorana tradicional.

Admite-se, preliminarmente, que as regiões moderna e litorânea tradicional apresentam características do “novo rural desenvolvido”, enquanto na região interiorana tradicional predominam características do “novo rural atrasado”. [...] A região interiorana tradicional, composta pelas microrregiões de Feira de Santana, Irecê, Itaberaba, Jacobina, Senhor do Bonfim, Boquira, Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Livramento do Brumado, Seabra, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Euclides da Cunha, Jeremoabo, Ribeira do Pombal, Serrinha, Barra, Bom Jesus da Lapa e Paulo Afonso, forma o semi-árido baiano. Aí, apesar da emergência de alguns raros pólos agropecuários modernos, predomina o atraso econômico e social. (COUTO FILHO, 2007, p. 69).

Como visto, a população da região semiárida na Bahia é a que mais está aberta a diferentes formas de trabalho, isso decorre da necessidade de garantir sua reprodução, ou seja, como estratégia de sobrevivência. Algumas dessas cidades que formam o semiárido baiano,

citadas por Couto Filho, estão localizadas na região Sudoeste da Bahia que também sofreu com os impactos do projeto de modernização da agricultura dos anos 1970. Contudo, de acordo com Souza (2008), este processo não ocorreu de forma absoluta nesta região, já que diversas comunidades camponesas conseguiram, através de muita luta, resistir no campo.

Os camponeses que, muitas vezes, não tendo como sobreviver com pouca terra ou até mesmo sem terra nenhuma, passam a desenvolver atividades não agrícolas e/ou pluriativas como forma de sobrevivência. É nesse contexto que a próxima seção deste trabalho pretende observar as manifestações inerentes à nova configuração do rural em um assentamento de reforma agrária, localizado no Sudoeste da Bahia, como sendo uma forma de exprimir a luta pela permanência na terra e pela reprodução das famílias que vivem neste lugar.

Essas manifestações representadas, pela pluriatividade das atividades praticadas no campo e pelas múltiplas funções do espaço agrário, podem trazer diferentes opções de incremento da renda e da qualidade de vida dos assentados, sem que os mesmos abandonem a condição de camponeses, ou seja, suas tradições e valores para além da mera integração aos mercados. Através de pesquisa realizada *in loco*, esse trabalho examinará se existem e de que forma estas manifestações interferem na vida das famílias que vivem no assentamento estudado.

CAPÍTULO 3 IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO CAMPONESA NO ASSENTAMENTO CANGUSSU EM BARRA DO CHOÇA, BAHIA EM FACE DAS TRANSFORMAÇÕES RURAIS NA CONTEMPORANEIDADE

Inicialmente, nesta seção, será realizada uma descrição e contextualização geográfica e socioeconômica do município de Barra do Choça, na Bahia, onde se localiza o Assentamento Cangussu, objeto de estudo deste trabalho. Também será apresentada uma caracterização do assentamento em questão, com as principais informações coletadas no local, através de entrevistas ocasionais, realizadas durante a pesquisa de campo.

A metodologia escolhida para a coleta de dados dessa pesquisa, que possui caráter quali-quantitativo, foi a visita a campo com a elaboração, distribuição e análise de questionários direcionados a uma população total de sessenta famílias que compõem o assentamento. A descrição desses métodos será melhor explicada na seção específica deste capítulo que trata dos aspectos metodológicos utilizados. Por último, serão apresentados os resultados obtidos na pesquisa e sua interpretação dentro do cenário proposto.

3.1. Descrição do local e contextualização geográfica e socioeconômica

O estado da Bahia está dividido pela SEI (2012) em 14 regiões econômicas, sendo que o local a ser estudado neste trabalho situa-se na região Sudoeste da Bahia. Ainda de acordo com a SEI (2012) a região Sudoeste da Bahia está distribuída em 39 municípios. Estes municípios fazem parte de quatro Territórios de Identidade, são eles: Vitória da Conquista, Itapetinga, Médio Rio de Contas e Vale do Jequiçá. O Território de Identidade Vitória da Conquista abrange 24 municípios, incluindo a cidade de Barra do Choça, conforme mostra o Mapa 1, na página 63. A caracterização desta cidade é importante para este trabalho, pois é em seu território que está localizado o assentamento a ser examinado.

O município de Barra do Choça, incluído na região semiárida baiana, está localizado a aproximadamente 532 quilômetros da capital baiana, Salvador, e a 27 quilômetros do município de Vitória da Conquista, sua cidade de origem que é também sua região administrativa, onde tem acesso a alguns serviços, como por exemplo, procedimentos de saúde mais complexos e educação de nível superior.

Em referência aos recursos naturais, o tipo de clima da cidade é caracterizado como de subúmido a seco com uma pluviosidade média de 733,9 milímetros ao ano (SEI, 2012). Os principais rios que passam pelo território de Barra do Choça são “Riacho Choça, Rio dos Canudos, Riacho Catolé Grande, Rio dos Monos e Ribeirão Água Fria”, sendo que sua bacia

hidrográfica é a Bacia do Rio Pardo, conforme mostra a SEI (2012, p. 60). O abastecimento de água da cidade é feito pela Barragem Água Fria II que também ajuda a abastecer a cidade de Vitória da Conquista.

Mapa 1 – Barra do Choça Território de Identidade Vitória da Conquista



Fonte: SEI (2012).

De acordo com o IBGE (2010), Barra do Choça possui uma área de unidade territorial de 783.135 quilômetros quadrados com uma densidade demográfica de 53,80 habitantes por quilômetro quadrado. Sua população total é de 34.788 habitantes, divididos entre 22.407 (64,4%) na zona urbana e 12.381 (35,6%) na zona rural.

Quanto ao pessoal ocupado no mercado formal de trabalho, por setor de atividade econômica, no município de Barra do Choça, a SEI (2012) identificou que os principais setores que contratam pessoal no mercado formal são a administração pública seguida da agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca e do comércio.

No setor agropecuário, segundo a SEI (2012), os principais produtos agrícolas produzidos nesta região são o café que teve uma produção de 16.200 toneladas em 2010, a banana, a cana-de-açúcar e a mandioca, além da criação bovina e de aves que também se destacam no município de Barra do Choça.

A respeito do pessoal ocupado na agropecuária de forma geral, tanto formal como informalmente, analisando dados do IBGE (2006), constatou-se um total de 9.478 pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários, sendo que 3.449 desse pessoal eram agricultores

familiares e 99 dos estabelecimentos, em que o produtor era proprietário, o acesso a terra foi conseguido através de titulação via reforma agrária.

De acordo com a SEI (2012), o município de Barra do Choça possui dois projetos de assentamentos de reforma agrária, Cangussu e Pátria Livre. O assentamento Cangussu, como já foi referenciado aqui, é o objeto de pesquisa deste trabalho. Localizado na região de Pau Brasil, município de Barra do Choça, existe há 16 anos a partir da data de sua ocupação.

Conforme entrevista realizada durante a pesquisa de campo, através do questionário aplicado a um dos líderes do assentamento (APÊNDICE B), a ocupação deste assentamento foi feita em 01 de junho de 1997, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Orientada pelo MST, a ocupação se deu de forma tranquila, sem qualquer tipo de conflito. Os trabalhadores ficaram acampados durante pouco mais de um ano, em um período que foi prejudicial a eles, pois seus plantios eram cultivados irregularmente dentro da fazenda, que era de propriedade do Senhor Wilson Ferraz e tinha o nome de Cascata Cangussu, daí a origem do nome do assentamento que significa um tipo de onça que existia naquela área.

A imissão de posse do assentamento se deu em 17 de agosto de 1998, enquanto os assentados participavam da “Marcha pelo Brasil”, momento em que marchas do MST deslocaram trabalhadores sem terra e assentados do interior para a capital dos estados. Segundo Carrano (2009), esta marcha reivindicava o acesso à terra bem como emprego e justiça, ou seja, melhores condições de vida a trabalhadores que sofriam, principalmente, sem o acesso a terra.

Quanto à origem dos assentados, pode-se dizer que a sua maioria é oriunda da região Sudoeste da Bahia, como mostra o estudo feito por Oliveira (2008) em um estágio de vivência neste assentamento:

A maioria dos assentados é oriunda da região Sudoeste da Bahia; alguns vieram de outros lugares, como da região Sul e Extremo Sul da Bahia. Os assentados, em maioria, já tiveram alguma relação com o campo, como ex-pequenos proprietários de terra, ex-trabalhadores de lavouras, filhos ou netos de camponeses. Uma pequena parte tinha vindo da cidade e nunca tinha tido contato com o campo, mas sofreu com a pobreza e as desigualdades instaladas na cidade. Em todos os casos, porém, as pessoas viviam sem nenhuma perspectiva e encontraram no MST a chance de viver de forma digna, no campo. (OLIVEIRA, 2008, p.196).

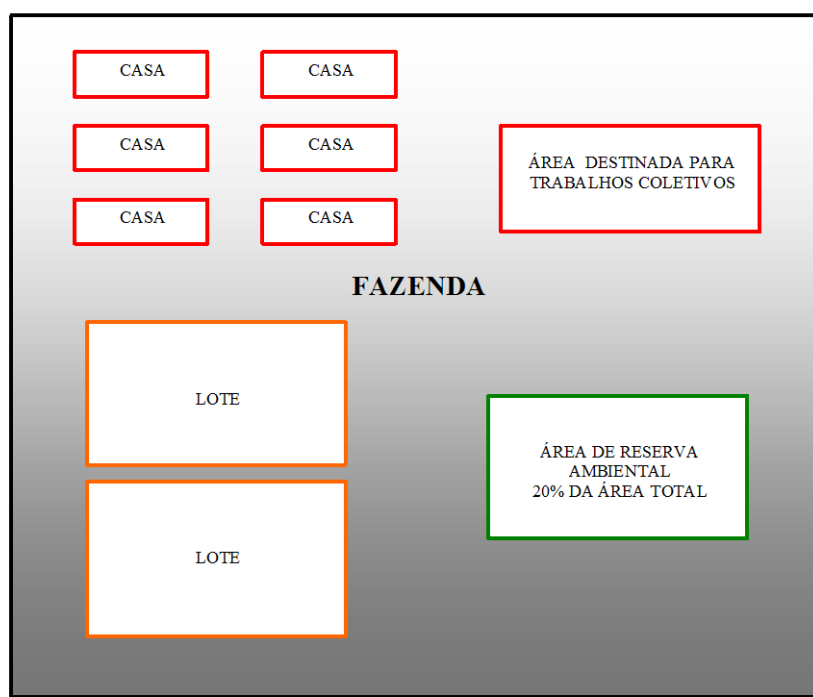
Percebe-se assim que a penetração do capitalismo no campo, principalmente, por meio da sua industrialização, feita no Brasil, também chegou ao Sudoeste da Bahia. Esse processo fez com que os camponeses e trabalhadores sem terra desta região, e de outras do estado, lutassem para garantir sua permanência e sua reprodução neste espaço. A luta dos trabalhadores

sem terra que resistiram ao processo de expropriação e conseguiram seu lugar na terra, também é expressa pela comunidade camponesa¹⁷ Cangussu.

Esta comunidade possui 60 famílias assentadas numa área total de 877 hectares com uma Área de Proteção Permanente (APP) de 175,4 hectares que representa 20% da área total assentamento. Cada família possui um lote de 10 hectares, onde plantam, principalmente, café, banana e mandioca.

O sistema de moradia deste assentamento está organizado na forma de agrovila. Conforme Santos *et al* (2003), o sistema de moradia dos assentamentos de reforma agrária da região Sudoeste da Bahia pode ser descrito de duas formas, ou isoladamente cada casa no seu lote ou as casas construídas em uma agrovila, separadas do lote. Os assentados da comunidade camponesa Cangussu optaram pelo sistema de moradia na forma de agrovilas, com fins a buscar melhorias para o coletivo, como mostra o Esquema 1.

Esquema 1 - Estrutura dos Assentamentos - Sistema de Moradia II



Fonte: Santos *et al* (2003).

O sistema de agrovilas permite facilitar o acesso da comunidade aos bens e serviços como, por exemplo, energia elétrica, água encanada, etc. Na agrovila do Assentamento Cangussu cada família possui um espaço de mil metros quadrados destinados à construção de suas casas, que foram construídas com recursos disponibilizados pelo INCRA.

¹⁷ O conceito de comunidade camponesa aqui trabalhado, refere-se a definição estabelecida no primeiro capítulo deste trabalho, com base em Wanderley (2003), que especifica o campesinato como um conjunto maior que se refere aos objetivos da atividade econômica voltados as necessidades da família em detrimento do lucro capitalista, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global.

No que se refere ao sistema de abastecimento de água, neste assentamento, é bastante rudimentar, com a captação feita em uma área de reserva ambiental, próxima à agrovila, e esta água não recebe nenhum tratamento. Entretanto, no período em que foi feita a pesquisa estava sendo construída uma rede de abastecimento de água tratada, também com recursos do INCRA. Percebe-se, na comunidade, um grande anseio da população em possuir água tratada e rede de esgoto, já que na maioria das casas existem apenas cisternas, construídas pelos moradores, para as necessidades diárias.

Quanto aos serviços de educação e saúde, esses se diferem muito em grau de satisfação dos assentados. A educação na comunidade é um dos setores que funcionam de forma satisfatória. Existem duas escolas, que funcionam dentro do assentamento, uma municipal e outra estadual, e disponibilizam o ensino desde a alfabetização até o ensino médio. Além disso, há oferta de cursos técnicos de agricultura, odontologia e enfermagem pelo INCRA, que visam promover uma proposta educacional libertadora, no sentido de incentivar toda a população do assentamento a frequentar a escola.

Já a saúde funciona de forma ainda insuficiente, sendo que o assentamento recebe a visita de um médico, apenas uma vez ao mês, e conta com um carro para fazer o transporte até a cidade de Barra do Choça, em casos de emergência, apenas dez vezes ao mês. Esta é uma grande reclamação do povo que ali vive e que necessita dos serviços básicos de saúde, precisando deslocar-se até o município de origem em transportes diários, também precários, que necessitam de uma estrada em boas condições de uso.

Mais elementos relacionados à forma de produção e reprodução da classe camponesa assentada nesta comunidade serão apresentados no decorrer deste capítulo. Os dados conseguidos na pesquisa de campo serão analisados no sentido de identificar se existem ou não aspectos da nova ruralidade, como pluriatividade e multifuncionalidade, neste assentamento. A metodologia usada para tal também será indicada neste capítulo, mais precisamente na próxima seção.

3.2. Aspectos metodológicos utilizados para a coleta de dados

Algumas das finalidades dos procedimentos metodológicos utilizados neste estudo consistem em observar, registrar e analisar os fenômenos sem interferir no mérito de seus conteúdos. Esta proposta se aproxima de uma pesquisa descritiva, que segundo Gil (2002), tem como objetivo primordial:

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. (GIL, 2002, p. 42).

Assim sendo, este tipo de pesquisa demanda do investigador uma série de informações sobre o que se deseja pesquisar. Estas informações, neste trabalho, foram coletadas através de um levantamento que se caracteriza “pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer.” (GIL, 2002, p. 50). Esta foi uma das melhores formas encontradas para se obter os dados da população investigada.

Com base nas manifestações inerentes à recente configuração do espaço rural, como a diversidade das atividades praticadas no campo e da multifuncionalidade da agricultura, considerou-se relevante o entendimento desse processo no âmbito de assentamentos rurais. Assim, esta pesquisa pretendeu identificar a existência ou não de aspectos referentes às recentes transformações em curso no meio rural no âmbito da comunidade camponesa Cangussu.

A partir dos pressupostos metodológicos discutidos até aqui, optou-se pela pesquisa de campo, que foi realizada por meio de uma abordagem quali-quantitativa, utilizando como instrumento principal de pesquisa um questionário misto, composto por questões fechadas de múltipla escolha, abertas e dependentes.

Desta forma, a orientação das informações coletadas através do questionário aplicado nesta pesquisa, foi complementada por dados obtidos a partir de métodos qualitativos que se deram, principalmente, pela observação, pelas entrevistas, pelas anotações feitas durante a pesquisa de campo, bem como por pesquisas em fontes secundárias. O recurso a esta abordagem quali-quantitativa teve por objetivo desenhar um retrato mais completo da realidade do assentamento, buscando variáveis objetivas e subjetivas e estabelecendo relações entre elas.

O enquadramento das questões elaboradas no questionário aplicado na pesquisa de campo, visando corroborar com os objetivos estabelecidos no presente trabalho, baseou-se nas formas de manifestação da pluriatividade das famílias rurais, de acordo com as colocações de Silva (1997) e Schneider (2003), e da multifuncionalidade da agricultura, conforme expõem Bonnal, Cazella e Maluf (2008). Nesse sentido, o trabalho busca verificar a aplicabilidade da fundamentação teórica exposta ao confrontá-la com a realidade do assentamento estudado, tendo a finalidade de aduzir os resultados alcançados através do questionário aplicado.

Ao ser elaborado, o questionário foi conduzido, inicialmente a um pré-teste, realizado com um trabalhador rural de outro assentamento da região, Santa Marta. Em seguida, após reformulações, o questionário final procurou abordar as questões ligadas à prática relacionada aos conceitos de pluriatividade e multifuncionalidade no Assentamento Cangussu.

Para tornar possível um melhor entendimento dos conceitos utilizados nesse estudo, tanto na organização das ideias quanto no estabelecimento de uma relação destas ao trabalho de campo e instrumentos metodológicos escolhidos, considerou-se importante uma delimitação não apenas conceitual, mas também temporal e metodológica dos termos utilizados. Para isso, é importante que se situe o universo envolvido na pesquisa de campo, conforme a seguir:

- a) Período de aplicação do questionário: 07 a 09 de julho de 2013;
- b) Tamanho da população investigada: 60 famílias rurais pertencentes ao Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Cangussu, localizado na região Sudoeste da Bahia, no município de Barra do Choça;
- c) Quantidade de estabelecimentos entrevistados: 55 famílias rurais, tendo em vista que os 5 estabelecimentos não entrevistados se encontravam fechados durante todo o período do levantamento.¹⁸
- d) Definição das pessoas que poderiam responder ao questionário: chefe(a) da família, esposo(a), filho(a) mais velho da população considerada.
- e) Características do questionário¹⁹: O questionário, que pode ser visualizado no Apêndice A deste trabalho, está dividido em sete seções que visam obter informações sobre o estabelecimento; sobre a reprodução socioeconômica e a trajetória de vida dos assentados; sobre a composição e o trabalho familiar; avaliar as perspectivas acerca da atividade agrícola e não agrícola no assentamento; obter dados sobre os sistemas produtivos, segurança alimentar e biodiversidade; sobre o tecido sociocultural e sobre a conservação dos recursos naturais da paisagem. Sua estrutura contempla 52 questões objetivas, subjetivas e dependentes.
- f) Objetivos do questionário:
 - Levantar informações sobre a composição e o trabalho familiar nos estabelecimentos;
 - Analisar as formas de reprodução socioeconômica, através de dados pessoais e laborais acerca dos chefes do estabelecimento e dos demais componentes da família que trabalham;
 - Identificar se a situação de assentamento permite uma melhor reprodução social e econômica do grupo familiar;

¹⁸ Motivos: a) o primeiro lote pertencia a um assentado que trabalhava como militante e por isso ele e sua família viajam com frequência para trabalhos do MST; b) o segundo lote estava fechado, pois seu proprietário, que mora sozinho, viajou a São Paulo para fazer tratamentos médicos; c) o terceiro lote estava abandonado e sua proprietária vive e trabalha na cidade em atividades não agrícolas; e, d) os dois últimos lotes estavam fechados e não foi possível a aplicação do questionário, pois seus responsáveis não se encontraram nos.

- Classificar as famílias de acordo com atividades exercidas (somente agrícolas, pluriativas, não agrícolas e não ocupadas) e suas percepções e decisões a serem tomadas diante de situações, reais ou hipotéticas dentro do contexto abordado;
- Avaliar a percepção e perspectivas acerca de cada tipo de atividade (agrícola e não agrícola) e a dinâmica das decisões pessoais e financeiras associadas aos diferentes tipos de ocupação;
- Classificar os tipos de atividades e de rendas;
- Verificar dados a respeito da produção mercantil e de autoconsumo, além da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade;
- Identificar a existência de uma identidade comum entre os assentados e as relações do assentamento com as instituições e a política local a fim de analisar as formas de manutenção de um tecido sociocultural em determinado território;
- Por último, o questionário se orientou em observar como os assentados se relacionam com a paisagem rural e com os recursos naturais.

O questionário, portanto, ofereceu subsídios para a interpretação dos dados obtidos, na perspectiva quali-quantitativa, e sua correlação com o problema e as hipóteses levantadas. Os resultados apurados na pesquisa de campo, através da aplicação dos questionários serão demonstrados e interpretados na seção a seguir.

3.3. Apresentação e análise dos dados coletados

3.3.1 Trajetória de vida e reprodução socioeconômica

Um dos primeiros focos desta análise trata da reprodução socioeconômica das famílias assentadas na comunidade camponesa Cangussu. Buscou-se mapear aspectos referentes à trajetória anterior ao assentamento, dos agricultores entrevistados, além da comparação da situação atual com a vivida anteriormente.

No que se refere às trajetórias de vida dos assentados, observa-se na Tabela 8, que pouco mais da metade deles (50,9%) trabalhavam como diaristas rurais, condição que muitos atribuíram ao fato de não terem outra opção de trabalho no campo. Os demais agricultores se distribuíram entre as categorias de assalariados rurais, agricultores proprietários, autônomos urbanos, assalariados urbanos, parceiros arrendatários e aqueles que não praticavam nenhuma atividade.

Os trabalhos anteriores ao assentamento, para a maioria dos entrevistados, eram cansativos e os faziam viver sob insegurança e instabilidade. A condição de assentado

representa para estas famílias a segurança da posse da terra, o que permite uma maior estabilidade de suas condições sociais e econômicas.

Tabela 8 - Ocupação imediatamente anterior ao Assentamento Cangussu

Categoria	Porcentagem
Diarista Rural	50,9%
Assalariado Rural	12,7%
Agricultor Proprietário	10,9%
Autônomo Urbano	9,1%
Assalariado Urbano	7,3%
Parceiro Arrendatário	3,6%
Nenhuma Atividade	5,5%
Total	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

A maioria dos entrevistados considera que a vida melhorou com o ingresso no assentamento, tanto em termos financeiros, como de moradia e acesso aos serviços públicos de saúde, educação, transporte, etc., conforme apresenta os dados da Tabela 9.

Tabela 9 – Situação atual em comparação com a anterior ao Assentamento Cangussu

Categoria	Financeiro (%)	Moradia (%)	Acesso a serviços públicos (%)
Melhorou	90,9%	96,4%	92,7%
Igual	9,1%	3,6%	1,8%
Piorou	0,0%	0,0%	5,5%
Total	100%	100%	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Esta constatação leva à compreensão de que a condição de assentado representa um incremento na qualidade de vida dessas famílias com melhores condições de acesso, principalmente, à moradia e renda.

Quanto aos serviços públicos, muitos assentados ainda reclamam que o acesso é precário, com exceção da educação neste assentamento, pois existem muitas dificuldades no âmbito da saúde, do transporte, da segurança, entre outros. Porém, ainda assim, o acesso a esses serviços ficaram mais fáceis depois de integrarem o assentamento.

O perfil da composição dos estabelecimentos de moradia e trabalho destas famílias será apresentado na seção seguinte, fazendo menção aos tipos de atividades agrícolas, não agrícolas e pluriativas.

3.3.2 Informações a composição do trabalho familiar

A principal atividade desenvolvida pelas famílias do Assentamento Cangussu é a agricultura, sendo que 41 estabelecimentos (74,5%) tem a atividade agrícola como principal

meio de trabalho. Entretanto, as famílias exercem outras atividades que ajudam na complementação da renda. A Tabela 10 mostra a composição do trabalho familiar, na forma do tipo de ocupação praticada.

Pelos dados da tabela, constata-se que a atividade mais praticada pelos membros das famílias é a atividade agrícola. Contudo, além da prática das atividades agrícolas, muitos membros das famílias como os próprios chefes, esposos e esposas e, principalmente, os filhos e filhas desempenham atividades não agrícolas dentro e fora do espaço rural.

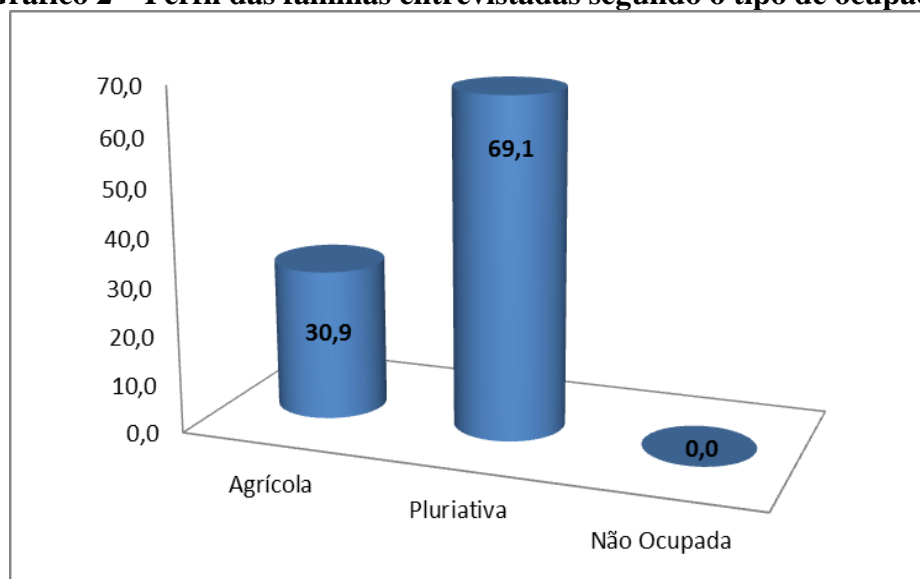
Tabela 10 – Atividades praticadas pelas famílias do Assentamento Cangussu

Categoria	Agrícola dentro do lote	Agrícola fora do lote no espaço rural	Não agrícola dentro do lote	Não agrícola fora do lote no espaço rural	Não agrícola no espaço urbano
Chefe(a)	100%	30,9%	0,0%	14,5%	10,9%
Esposo(a)	69,1%	38,2%	1,8%	18,2%	9,1%
Filhos(as)	96,4%	40,0%	0,0%	38,2%	9,1%
Outros	9,1%	0,0%	1,8%	0,0%	1,8%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Classificando as famílias em agrícola (que praticavam somente atividades agrícolas), pluriativa (que combinavam atividades agrícolas e não agrícolas) e não ocupada, pode-se estimar o perfil dessas mesmas famílias em relação ao tipo de ocupação e ao exercício da pluriatividade, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Perfil das famílias entrevistadas segundo o tipo de ocupação



Fonte: pesquisa de campo (2013).

Observando os dados obtidos no Gráfico 2, tem-se que, mesmo que a agricultura predomine como principal atividade dos estabelecimentos do Assentamento Cangussu, a

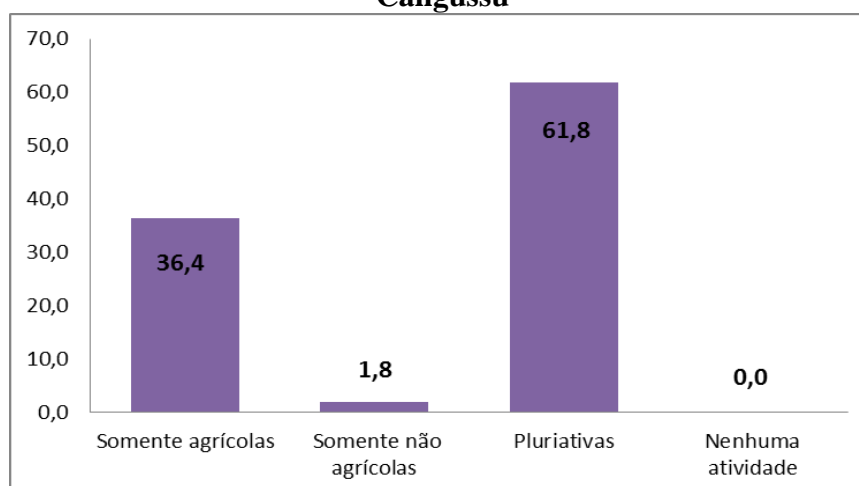
prática das atividades agrícolas junto às atividades não agrícolas se sobressaem na maioria das famílias. As 17 famílias cujos dados apontavam apenas o exercício de atividades agrícolas dentro e fora do lote foram classificadas no perfil agrícola e as 38 famílias pluriativas combinavam a atividade agrícola com alguma atividade não agrícola, dentro ou fora do lote no espaço rural e/ou no espaço urbano.

A maioria das ocupações não agrícolas feitas dentro do assentamento são os trabalhos de vigilante, professor, servente, pedreiro, serviços administrativos, principalmente nas escolas, além de motoristas e comerciantes. Algumas das ocupações estão ligadas a própria atividade agropecuária em que desencadeiam pretensões de atividades de venda direta de alimentos à população dos centros urbanos próximos (Vitória da Conquista e Barra do Choça). A realização dessas atividades se dá, principalmente, através de feiras e por intermédio de entregas feitas por aqueles que frequentam o meio urbano.

De acordo Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), o crescimento das ocupações rurais não agrícolas é uma das principais características que compõem a dinâmica das recentes transformações no meio rural brasileiro. Considerando a colocação dos autores, o conceito de pluriatividade e os dados do gráfico 2, pode-se dizer que existem aspectos desta nova ruralidade no Assentamento Cangussu e com significativa ocorrência entre as famílias assentadas.

Estas atividades pluriativas, segundo Silva (1997), podem ser consideradas como estratégias de reprodução familiar, resultando na melhoria das condições de vida das famílias rurais, de modo geral. No caso do Assentamento Cangussu, os assentados consideraram que nas condições atuais, as atividades que proporcionam maior satisfação às suas famílias são as pluriativas, como mostra o Gráfico 3.

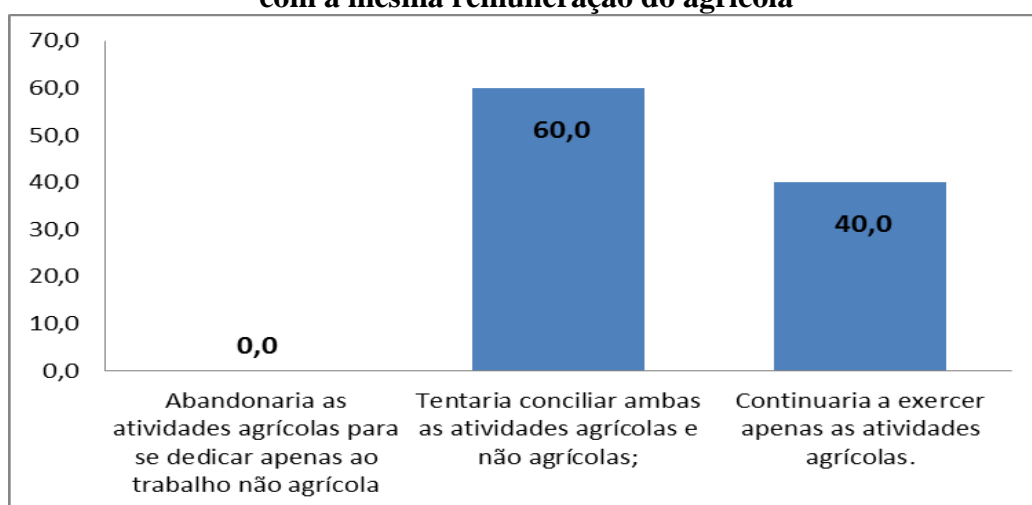
Gráfico 3 – Ocupações que proporcionam maior satisfação às famílias do Assentamento Cangussu



Fonte: pesquisa de campo (2013).

Com um grau de importância ainda maior, 85,5% dos entrevistados entendem que o exercício de atividades não agrícolas por parte dos membros de suas famílias ajuda na futura permanência dos mesmos no lote. A maioria ainda respondeu que, diante de uma possível proposta de emprego não agrícola que lhes garantissem salário igual ao que ganham atualmente com a agricultura, tentariam conciliar as atividades agrícolas e não agrícolas. Esta última constatação encontra-se exposta no Gráfico 4 a seguir:

Gráfico 4 – Decisão a ser tomada diante de hipotética proposta de emprego não agrícola com a mesma remuneração do agrícola



Fonte: pesquisa de campo (2013).

As respostas apresentadas no gráfico acima indicam a predileção dos assentados pelo caminho da pluriatividade. É importante destacar que nenhum dos entrevistados afirmou que abandonaria as atividades agrícolas para se dedicar apenas ao trabalho não agrícola. Esse último dado representa a preferência dos assentados da comunidade camponesa Cangussu pelo trabalho agrícola praticado no campo, sendo previsível, já que, nos assentamentos, de forma geral, a afeição por um pedaço de terra significa a busca pela oportunidade de se trabalhar de forma independente e digna dentro do setor agropecuário (LEITE, *et al* 2004).

Os dados fornecidos aqui demonstram que a população pesquisada possui um vínculo, além do trabalho, com a terra e usam a pluriatividade como possível estratégia para ajudar na reprodução socioeconômica de sua família. Esse fator confirma, em parte, a ideia de Chayanov (1974) de que a família camponesa tenta suprir suas necessidades com a ajuda de atividades não agrícolas, porém, neste caso, as famílias do Assentamento Cangussu não deixam a terra sem uso, como cita o autor.

Para estimar a proporção dos diversos tipos de renda auferidos pelos assentados, buscou-se identificar as fontes dos rendimentos percebidos e sua contribuição na composição

da renda mensal. A Tabela 11 promove essa análise a partir das possíveis atividades e fontes de ingressos monetários, consideradas como: agricultura, aposentadoria, atividades não agrícolas e benefícios sociais, bem como a Bolsa Família. Desta forma, foi possível investigar a composição da renda média mensal das famílias em cada categoria.

Tabela 11 – Composição da renda média mensal, por tipo de atividade, percebidas no Assentamento Cangussu

Fontes	Até 1 salário mínimo	De 1 a 2 salários mínimos	Acima de 2 salários mínimos	Total
Agricultura	90%	8%	2%	100%
Aposentadoria	65%	35%	-	100%
Benefício Social	100%	-	-	100%
Atividade não agrícola	69,7%	21,2%	9,1%	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Para elaboração desta tabela foi calculada sua porcentagem de acordo a quantidade de famílias que auferem rendas pelas fontes estabelecidas e que souberam e quiseram responder a esta questão. Na agricultura, algumas famílias não responderam a esta pergunta, pois ainda não haviam feito à primeira colheita de seus produtos, estes representam aqueles que estão na terra por herança ou que se divorciaram e agora estão começando uma nova produção, separadamente. Nesta atividade, 50 famílias disponibilizaram informações sobre suas rendas. É importante notar que apesar de a agricultura ser a principal atividade exercida no assentamento, o rendimento mensal desta não passa de um salário mínimo, na maior parte das famílias pesquisadas, que representam 90% do total de entrevistados.

O rendimento obtido com a aposentadoria, por 20 famílias, e, os benefícios sociais auferidos por outras 36, contribui em grande proporção para a composição da renda familiar dos entrevistados. Sobre esse ponto cabe ressaltar que Silva, Del Grossi e Campanhola (2002), admitem que, além das ocupações não agrícolas, a presença de aposentados no campo não deixam as pessoas dependentes somente das atividades agrícolas em termos de rendimentos.

A informação sobre a renda obtida através das atividades não agrícolas foi disponibilizada por 36 famílias, sendo que 38 foram classificadas como pluriativas. O rendimento dessas atividades destaca-se como um componente importante por incrementar os ganhos destas famílias, algumas vezes com valores superiores a um salário mínimo, sendo 21,2% entre um e dois salários mínimos e 9,1% acima de dois salários mínimos.

Quanto à destinação da renda alcançada através das atividades não agrícolas, aposentadorias e benefícios sociais, foi constatado que a maioria das famílias utiliza esse rendimento, principalmente, em gastos com a sobrevivência da família, em primeiro lugar, e

com a manutenção das atividades agropecuárias, quando há sobra, como indica a Tabela 12 seguinte:

Tabela 12 - Destino da renda não agrícola dos assentados da comunidade camponesa Cangussu

Tipos de gastos	Ordem de importância	Porcentagem
Necessidades da família	1	97,4%
Atividades agropecuárias	2	94,7%
Associação do assentamento*	3	7,9%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

*Gastos com mensalidade e contribuições financeiras com a associação do assentamento.

Esta Tabela contribui, ainda mais, para reforçar que os ganhos obtidos com a renda não agrícola das 38 famílias pluriativas do Assentamento Cangussu são destinados, essencialmente, aos gastos com a sobrevivência família e as atividades agropecuárias exercidas nos lotes. Esta observação, junto à predileção pelas atividades agropecuárias praticadas no assentamento, ajuda a contrapor a ideia de que a forte atração exercida pela pluriatividade sobre os agricultores de base familiar seria uma ameaça à continuidade desta produção agrícola, quando esta fosse exercida pelo chefe da unidade produtiva, como aponta Schneider (2003).

Diante da constatação acerca do ensejo por parte dos entrevistados em exercer a pluriatividade, julgou-se necessário investigar o porquê da dificuldade de algumas famílias em adotá-la. Cabe frisar que as respostas às alternativas expostas aos pesquisados, foram computadas nesta questão através da atribuição de pontos. Na alternativa considerada como sendo a mais importante foram atribuídos dois pontos e àquela considerada a segunda mais importante foi atribuído um ponto. Os resultados estão expostos na Tabela 13:

Tabela 13 – Setores a serem melhorados para viabilizar a conciliação das atividades agrícolas com as não agrícolas no Assentamento Cangussu

Setores a serem melhorados	Número de pontos	Porcentagem
Saúde	62	38,5%
Educação	45	28%
Geração de empregos	30	18,6%
Segurança	18	11,2%
Transporte	6	3,7%
Total	161	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

As alternativas expostas na tabela acima demonstram a importância de ações governamentais nestes setores, no sentido de melhorar e facilitar a vida dos assentados. A saúde, acima de tudo, é o principal fator para garantir a qualidade de vida dos moradores do assentamento, tanto para trabalharem em atividades agrícolas como não agrícolas. Uma melhor

educação e a geração de mais empregos tanto no assentamento, como na cidade, facilitariam a inserção em atividades não agrícolas. Já a segurança e o transporte de qualidade contribuiriam para conciliar atividades pluriativas dentro e fora do assentamento.

A saúde teve a melhor colocação se sobressaindo, perante a reclamação de que a saúde no assentamento ainda é frágil e que a falta de assistência à saúde inviabiliza o ingresso e continuidade numa vaga de emprego.

Mesmo que sempre seja necessário melhorar o acesso e a qualidade dos serviços públicos na zona rural brasileira, as deficiências ainda são muito presentes no assentamento estudado. Vários assentados reclamaram da má qualidade da saúde, em que não possuem nem uma Unidade Básica de Saúde e só tem a visita de um médico uma vez ao mês. Os informantes queixaram-se a respeito da falta de segurança no local e atribuíram o aumento da criminalidade ao fato de o assentamento localizar-se próximo às cidades de Barra do Choça e Vitória da Conquista. Além de reclamarem das péssimas condições da estrada que liga a BA-265 ao assentamento, onde se encontra dotada de inúmeros buracos, saliências e falta de sinalização, transformando pequenos trajetos em grandes transtornos.

Para os entrevistados estas más condições de oferta de serviços básicos e infraestrutura acabam por constituírem entraves ao desenvolvimento do assentamento e, conseqüentemente, à qualidade de vida dos assentados. Além disso, prejudicam a conciliação de atividades agrícolas e uma possível atividade complementar não agrícola, pois sem geração de empregos tanto no assentamento como na cidade, falta de transporte de qualidade, entre outros, fica difícil a conciliação destas atividades.

Mesmo com toda essa dificuldade dos assentados, pode-se compreender até aqui que as melhorias incitadas pela proposta de um assentamento de reforma agrária somadas à satisfação relacionada às atividades pluriativas indicam melhorias em suas condições de vida, além de um aumento na capacidade de consumo de gêneros alimentícios e bens em geral. Esta condição pode ajudar a promover a inserção das várias funções que a agricultura propõe, como a segurança alimentar e a conservação dos recursos naturais e da paisagem.

3.3.3. Segurança alimentar e sistemas produtivos

As perguntas referentes à segurança alimentar, às práticas agrícolas e à pauta produtiva, revelou a importância da produção para autoconsumo no Assentamento Cangussu. Inicialmente, tratou-se de avaliar qual a percepção dos assentados sobre o incremento da segurança alimentar, tanto qualitativa (diversidade de alimentos e utilização de agrotóxicos) como quantitativa (quantidade de alimentos), após a entrada no assentamento. Pediu-se aos

assentados que avaliassem se a disponibilidade de alimentos (em quantidade e em qualidade/diversidade) havia melhorado, piorado ou permanecido igual, em comparação com a situação imediatamente anterior à entrada no assentamento, conforme mostra a Tabela 14:

Tabela 14 – Situação alimentar em relação à obtida anterior a integração no Assentamento Cangussu

Categoria	Qualitativo	Quantitativo
Melhorou	76,4%	89,1%
Piorou	1,8%	-
Igual	21,8%	10,9%
Total	100%	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

A tabela mostra como os assentados estão satisfeitos com a situação alimentar atual em comparação com a anterior, tendo em vista que 76,4% e 89,1% reconhecem que houve uma melhora na qualidade e na quantidade dos alimentos, respectivamente. Além desses dados, os representantes dos estabelecimentos pesquisados, consideraram que suas famílias e as demais famílias do assentamento contribuem para que não haja falta de alimentos na sociedade, e que estes sejam de boa qualidade.

Na entrevista, 92,7% dos assentados, responderam que acreditam que contribuem para o abastecimento de alimentos nas cidades, principalmente de Vitória da Conquista - BA e Barra do Choça - BA, cidades mais próximas. Também confiam que os alimentos produzidos sejam de boa qualidade e a principal resposta quando se indagava por que os alimentos são de boa qualidade era de que são alimentos produzidos organicamente, sem qualquer tipo de agrotóxicos, pois sabem da importância de não utilizarem tais produtos.

Muitos dos entrevistados apontaram e falaram com orgulho de suas plantações “sem veneno” que não agredem a saúde das pessoas e a própria saúde, indicando o prazer de poderem consumir o que plantam. Isso explica o fato de 43,6% dos entrevistados produzirem a maior parte dos alimentos que consomem. Boa parte dos alimentos para autoconsumo são produzidos nos quintais das casas, conforme se verifica na Foto 2 (APÊNDICE C). O número dos que produzem em menor quantidade foi um pouco maior, 52%, sendo que 7% relataram não produzirem mais por faltar investimentos e incentivos do governo à produção para o autoconsumo. Os que não produziam nada somaram 3,6%.

De acordo com Santos e Ferrante (2003), a produção para autoconsumo representa uma segurança para os agricultores frente às oscilações de preços de mercado, garantindo certa autonomia aos assentados. Além disso, este hábito adquire um significado simbólico, de produzir na própria terra o próprio alimento. Quanto a isso, Duval (2009) ainda sustenta que a produção de autoconsumo reforça a identidade camponesa aos assentados rurais, sendo uma

das principais bases para a reconstrução simbólica e material de um modo de vida rural, na condição de assentamento. Esta situação representa a multifuncionalidade da agricultura na forma da segurança alimentar.

Dessa forma, explica-se a importância dos alimentos para autoconsumo que a maioria dos assentados pesquisados produz. Os principais produtos identificados como cultivo para autoconsumo, no Assentamento Cangussu, foram o feijão em 83,6% dos estabelecimentos, a abóbora em 40%, a mandioca e o milho em 38,2%, a banana e a batata em 29,1% e as hortaliças em 25,5% dos estabelecimentos entrevistados.

Chama-se a atenção para a dificuldade, durante a pesquisa, de o entrevistado estabelecer alimentos principais para autoconsumo, tendo em vista que produzem muitos outros. Em menor quantidade, os assentados produzem vários tipos de verduras, frutas, além de leite e aves.

Como os próprios assentados salientaram, após tirar da terra o seu consumo e de suas famílias, comercializam os produtos excedentes. Como colocam Santos e Ferrante (2003, p.46), “nem tudo o que é necessário à manutenção da família pode ser obtido diretamente da produção no lote.” Assim, há a necessidade de comprar os alimentos que não são produzidos pelas famílias assentadas e muitos deles fazem isso com o dinheiro proveniente da venda dos produtos excedentes da produção para o autoconsumo.

A seguir apresentam-se as principais atividades agrícolas mercantis do Assentamento Cangussu. Buscou-se dimensionar os principais produtos agrícolas produzidos pelos estabelecimentos, relacionando-os com as formas de inserção no mercado. A primeira coluna da Tabela 15 descreve o produto analisado, a segunda indica quantos assentados afirmaram produzir aquele produto e as colunas seguintes apontam os canais de comercialização da produção destinada à venda.

Tabela 15 - Principais produtos mercantis comercializados no Assentamento Cangussu

Produto	Lotes que produzem (%)	Canais de comercialização (%)				
		Feira	Atravessador	Varejo/ Supermercado	Agroindústria	Direto
Café	85,5%	2,1%	89,9%	-	6,4%	2,1%
Feijão	30,9%	17,6%	70,6%	11,8%	-	-
Banana	32,7%	11,1%	83,3%	-	-	5,6
Milho	23,6	23,1%	46,2%	15,4%	-	15,4%
Mandioca	23,6	15,4%	76,9%	-	7,7%	-

Fonte: pesquisa de campo (2013).

O principal produto mercantil do Assentamento Cangussu é o café, 85,5% dos estabelecimentos produzem este alimento para comercializar. Cabe salientar que a região onde se situa o assentamento é conhecida como uma das principais produtoras de café da Bahia.

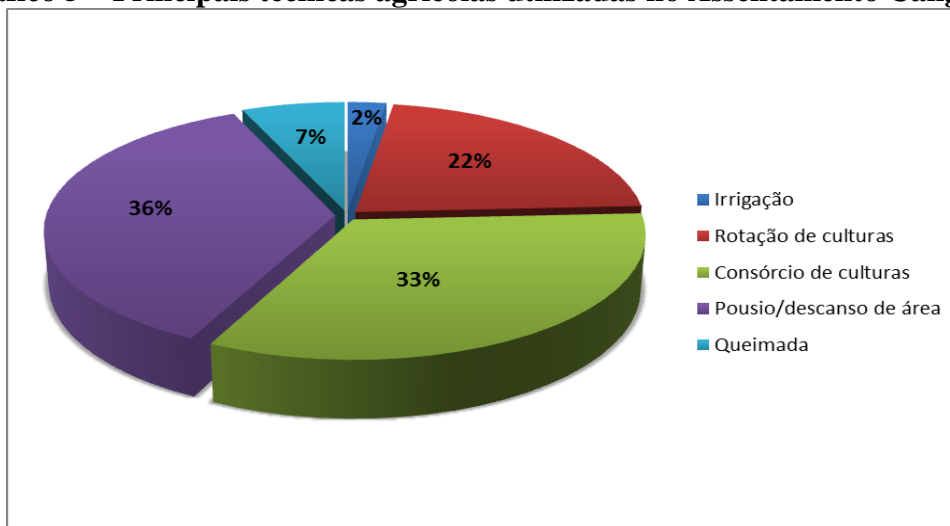
Percebe-se que os principais produtos comercializáveis, como feijão, banana, milho e mandioca são também os principais produtos cultivados para autoconsumo e, antes de destiná-los à venda, os assentados retiram o que será consumido, como já foi ressaltado acima.

Quanto aos canais de comercialização, a maioria das famílias vendem suas mercadorias por meio de um atravessador, o que segundo eles, ocasiona em prejuízo, pois vendem os produtos a preços muito baixos. Oliveira (2008) destaca que a falta de organização neste assentamento faz com que os produtos sejam vendidos a preços baixos aos atravessadores, que os revendem mais caros, apropriando-se, assim, da maior parte da renda das famílias. Esta situação, realmente configura em prejuízo aos pequenos agricultores do assentamento. Segundo informações de um dos assentados, a associação da comunidade está estudando formas de reverter esta situação para garantir uma comercialização mais justa da produção.

Depois do atravessador, o segundo canal de comercialização mais utilizado é a venda de produtos como milho (23,5%), feijão (17,6%), mandioca (15,4%) e banana (11,1%), em feiras livres. A venda de produtos por este tipo de comércio, também se configura como pluriatividade. Essa análise se baseia na visão de Silva, Balsaldi e Del Grossi (1997) de que o trabalho nas feiras, o artesanato e as festas populares, estariam deixando de ser meras atividades voltadas para o lazer e estariam começando a representar alternativas para obtenção de emprego e renda no interior do país.

A agricultura praticada no assentamento é marcada pela diversidade, tanto da pauta produtiva quanto das práticas agrícolas. A agricultura tradicional que segundo Abreu (2002), é ancorada no conhecimento popular e em práticas transmitidas de geração em geração está presente na forma de produzir de grande parte dos lotes da comunidade camponesa Cangussu, como o uso de pousio (33%), rotação de culturas (22%) e consórcio de culturas (33%), como mostra o Gráfico 5.

Desta maneira, observam-se, entre as principais práticas utilizadas pelos assentados, elementos de uma agricultura tradicional, que se baseia, essencialmente, em técnicas positivas do ponto de vista ecológico, energético e econômico como, por exemplo, a diversificação de culturas. Mesmo sabendo da importância de utilizarem técnicas de uma agricultura ecologicamente correta, algumas famílias (7%) ainda utilizam práticas pouco recomendadas como as queimadas.

Gráfico 5 – Principais técnicas agrícolas utilizadas no Assentamento Cangussu

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Quando indagados se utilizavam algum tipo de defensivo ou insumo químico, 74,5% responderam utilizar, eventualmente, e somente no café, uma adubação mineral, na forma de supersimples. Segundo Santiago e Rossetto (s.d.), o supersimples é um tipo de adubo mineral que tem no elemento químico Fósforo (P), um componente fundamental no transporte de carboidratos no processo de absorção dos nutrientes do solo. É importante ressaltar que dos 44 assentados que assumiram utilizar defensivos ou insumos químicos, eventualmente ou frequentemente, 35%, disseram que utiliza-os com orientação técnica.

Endente-se, então, que a existência de elementos da agricultura tradicional faz com que haja a possibilidade de se acreditar em uma proposta de transição agroecológica dos sistemas produtivos deste assentamento. Mesmo que esteja inserido no modelo de modernização da agricultura com a utilização de adubos químicos, a produção do Assentamento Cangussu poderia ser direcionada no sentido de uma agricultura de base ecológica, produtiva e racional no uso dos recursos naturais, como já vem sendo feito na conservação dos mesmos.

3.3.4. Biodiversidade, conservação dos recursos naturais e da paisagem

Um dos blocos do questionário tratou de obter informações sobre o manejo dos recursos naturais do assentamento. Objetivou-se identificar as estratégias de conservação do ambiente, dos recursos naturais e da paisagem, bem como apreender aspectos da percepção ambiental dos assentados.

Num primeiro momento, buscou-se verificar qual é a percepção dos pesquisados acerca da qualidade de dois recursos fundamentais para a prática da agricultura: água e solo. Os assentados classificaram qualitativamente estes dois recursos no assentamento, conforme demonstrado na Tabela 16:

Tabela 16 – Percepção dos assentados sobre a qualidade do solo e da água

Categoria	Solo	Água
Bom	81,8%	96,4%
Médio	18,2%	3,6%
Ruim	-	-
Total	100%	100%

Fonte: pesquisa de campo (2013).

A maioria dos entrevistados considerou o solo do assentamento como sendo de boa qualidade, isto é, fértil, capaz de proporcionar uma boa produção para os cultivos. Alguns entrevistados afirmaram que foi a agricultura que melhorou a qualidade dos solos, pois com a orientação que tiveram de alguns técnicos durante todo o tempo de assentamento, entenderam a importância de não desmatar e diversificar as culturas. Uma pequena parcela considerou o solo como sendo de qualidade média, mas não justificaram o porquê.

Em relação à água, a imensa maioria considerou que o assentamento dispõe de recursos hídricos de qualidade: “*água boa que dá pra beber*” foi uma das considerações feitas a respeito deste recurso. Apesar disso, os assentados não usufruem de uma rede de abastecimento de água tratada, tendo um sistema de água encanada em suas casas, feito pelos próprios assentados. No período da pesquisa estava sendo construído um sistema de tratamento da água com recursos do INCRA.

Com uma APP de 20% do total da área do assentamento, cada família é instruída a não utilizar esta área para plantio, pastos, etc., visando à conservação da natureza e das fontes de água protegidas ali existentes (Foto 3 – APÊNDICE C).

Entre os 55 entrevistados, 19 (34,5%) afirmaram ter realizado algum plantio de mudas medicinais e/ou comestíveis na APP. Muitos deles plantaram, principalmente, frutas como abacate, graviola, jambo, entre outras. Mesmo não tendo a obrigação legal de recompor uma parte do lote com espécies florestais, o fizeram por livre iniciativa, a fim de ampliar a diversificação da floresta ali presente.

A maioria (65,5%), que não fez nenhum tipo de plantio nas áreas de APP de seus lotes, justificou seu posicionamento por não receberem as mudas apropriadas para tal, por não terem interesse em fazê-lo, já que lá “*já está tudo plantado*”, por acharem que não tem necessidade ou por entenderem que não se pode plantar nessa área “*lá não pode mexer em nada*”.

Entendendo as funções das APPs ou áreas florestadas nos lotes procurou-se apontar a percepção dos assentados sobre os fragmentos florestais dentro dos agroecossistemas e os possíveis papéis desempenhados por eles para o ambiente, a agricultura e para o ser humano.

Nesta pergunta, cada pesquisado teve mais de uma alternativa como resposta à questão. Na percepção dos assentados, a principal função dos fragmentos florestais é a de conservar a água com 43% de citações. Uma parcela de 22% relacionou a presença destas áreas com a conservação do solo, influenciando diretamente na conservação dos recursos hídricos.

Em seguida, 15% afirmaram como sendo importante, o papel dessas áreas, para a manutenção de um microclima mais estável, com temperaturas amenas; 10% e 9% consideraram a beleza cênica e a atração de animais, respectivamente, como sendo funções desempenhadas pelos fragmentos florestais nos lotes e apenas 1% entenderam ser função dessas áreas o fornecimento de alimentos.

Além do plantio ou não de árvores medicinais e/ou nativas em APPs e das funções desempenhadas pelos fragmentos florestais, apurou-se se os assentados fazem uso de algum recurso da flora e/ou da fauna existente no assentamento. Em relação a esse manejo da biodiversidade local, 48% dos entrevistados afirmaram utilizar algum recurso disponível, principalmente na flora. A maioria dos que responderam, utilizam plantas medicinais e, eventualmente, madeira que já estão mortas e secas, para fazerem cercas, fogueiras e utilizarem como lenha.

Encerrando-se as perguntas sobre a conservação dos recursos naturais e da paisagem, indagou-se se a agricultura praticada no assentamento ajuda na conservação da natureza e dos recursos naturais, e a grande maioria (94,5%) respondeu que sim. Quando perguntados sobre o motivo da resposta positiva, muitos deles disseram que os alimentos que plantam fazem parte da natureza e por isso ajudam a conservar, principalmente a água. “A bananeira que a gente planta ajuda a puxar a água”. Outros responderam que não desmatam, e plantam na área que é permitido para tal e que não utilizam nenhum tipo de agrotóxicos, utilizando adubo orgânico em suas lavouras. Os 5,5% que responderam negativamente, consideraram que a agricultura faz uso de desmatamentos, queimadas e monocultivos e por isso, não pode ser compatibilizada com a conservação da base de recursos naturais.

A partir das informações obtidas nesta seção, pode-se observar que a situação de assentamento parece favorecer à preocupação com o ambiente por parte dos assentados. A maioria, além de afirmar que a agricultura praticada ajuda a manter a natureza, reconheceu a qualidade da água, dos solos e os benefícios trazidos pelas áreas florestais. Um dos motivos que pode justificar esta preocupação dos assentados com meio natural em que vivem, principalmente com a água, é o valor que estes demonstram dar a água que é uma das principais fontes de vida.

3.3.5. Aspectos socioculturais

As questões referentes à sociabilidade, território e identidade também foram abordadas nesta pesquisa. Associativismo e relação com a identidade e o território foram pontos levantados nesta esfera e que são apresentados a seguir.

Em primeiro lugar, buscou-se identificar a participação dos assentados em grupos: sindicatos, igrejas, cooperativas/associações, partido político, conselhos e grupos informais. Nesta questão observou-se que a participação em associação/cooperativa é a mais expressiva (89,1%), levando em conta que quase todos os donos dos lotes são membros da Associação dos Produtores do Assentamento Cangussu (ASCAN), mas nem todos participam das reuniões para discutir assuntos da comunidade.

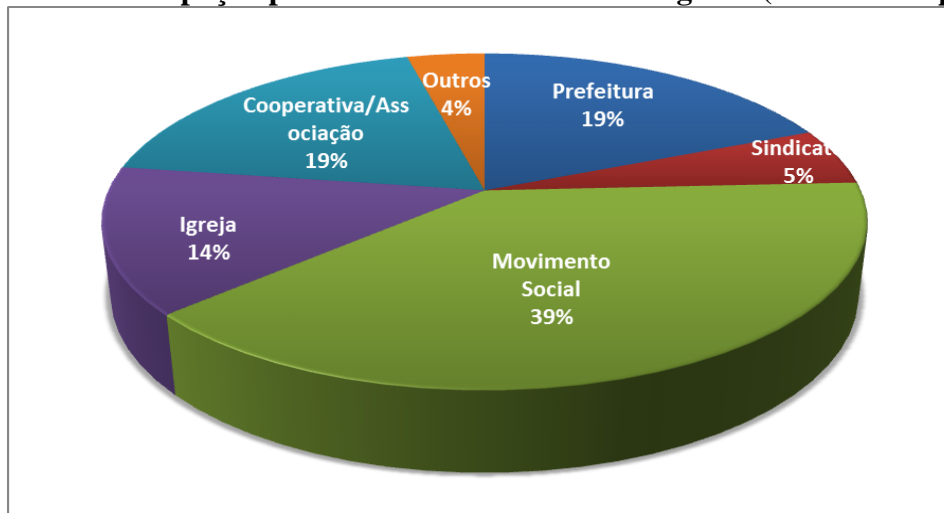
Em seguida, apresenta-se participação significativa (78,2%) em igrejas, sendo que o assentamento possui uma católica e outra evangélica. A participação em sindicatos é de 45,5%, em conselhos (de saúde, educação, fiscal, etc.) de 38,2%, partido político 25,5% e grupo informal (de lazer, religião, atividades produtivas) 18,2%.

A participação dos assentados em algum tipo de grupo contribui em muito para sua sociabilidade com os demais moradores do assentamento, podendo proporcionar benefícios comunitários que podem ser compartilhados por toda a população do assentamento.

Quanto às instituições que influenciam na dinâmica sociocultural, econômica e/ou produtiva do assentamento, também foi questionado aos assentados quais eles indicariam como sendo, em ordem de prioridade, aquelas que apresentavam maior influência na comunidade. Neste momento, as respostas às alternativas apresentadas aos pesquisados, também foram computadas através da atribuição de pontos. Na alternativa considerada como sendo a mais importante foram atribuídos dois pontos e àquela considerada a segunda mais importante foi atribuído um ponto (Gráfico 6).

Em um total de 128 pontos, o grupo de participação política que obteve a maior pontuação foi o movimento social, que correspondeu a 39% do total. Representado pelo MST, é o grupo que mais influencia na vida dos assentados, tendo em vista que o Assentamento Cangussu é um projeto desta entidade.

Logo depois vem a cooperativa/associação e a prefeitura com 19% cada. No caso da prefeitura, a influência percebida pelos assentados se concentra no oferecimento de serviços públicos básicos, além da disponibilização de tratores uma vez ou outra. A igreja constitui influência, de acordo alguns assentados, seus representantes estão sempre presentes no cotidiano do assentamento.

Gráfico 6 – Participação política no Assentamento Cangussu (total de 128 pontos)

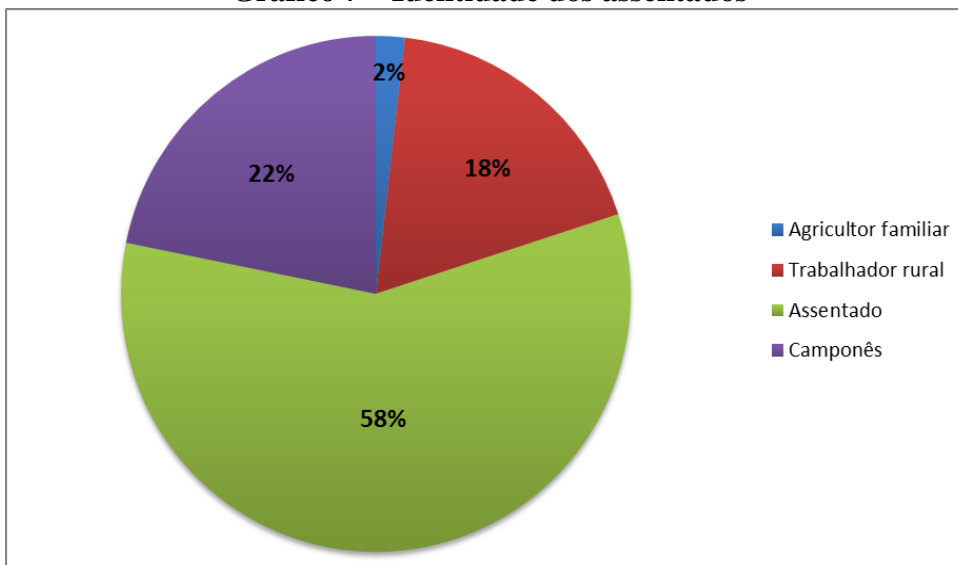
Fonte: pesquisa de campo (2013).

O sindicato (rural) obteve uma irrisória participação na dinâmica do assentamento com 5% do total. Outras instituições como Universidade, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Governo Federal, obtiveram somados uma participação de 4% na dinâmica sociocultural, econômica e/ou produtiva do assentamento.

Das funções não essencialmente produtivas que a agricultura exerce está à manutenção do tecido sociocultural no território que pode ser valorizada como bem imaterial que reforça aspectos qualitativos dos modos de vida e da identificação de suas identidades. De acordo Bonnal, Cazella e Maluf (2008) a contribuição decorrente das experiências anteriores ao assentamento ligadas à identidade social, as formas de sociabilidade das comunidades rurais e, principalmente, a agricultura continuam sendo o principal fator definidor da identidade e condição da inserção social das famílias assentadas brasileiras.

A identidade sócio profissional (Gráfico 7) é um indicador interessante para se pensar o assentamento enquanto um território construído, isto é, enquanto um espaço geográfico permeado por um sentimento de pertencimento construído em torno de uma identidade comum. Esta identidade é engendrada no cotidiano do assentamento e tem como fundamento as vivências anteriores dos assentados.

Como pode ser observado no gráfico, pouco mais da metade dos entrevistados se consideram assentados da reforma agrária. Ao se reconhecerem enquanto assentados, os pesquisados colocam em evidência a trajetória de lutas que resultou na criação do assentamento, e se identificam como protagonistas desta história.

Gráfico 7 – Identidade dos assentados

Fonte: pesquisa de campo (2013).

É interessante ressaltar que quando feita esta pergunta, a maioria dos assentados, ficavam na dúvida entre escolher a identidade de assentado ou camponês, pois consideravam o camponês como alguém que tem relações, além de produtivas, de afeto com o campo. Por isso, o camponês foi a segunda opção mais citada. Logo depois vem o trabalhador rural seguido do agricultor familiar. Apesar de a maioria das famílias terem um trabalho de base familiar, com os integrantes da família participando do trabalho rural, só um dos entrevistados se considerou agricultor familiar.

Para finalizar e demonstrar o especial vínculo que o assentado tem com o campo na comunidade de assentamento Cangussu, uma pergunta de grande importância para identificar a satisfação pela permanência no campo, dos assentados, foi feita no questionário. Indagados se gostariam de sair do assentamento 98,2% dos assentados responderam que não, apenas um entrevistado indicou ter interesse em sair daquele assentamento para outra área rural, justificando da seguinte forma: “*desejo coisa melhor*”.

Outra pergunta que demonstrou forte ligação dos assentados com o campo mencionava se desejavam que seus filhos continuassem no lote, sendo que 90,9% dos assentados afirmaram que sim, mas com melhorias nas condições econômicas, sociais e estruturais do assentamento. As cinco pessoas que não responderam não tem filhos ou estes já não moram mais no lote.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria das informações obtidas demonstraram o exercício da pluriatividade e o reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura na dinâmica de reprodução familiar dos camponeses residentes no Assentamento Cangussu, intuito essencial deste trabalho. Nesse sentido, observou-se que, a partir da emergência das ideias de pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura, o rural pode ser entendido em uma perspectiva territorial, consideradas as especificidades de cada espaço em particular, não se reduzindo apenas a atividades agrícolas como a produção de alimentos e fornecimento de matéria-prima para a indústria.

A análise do perfil da população estudada indicou que os projetos de assentamentos de reforma agrária vêm possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída dos benefícios do modo de produção capitalista. Embora os camponeses do assentamento estudado mantivessem, anteriormente, algum tipo de inserção no mercado de trabalho rural ou urbano, o faziam em condições bastante instáveis e precárias.

Os estabelecimentos estudados nesta monografia podem ser tipicamente classificados no modo familiar de produção. Também pode-se dizer que a maioria das famílias deste assentamento é pluriativa, sendo que, mesmo nessas famílias, a maior parte da mão de obra é dedicada ao trabalho na agricultura. Desde crianças, os pais vão ensinando os filhos a trabalharem com a terra, criando vínculos ainda mais fortes com o campo.

Com os resultados obtidos na pesquisa, pôde-se observar que a prática do trabalho não agrícola e, conseqüentemente, da pluriatividade, não aparenta ter efeito real sobre a afinidade dos entrevistados em relação ao trabalho agropecuário, indicando que a pluriatividade, na comunidade estudada, não pode ser considerada como um processo de proletarização que resulta na decadência da propriedade familiar.

A partir daí, é possível, neste trabalho, discordar da abordagem clássica de Marx, Lênin e Kautsky, quando afirmaram que o camponês iria desaparecer dentro do modo de produção capitalista, tendo como único fim sua proletarização, refutando, dessa forma a primeira hipótese formulada neste estudo. Os camponeses do Assentamento Cangussu, lutaram e continuam lutando pela sua permanência e reprodução no campo, usando da criatividade para conseguirem estratégias que ajudem nesta luta diária por uma condição de vida digna.

Cabe salientar que o fato de o Assentamento Cangussu reunir características específicas quanto à sua estrutura socioeconômica e produtiva, e, possivelmente, por ter sido um dos últimos assentamentos implantados na região Sudoeste da Bahia, e deste modo ter se

beneficiado da experiência acumulada pela direção local do MST, podem ter sido fatores determinantes para a composição dos resultados encontrados nesta pesquisa. Além disso, situa-se em uma região cujas condições edafoclimáticas e de pluviosidade são bastante favoráveis à produção agrícola. Em virtude destes aspectos, sugere-se o estudo de outros assentamentos da região para verificar se a argumentação clássica quanto ao fim do campesinato se aplica em outros casos.

A predileção dos assentados pelo trabalho na agricultura e pela moradia no campo, sem intenção de saírem do assentamento, contesta a ideia de que a prática de atividades não agrícolas ou da pluriatividade culmina com o abandono dos camponeses do território rural. Pode-se afirmar então, que a hipótese que sustenta a persistência, por parte dos camponeses, no modo de vida rural através da prática de atividades agrícolas associadas a ocupações não agrícolas, neste assentamento, é verdadeira. Além disso, a maneira peculiar com que essa comunidade rural compreende e pratica a pluriatividade, resultando numa reprodução familiar multifuncional, constitui-se como fator decisivo para garantir qualidade de vida no meio em que está inserida, reforçando seu vínculo com o campo no contexto da nova ruralidade.

A última hipótese a ser sustentada aqui, é a de que os assentados reconhecem múltiplas funções, resultantes da sua prática agropecuária, além das produtivas e mercantis. Pela ótica da multifuncionalidade da agricultura enquanto posicionamento que se contrapõe ao modelo de modernização agrícola, o Assentamento Cangussu revela-se como um espaço que permite o estabelecimento de uma agricultura de base familiar mantenedora de funções socioculturais e ambientais, reconhecidas pelas famílias assentadas e benéficas para o conjunto da sociedade ao considerar-se as externalidades positivas resultantes de uma prática agrícola que supera o mero cumprimento de funções produtivas e mercantis.

Entretanto, esta não é a realidade da maioria dos assentamentos de reforma agrária, principalmente no caso brasileiro, daí a importância em realizar novos estudos e aprofundar a temática em espaços rurais inseridos em contextos diferenciados.

Pôde-se constatar que o conhecimento da trajetória de vida dos assentados constituiu-se como fator fundamental para o estabelecimento de estratégias de desenvolvimento do assentamento. A manutenção da diversidade cultural das famílias acaba por ajudar no estabelecimento de agriculturas voltadas para o autoconsumo, baseadas em elementos de um conhecimento agrícola tradicional das famílias. Além disso, as atividades pluriativas e a organização através de grupos se mostraram como sendo partes deste patrimônio cultural, que são reabilitados na situação de assentamento.

No Assentamento Cangussu, as duas facetas complementares da atividade agrícola se configuram na agricultura mercantil, produtora de valores de troca, e na agricultura para o autoabastecimento, produtora de valores de uso. Estas faces se equilibram de forma dinâmica na comunidade rural estudada, pois, enquanto que a maioria das famílias tem um produto mercantil principal em comum, o café, plantam outros alimentos em que priorizam o autoconsumo e comercializam o excedente.

Quanto ao reconhecimento da multifuncionalidade, observou-se, inicialmente, que no caso dos produtos destinados tanto ao autoconsumo quanto ao comércio, que apresentam certa diversidade (feijão, a mandioca, o milho, a abóbora, a banana, a batata e as hortaliças), junto a práticas de produção da agricultura tradicional como o descanso da terra e os consórcios e rotações de culturas, contribui em grande parte em um incremento da qualidade ambiental. O fato de a maioria não utilizar agrotóxicos em seus alimentos serviu como principal justificativa dos assentados para admitirem ser seu alimento de boa qualidade.

Observou-se também que os assentados tem uma percepção especial quanto aos recursos naturais, atribuindo, em grande medida, a prática da agricultura como motivadora da conservação destes recursos, apontando para o reconhecimento de uma função ambiental da agricultura. Reconheceram também a importância e os benefícios trazidos pelas reservas de APP e pela floresta de forma geral, indicando que estas contribuem para a conservação da água, do solo, do clima, da atração de animais, ou seja, contribui para a conservação da biodiversidade da natureza.

Outra função que se encontra vinculada ao acesso a terra e a prática da agricultura, é a recuperação ou reconstrução de identidades associadas ao rural e ao agrícola e ao estabelecimento de redes de sociabilidade. Este tecido sociocultural se constrói nas relações que os assentados mantêm dentro dos núcleos do assentamento. Estas relações se revelam, principalmente, com a participação dos assentados em grupos de diversos tipos como, igrejas, cooperativas/associações, conselhos e alguns grupos informais (produção, futebol, orações, etc.). Estas organizações dinamizam a vida social do assentamento Cangussu, entendido também enquanto território, definindo iniciativas culturais e coletivas que cada família carrega consigo.

Enfim, pode-se considerar, de modo geral, que a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura de base familiar na comunidade camponesa Cangussu, se expressa em diversas formas. A pluriatividade está associada, essencialmente, à contribuição para a permanência das famílias nos lotes, ressaltando com grande importância, a preferência incondicional dos entrevistados pelo trabalho agropecuário. Já a multifuncionalidade foi

expressa nesse assentamento por meio das funções de manutenção de modos de vida, garantia da segurança alimentar local e das famílias agricultoras, resgate e conservação da natureza e a manutenção do tecido sociocultural.

O comportamento desses aspectos, característicos do meio rural na atualidade, no Assentamento Cangussu, demonstra ser a pluriatividade e a multifuncionalidade da agricultura, muito mais que elementos que reforçam o elo entre o produtor e o campo. Esses aspectos colaboram também, para o incremento do bem estar e a qualidade de vida no campo, por isso a importância de políticas públicas que reconheçam e incentivem estas manifestações.

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do meio rural, devem contemplar a heterogeneidade do espaço rural brasileiro, e especialmente, do semiárido nordestino, estimulando práticas agrícolas pluriativas, contextualizadas no aspecto multifuncional da agricultura e nas particularidades territoriais, fazendo com que a experiência observada no Assentamento Cangussu possa se reproduzir em outros espaços rurais.

Para concretizar o potencial oferecido pela pluriatividade e pela multifuncionalidade da agricultura nos espaços rurais, as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento rural, no contexto da agricultura de base familiar, deveriam ampliar o seu escopo para além da produção agrícola quantitativa. Estas políticas poderiam se apoiar também na qualidade da produção, conservação os recursos naturais e da agrobiodiversidade, agregando valor à produção e criando outras fontes de renda através de atividades pluriativas, mantendo a paisagem rural e as manifestações culturais dos produtores.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradgmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro: Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada - IPEA, 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4121. Acesso em: 03 jun. 2013.

_____. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2003.

ABREU, Lucimar Santiago de. **A construção social da relação com o meio ambiente**: análise das percepções e representações sociais de risco ecológico em um município da mata Atlântica brasileira. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade estadual de Campinas, 2002, 374. Tese de Doutorado. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/teses/abreu_lucimarsantiagode.pdf. Acesso em 16 jul. 2013.

ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v.21, p. 43 – 56, 2007. Disponível em: http://web2.cesjf.br/sites/cesjf/revistas/cesrevista/edicoes/2007/revolucao_verde.pdf. Acesso em 24 mai. 2013.

ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 54 – 80, out. 2001. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200110-054-080.pdf>. Acesso em 01 jun. 2013.

AZEVÊDO, F. A. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHA, Carlos José Caetano. **Economia e Política Agrícola no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. S. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185 – 227, 2008. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200810-185-227.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos**. Brasília, DF, 25 de fev. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm. Acesso em: 30 jul. 2013.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 53 – 75, out. 1998.

CARRANO, Pedro. Passos para mobilização e lutas. **Brasil de Fato**, São Paulo, 27 out. 2009. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/1456>. Acesso em: 12 jul. 2013.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

COUTO FILHO, Vitor de Athayde. Os “novos rurais” baianos. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. da. **O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste**. São Paulo: Embrapa, 2000. p. 97 – 137.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DENARDI, Reni Antonio. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n. 3, p. 56 – 62, jul./set. 2001.

DUVAL, Henrique Carmona. **Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural**. São Carlos: Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de São Carlos, 2009, 194. Dissertação de Mestrado. Disponível em: http://200.136.241.56/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/25/TDE-2010-08-16T084748Z-3236/Publico/2850.pdf. Acesso em: 16 jul. 2013.

FAO/INCRA/MDA (2000). **Novo Retrato da Agricultura Familiar: o Brasil redescoberto**. Silva Cardim (FAO) e Carlos Guanziroli (INCRA) (coord). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fev. 2000.

FELÍCIO, Munir Jorge. A conflitualidade dos paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário a partir dos conceitos de agricultor familiar e de camponês. Campo-Território: **Revista de Geografia** agrária, v. 1, n. 2, p. 14-30, ago. 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: XVI Encontro Nacional de Geografia Agrária. Petrolina, 2002. **Anais...** Petrolina: 2002. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1/articles/bernardo.pdf>. Acesso em 27 mai. 2013.

FERRAZ, José Maria Gusman. **A insustentabilidade da Revolução Verde**. s. d. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/impactos-da-agricultura-convencional/insustentabilidade%20da%20agricultura.pdf>. Acesso em: 24 mai. 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos Guimarães. O complexo agroindustrial no Brasil. **Revista Reforma Agrária**. nov. 1976. Disponível em: http://r1.ufrrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosb.htm. Acesso em: 20 maio 2013.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil: grandes regiões e unidades da federação (de 1970 a 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Censo Agropecuário 2006**: IBGE revela retrato do Brasil agrário. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1464&id_pagina=1. Acesso em: 24 set. 2012.

_____. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000008473104122012315727483985.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Transformações da Agricultura e Políticas Públicas. In: FERREIRA, B. et al. (Org.). **A Agricultura Familiar e o Pronaf**: contexto e perspectivas. Brasília, 2001. p. 479-539.

KAGEYAMA, Angela et al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa et al (orgs.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990, p. 113-223.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Linha gráfica, 1998.

LEITE, Sérgio; et al. **Um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: Unesp, 2004.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Coleção os economistas).

MARAFON, J. G.; RIBEIRO, M. A. Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense. **Revista Rio de Janeiro**, n. 18 – 19, jan./dez. 2006. Disponível em: http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_18-19/Cap-5-Glaucio_Marafon_Miguel_Angelo.pdf. Acesso em: 27 maio 2013.

MARQUES, M. I. Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, a. 11, n. 12, p. 57 – 67, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1399/1381>. Acesso em: 28. maio 2103.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Versão condensada de “Fases e Fases da Modernização Agrícola”, **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, n. 3, IPEA, Brasília, ago., 1990. Lua Nova, n.23, mar. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n23/a03n23.pdf>. Acesso em 20 maio 2013.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova Republica”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova cultural, 1983. (Coleção os economistas).

_____; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista 1848**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Ser voilo de. **“Sem Terra”, “Assentados”, “agricultores familiares”**: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, CLACSO, 2001.

Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929012955/7medeiros.pdf>. Acesso em 17 jul. 2013.

MINGIONE, Enzo; PUGLIESE, Enrico. A difícil delimitação do urbano e do rural: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Lisboa, n. 22, abr. 1987. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/22/_Enzo%20Mingione,%20Enrico%20Pugliese%20-%20A%20Dificil%20Delimitacao%20do%20Urbano%20e%20do%20Rural.pdf. Acesso em: 12 jun. 2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (BRASIL). **Plano Safra da Agricultura Família** 2013/2014. Brasília, 2013. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>. Acesso em: 30 jul. 2013.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST comemora 25 anos de lutas e conquistas na Bahia**. Por Lima, Wesley, set. 2012. Disponível em: <http://www.mst.org.br/MST-comemora-25-anos-de-lutas-e-conquistas-na-Bahia>. Acesso em: set. 2012.

NASCIMENTO, F. R. S. do. **Pluriatividade e incremento de renda nas famílias de assentamentos do Distrito Federal**. Brasília: Faculdade de Agronomia e medicina Veterinária, Universidade de Brasília, 2012, 209. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Lázaro Ribeiro de. Estágio de vivência no Assentamento Rural Cangussu, Barra do Choça, Bahia. In: SANTOS, Jânio Ribeiro Diniz do; MENEZES, Sócrates Oliveira; SOUZA, Suzane Tosta. (Org.). **Novas configurações do espaço agrário nordestino**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. P. 195-200.

PINHEIRO, Karisa. Bases teóricas gerais sobre urbanização no Brasil. RDE – **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, a. IX, n. 15, p. 61 – 68, jan. 2007. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1006>. Acesso em: 01 jun. 2013.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.40, n. 3, p. 411 – 424, jul. – set. 2004.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.

PONTE, Karina Furini da. (Re) Pensando o conceito do rural. **Revista NERA**, Presidente Prudente, a. 7, n. 4, p. 20–28, jan./jul. 2004. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/04/02_Karina.pdf. Acesso em 03 jun. 2013.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

SACHS, Ignacy. Barricadas de ontem, campos de futuro. **Estudos Avançados**, p. 25 – 38, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n68/05.pdf>. Acesso em 23 maio 2013.

SANTIAGO, Antonio Dias; ROSSETTO, Raffaella. **Adubação mineral**. Brasília: Agência Embrapa de Informação Tecnológica (s.d.). Disponível em: http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_38_711200516717.html. Acesso em: 16 jul. 2013.

SANTOS, Edilene de Jesus. A economia camponesa e a dinâmica agrária do estado da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador – Bahia, SEI, vol. 19, n. 2, p. 369-634, Jul./set. 2009.

SANTOS, E. G. L dos; COUTO, V de A.; ROCHA, A dos S. **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil**: Uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. Salvador, 2006. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/1031.pdf>. Acesso em 25 jun. 2013.

SANTOS, Isabel Péres dos; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Da Terra Nua ao Prato Cheio**: produção para consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação Itesp/Uniara, 2003. Disponível em: http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/publicacoes/arquivos/da_terra_nua_ao_prato_cheio.pdf. Acesso em: 16 jul. 2013.

_____; *et al.* Reforma Agrária na Região Sudoeste da Bahia: organização, desenvolvimento, gestão e qualidade de vida nas áreas de assentamentos. In: MENEZES, Ana Virgínia Costa de. (Org.). **Organização e Dinâmica do Espaço Agrário e Regional**. Aracaju: NPGeo/UFS, 2003.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acesso em 28 maio 2013.

_____. A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, a. 16, n. 3, jul./ago./set. 2007. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/tecnico/revistaAgricola/rpa-de-2007/RPA%20n.3%20-%202007.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2013.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. SEBRAE: **Cartilha de acesso ao Pronaf**. Brasília, 2011. Disponível em: Acesso em 30 jul. 2013.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **MST: Lutas e Conquistas**. 2. ed. São Paulo, 2010.

SILVA, José Graziano da. **O que é questão agrária**. São. Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

_____. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, Belo Horizonte, p. 1 – 28, maio 1997. Disponível em: http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em 20 nov. 2012.

_____; BALSADI, O. V.; DEL GROSSI, M.E. O emprego rural e a mercantilização do espaço agrário. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 50-64, 1997. Disponível em: http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v11n02/v11n02_06.pdf. Acesso em: 15 jul. 2013.

_____; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro – 1992-1995. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, XXV, 1997, Recife. **Anais...** Recife: 1997. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&ved=0CDwQFjAC&url=http%3A%2F%2Frevistas.fee.tche.br%2Findex.php%2Findicadores%2Farticle%2Fdownload%2F1050%2F1368&ei=63f6Ua_7Coz29gTgnIGACA&usg=AFQjCNF6l2GYbsvzsYaRt-l5BeDwWwyHug&sig2=myIKJrsle_MVf4MfQYwpEA&bvm=bv.50165853,d.dmg. Acesso em: 01 jun. 2013.

_____; _____; CAMPANHOLA, Clayton. O que há de realmente novo no rural brasileiro. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 37 – 67, jan./abr. 2002. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v19/cc19n102.pdf>. Acesso em 01 jun. 2013.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Proposta**, n. 87, p. 40 – 49, dez./fev. 2000/2001.

SOUZA, Suzane Tosta. O discurso da pluriatividade como forma de garantir maior exploração do trabalho no campo. In: Jornada de trabalho, 9., 2008, Catalão. **Anais...** Catalão: UFG, 2008. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/ceget/IXJornada/suzane.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

STEDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500-1960**. São Paulo: Expressão popular, 2005. p. 15-31. Disponível em: <http://portal.sipeb.com.br/santana/files/2010/08/A-QUEST%25C3%2583OAGR%25C3%2581RIA-NO-BRASIL.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2013.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Recentes transformações do rural baiano**. Salvador: SEI, 2003.

_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos**. Salvador: SEI, 2012.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, a. 2, p. 21 – 42, set. 2005.

VEIGA, Jose Eli. **O que é reforma agrária**. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

_____. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n 43, dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n43/v15n43a10.pdf>. Acesso em 28 maio 2013.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O lugar dos rurais: o meio rural no Brasil moderno**. 2001. Disponível em: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=5213&Itemid=360. Acesso em 02 jun. 2013.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p. 42 – 61, out. 2003. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/200310-042-061.pdf>. Acesso em 19 maio 2013.

WOLFFENBÜTTEL, Andréa. **O que é? Índice de Gini**. 2011. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2048:catid=28&Itemid=23. Acesso em: 15 abr. 2013.

APÊNDICE A QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ASSENTADOS NA PESQUISA DE CAMPO

I. Informações sobre a entrevista e o estabelecimento.

1. Número da entrevista: _____ . Data: ____/____/_____.
2. Área total do Lote: _____.
3. Área da casa e do quintal: _____.
4. Nome do entrevistado: _____.
() Chefe da família () Filho mais velho () Esposa () Outro _____.
5. Tempo de assentamento: _____.
6. Possui energia elétrica: () Sim () Não
7. Possui rede de esgoto: () Sim () Não Obs: _____.
8. Possui água encanada: () Sim () Não

II. Reprodução socioeconômica e trajetória de vida.

9. Trajetória anterior ao assentamento e História de vida:
() Agricultor proprietário () Parceiro arrendatário () Assalariado rural
() Assalariado urbano () Autônomo Urbano
() Outro: _____.
OBS: _____.

10. Informações do chefe do estabelecimento:
Gênero: () Feminino () Masculino
Idade? _____ anos.
Estado civil: _____.
Escolaridade: () Não alfabetizado () Fundamental () Ensino Médio () Terceiro Grau
() Pós-Graduado acima.
Obs: Em caso do nível de ensino estar incompleto, colocar um I ao lado da alternativa marcada.

11. Situação atual em comparação com a anterior
Financeira: () Melhorou () Piorou () Igual
Moradia: () Melhorou () Piorou () Igual
Acesso a serviços públicos (saúde, educação, transporte, etc.):
() Melhorou () Piorou () Igual
OBS: _____.

III. Informações sobre a composição e o trabalho familiar.

12. Qual o número de membros de seu domicílio: _____.
13. Qual a composição de sua família:
() Esposa () Marido () Filhos () Filhas () Demais membros
Total: Homens _____ . Mulheres _____ . Geral: _____.
14. Quantos dos membros de sua família trabalham:
a) Somente em atividades agrícolas: () Dentro do assentamento () Fora do assentamento
b) Somente em atividades não agrícolas: () Dentro do assentamento () Fora do assentamento
Atividades: _____.
c) Tanto nas atividades agrícolas como nas não agrícolas? _____.
OBS: _____.

Nome	Relação com chefe	Tipo de trabalho dentro do lote	Tipo de trabalho fora do lote

Código	Tipo de trabalho
Agrícola dentro do lote	A
Agrícola fora do lote no espaço rural	B
Agrícola no espaço urbano	C
Não agrícola dentro do lote	D
Não agrícola fora do lote no espaço rural	E
Não agrícola no espaço urbano	F

15. Contratação de trabalhadores:

() Permanentes () Temporários - em qual época : _____

16. Quer os filhos no lote () Sim () Não

OBS: _____

17. Atividades desenvolvidas pela família no estabelecimento:

a) Principal atividade desempenhada pela família:

b) Agricultura e/ou pecuária (especificar):

c) Outras (especificar):

18. Caso você ou sua família realizem atividades não agrícolas e geradoras de renda fora dos lotes, você utiliza o dinheiro destas atividades para investimentos destinados ao seu lote?

() Sim () Não

19. Em caso de resposta positiva em relação ao item anterior, especificar qual é o principal destino desta renda, enumerando as duas opções mais importantes:

() Atividades agropecuárias () Associação do assentamento () Gastos com a família

() Outras: _____.

20. Renda média (R\$ /mês)

Atividade	Renda - R\$
Agricultura	
Aposentadoria	
Benefício social	
Atividade Não agrícola	
Outro:	

IV. Avaliação e perspectivas acerca da atividade agrícola e não agrícola no assentamento.

21. Nas condições atuais, qual a atividade que proporciona a sua família maior satisfação:

() Somente agrícolas () Pluriativas () Nenhuma atividade

22. Você acredita que o exercício de atividades não agrícolas por parte dos membros de sua família ajuda ou atrapalha na futura permanência dos mesmos no lote?

() Ajuda () Atrapalha

23. Diante de uma possível proposta de emprego não agrícola que lhe garantisse salário igual ao que ganha atualmente, qual decisão o (a) senhor(a) tomaria?

- () Abandonaria as atividades agrícolas para se dedicar apenas ao trabalho não agrícola;
 () Tentaria conciliar ambas as atividades agrícolas e não agrícolas;
 () Continuaría a exercer apenas as atividades agrícolas

24. Na sua opinião, em que deveriam ser focadas as ações governamentais para viabilizar, para você e sua família, a conciliação de atividades agrícolas e não agrícolas? (enumerar, caso considere mais de uma alternativa, as duas opções escolhidas por você como sendo as mais importantes).

- () Transporte () Educação () Segurança () Geração de mais empregos

Outros: _____

V. Sistemas produtivos, segurança alimentar e biodiversidade.

25. Segurança alimentar

Situação alimentar em relação a anterior

a) Qualitativo: () Melhorou () Piorou () Igual

b) Quantitativo: () Melhorou () Piorou () Igual

Produção para autoconsumo:

a) Produz para o consumo: () Maior parte dos alimentos () Menor parte () Não produz

b) Limitação para auto abastecimento: _____

26. O Sr. considera que sua família e as demais famílias do assentamento contribuem para que a sociedade não tenha falta de alimentos, e que estes sejam de boa qualidade?

- () Sim () Não

Por que: _____

27. Principal (is) produto (s) comercial (is):

Produto	Comercialização*	Quantidade	Preço de venda

* (1) Feira (2) Atravessador (3) Varejão/supermercado (4) Agroindústria (5) Venda direta

(6) Outro : _____

28. Principal (is) produto (s) para o autoconsumo:

Produção para autoconsumo	Quantidade	Preço de mercado (caso fosse vender)

(6) Outro : _____

29. Utiliza algum equipamento agrícola instalado no quintal? () Sim () Não

Qual: _____

• Dependência tecnológica:

30. Utiliza defensivos e insumos químicos: () Frequentemente () Eventualmente () Não usa.

31. Utiliza insumos químicos com orientação técnica: () Sim () Não

32. Qual técnica agrícola utiliza: () Irrigação () Rotação de culturas () Consórcio de culturas

() Pousio/descanso de área () Queimada

• Mecanização:

33. Trator: () Prefeitura () Próprio () Alugado.

34. Tração animal: () Próprio () Alugado.

Obs: _____

• Biodiversidade:

35. Troca sementes/mudas com vizinhos? () Sim () Às vezes () Nunca.

VI. Tecido sociocultural.

• Participação em grupos:

36. Sindicato: () Sim () Não

37. Igreja: () Sim () Não

38. Cooperativa /associação: () Sim () Não

39. Partido político: () Sim () Não

40. Conselho: () Sim () Não

41. Grupo informal: () Sim () Não

Obs: _____

• Participação política:

42. Quais instituições mais influenciam na vida dos assentados?

() Prefeitura () Sindicato () Universidade () ONG () Sebrae/senar () Movimento Social () Igreja () Cooperativa/associação () Outra: _____

• Sociabilidade e território:

43. Identidade: () Agricultor familiar () Produtor rural () Trabalhador rural

() Assentado () Camponês

Obs: _____

44. Gostaria de sair do assentamento: () Não () Sim

45. Se sim para onde gostaria de ir: () Outra área rural () Área Urbana

Por que: _____

VII. Conservação dos recursos naturais e paisagem.

46. O solo do assentamento é: () Bom () Médio () Ruim

47. A água do assentamento é: () Boa () Média () Ruim

48. Possui fontes de água protegidas? () Sim () Não

49. Na sua opinião, quais os benefícios ou papéis das Áreas de Proteção Ambiental (APP) no lote:

() Conserva a água () Conserva o solo () Atrair animais () Manter microclima () Beleza cênica () Fornecer produtos () Outro: _____

50. A agricultura que pratica ajuda a manter a natureza? () Sim () Não

Por que: _____

51. Utiliza algum produto/recurso da flora ou da fauna? () Sim () Não

Quais: _____

52. Plantou mudas medicinais e/ou comestíveis na APP () Sim () Não

Se sim, quais: _____

Se não, por que: _____

OBS: _____

APÊNDICE B QUESTIONÁRIO APLICADO À LIDERANÇA DO ASSENTAMENTO**Informações gerais do assentamento Cangussu**

Localização/Endereço: _____

_____.

Representante: _____.

Área Total: _____ . Área por lote: _____.

Tipo de lote: _____.

Data da ocupação: _____.

Data da imissão de posse: _____.

Quantas famílias: _____.

Quantos habitantes: _____.

O assentamento possui Área de Preservação Ambiental – APA? _____.

O assentamento possui Área de Preservação Permanente – APP? _____.

Como é feito o abastecimento de água: _____.

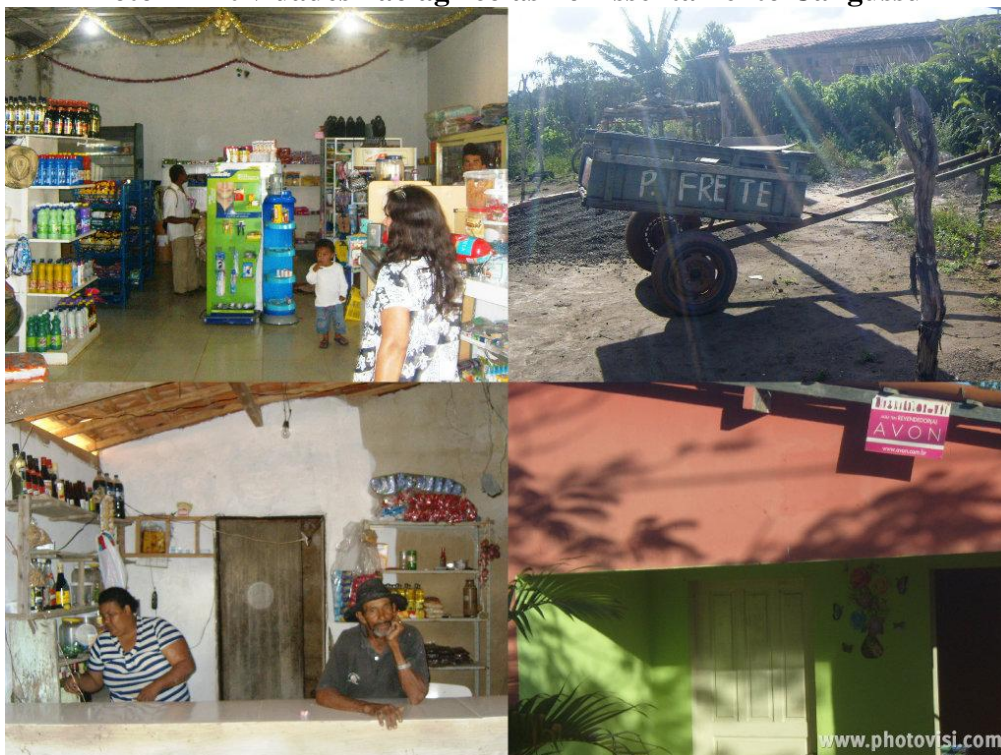
Principal atividade agropecuária: _____.

Possui escola: () Sim () Não

Possui posto de saúde: () Sim () Não

Como se deu o processo de ocupação deste assentamento: _____

_____.

APÊNDICE C IMAGENS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO**Foto 1 - Atividades não agrícolas no Assentamento Cangussu**

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Foto 2 – Diversificação de culturas no quintal para autoconsumo

Fonte: pesquisa de campo (2013).

Foto 3 – Dimensão ambiental e sociocultural da multifuncionalidade



Fonte: pesquisa de campo (2013).

Foto 4 - Pesquisa de campo



Fonte: pesquisa de campo (2013).